

Organização
Resiane Paula da Silveira

Volume **3**
2022



Abordagens em *Psicologia* *Saúde Mental Cotidiana*


Editora
UNIESMERO

*Organização
Resiane Paula da Silveira*

Volume **3**
2022



Abordagens em Psicologia

Saúde Mental Cotidiana


**Editora
UNIESMERO**

2022 – Editora Uniesmero

www.uniesmero.com.br

uniesmero@gmail.com

Organizadora

Resiane Paula da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Imagens, Arte e Capa: Freepik/Uniesmero

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587a Silveira, Resiane Paula da
Abordagens em Psicologia: Saúde Mental Cotidiana - Volume 3 /
Resiane Paula da Silveira (organizadora). – Formiga (MG): Editora
Uniesmero, 2022. 140 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-84599-42-0

DOI: 10.5281/zenodo.6481109

1. Abordagens. 2. Psicologia. 3. Saúde Mental. 4. Doenças
Mentais. I. Silveira, Resiane Paula da. II. Título.

CDD: 150

CDU: 159.9

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Uniesmero
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001

www.uniesmero.com.br

uniesmero@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.uniesmero.com.br/2022/04/abordagens-em-psicologia-saude-mental.html>



AUTORES

**CASSIUS ASSUNÇÃO MARTINS
CIMERY BATISTA PEREIRA
CINTHIA MAGDA FERNANDES ARIOSI
DAIANA PAULA MILANI BARONI
FERNANDO SANTOS DO NASCIMENTO
GABRIEL SILVESTRE MINUCCI
IGOR TOMÉ SILVA SANTOS
ISABEL FORTES
ISABELLA MENDONÇA DE SOUZA
JULIANA BIANCA MAIA FRANCO
JULIANA VALERI SIMÃO TREVISAN
KARINA NASCIMENTO DE OLIVEIRA
LORENA EDUARDA MENDES SANTOS
LUCAS FELIPE DOS SANTOS BARBOSA
MARTHA LAGES RODRIGUES
NILTON S. FORMIGA
SUÉLLEN BUCHAÚL
TATIANE DE SOUZA DIAS
VIVIANE BARROZO MANFRÉ
YANDRA OLIVEIRA DE SOUSA**

APRESENTAÇÃO

A pandemia da Covid-19 representa um complexo desafio sanitário, social, econômico, educacional e psicológico sem precedentes na humanidade. O fator psicológico é determinante para o sucesso dos métodos adotados pela Organização Mundial da Saúde para evitar a propagação da infecção ante a inexistência de vacinas e terapias antivirais cientificamente respaldadas, os efeitos colaterais da quarentena, isolamento e distanciamento social, as perspectivas econômicas e laborais posteriores a pandemia e os mitos e informações falsas sobre a doença.

A Psicologia busca a compreensão acerca de como o ser humano cria a sua história, e o papel do psicólogo é utilizar essa Ciência para conduzir uma pessoa à autodescoberta, à compreensão sobre as suas dificuldades e a forma com que se relaciona com o seu “mundo interior” e exterior.

Os conteúdos apresentam considerações pertinentes sobre os temas abordados diante o meio de pesquisa e/ou objeto de estudo. Desta forma, esta publicação tem como um dos objetivos, garantir a reunião e visibilidade destes conteúdos científicos por meio de um canal de comunicação preferível de muitos leitores.

Este terceiro e-book conta com trabalhos científicos da área de Psicologia, aliados às temáticas das práticas ligadas a a inovação e aspectos que buscam contabilizar com as contribuições de diversos autores. É possível verificar a utilização das metodologias de pesquisa aplicadas, assim como uma variedade de objetos de estudo.

SUMÁRIO

Capítulo 1 A PSICANÁLISE DAS FORMAS DE BULLYING E ESTRATÉGIAS DE COMBATE <i>Cassius Assunção Martins; Cimery Batista Pereira; Tatiane de Souza Dias</i>	8
Capítulo 2 O IMPERATIVO À AUTONOMIA: UMA LEITURA CRÍTICA A PARTIR DA PSICANÁLISE <i>Suéllen Buchaúl; Isabel Fortes</i>	27
Capítulo 3 DAS NORMAS ORGANIZACIONAIS AOS AFETOS DOS TRABALHADORES E SUA INFLUÊNCIA DA SAÚDE LABORAL: CORRELATOS ENTRE CULTURA ORGANIZACIONAL, CAPITAL PSICOLÓGICO POSITIVO E TRANSTORNO EMOCIONAL EM TRABALHADORES <i>Juliana Bianca Maia Franco; Nilton S. Formiga; Fernando Santos do Nascimento</i>	44
Capítulo 4 PESQUISA COM CRIANÇA: UM PENSAR SOBRE AS METODOLOGIAS <i>Karina Nascimento de Oliveira; Viviane Barrozo Manfré; Cinthia Magda Fernandes Ariosi</i>	67
Capítulo 5 CULTURA ORGANIZACIONAL, PERCEPÇÃO DO SUPORTE ORGANIZACIONAL E SAÚDE GERAL EM ADMINISTRADORES: AS NORMAS E O PERCEPTO SÓCIO-ORGANIZACIONAL QUANTO FATOR DE UM ESPAÇO LABORAL SAUDÁVEL <i>Isabella Mendonça de Souza; Nilton S. Formiga</i>	87
Capítulo 6 A EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DO PRIMEIRO GRUPO DE OUVIDORES DE VOZES DE MINAS GERAIS <i>Daiana Paula Milani Baroni; Lucas Felipe dos Santos Barbosa; Gabriel Silvestre Minucci; Martha Lages Rodrigues; Lorena Eduarda Mendes Santos; Yandra Oliveira de Sousa; Igor Tomé Silva Santos; Juliana Valeri Simão Trevisan</i>	114
CURRÍCULOS DOS AUTORES	136

Capítulo 1
**A PSICANÁLISE DAS FORMAS DE
BULLYING E ESTRATÉGIAS DE COMBATE**

Cassius Assunção Martins

Cimery Batista Pereira

Tatiane de Souza Dias

A PSICANÁLISE DAS FORMAS DE BULLYING E ESTRATÉGIAS DE COMBATE

Cassius Assunção Martins

Sob graduação em Psicologia pelo Departamento de Saúde do Centro Universitário do Norte (UNINORTE). Atualmente é Estagiário em Psicologia Clínica da Fazenda da Esperança Dom Gino Malvestio. Email: csamartins2000@gmail.com.

Cimery Batista Pereira

Graduanda em Psicologia (9ª período) pelo Departamento de Saúde do Centro Universitário do Norte (UNINORTE). Foi Estagiária em Psicologia Social da Escola Municipal Áureo Nonato. Email: meuryanandreza@gmail.com.

Tatiane de Souza Dias

Servidora Pública do Estado do Amazonas e Graduanda em Psicologia (9ª período) pelo Departamento de Saúde do Centro Universitário do Norte (UNINORTE). Atualmente é Estagiária em Psicologia de Gestão Organizacional da Fazenda da Esperança Dom Gino Malvestio. Email: tatianedesouzadias@gmail.com.

Resumo: Em 2020 o mundo foi assolado pela pandemia do Covid-19, obrigando os estudantes a terem aulas remotas para suprirem suas necessidades educacionais. No entanto, as formas de bullying não cessaram. O ensino, as escolas e os alunos se reinventaram para adaptar-se a esta nova realidade, assim como as formas de bullying acompanharam estas reinvenções. Este artigo discorrerá sobre as principais formas de bullying presente no contexto escolar: O bullying propriamente dito, fenômeno caracterizado por atos intencionais e repetitivos de violência para com um outro colega; e o cyberbullying, definido como uma forma de bullying consolidada em meios virtuais e de fácil propagação. Ambos dos objetos de estudos são visitados a partir da ótica psicanalítica freudiana e pós-freudiana, articulados dentro do tema da Psicologia Escolar contemporânea e suas políticas de combate a estes fenômenos.

Palavras-chave: psicanálise. pandemia. educação. escola. bullying.

Abstract: In 2020 the world was devastated by the Covid-19 pandemic, forcing students to take remote classes to meet their educational needs. However, the forms of bullying have not ceased. Teaching, schools and students reinvented themselves to adapt to this new reality, as well as the forms of bullying accompanied these reinventions. This article will discuss the main forms of bullying present in the school

context: Bullying itself, a phenomenon characterized by intentional and repetitive acts of violence towards another classmate; and cyberbullying, defined as a form of bullying consolidated in virtual environments and easily propagated. Both of the objects of study are visited from the Freudian and post-Freudian psychoanalytic perspective, articulated within the theme of contemporary School Psychology and its policies to combat these phenomena.

Keywords: psychoanalysis. pandemic. education. school. bullying.

INTRODUÇÃO

De acordo com o dicionário, a palavra *bully* é um verbo que vem da língua inglesa que quer dizer “usar a superioridade física para intimidar alguém” (MARQUES; DROPER, 1996, p. 41), sendo o *bullying* caracterizado por atos repetitivos e intencionais de violência física e verbal entre uma ou mais vítimas (OLIVEIRA-MENEGOTTO; PASINI;

LEVANDOWSKI, 2013). O *Cyberbullying* pode ser definido como o uso de tecnologias (celulares, e-mails, serviços de mensagens) com o intuito de difamar indivíduos ou apoiar comportamentos que desabonam outras pessoas tal qual o próprio *bullying*, a discriminação e o assédio, que ofendem e expõem informações pessoais, depreciativas ou vulgares. A principal diferença entre ambos é que o *bullying* cibernético, como o próprio nome denuncia, se materializa em ambientes virtuais (SCHREIDER; ANTUNES, 2015).

O agressor, aquele que comete o *bullying*, é quem impõe autoridade combinando violência psicológica e física para intimidar a vítima por expor sua necessidade de domínio e poder. Muitas vezes o *bullying* já foi visto como parte natural do desenvolvimento da criança — o que ainda é normalizado — pondo em risco a sua inevitável naturalização no meio social (CHAVES; MAURÍCIO, 2018). Com isto, não pode-se esperar menos que a sua transformação em um grave problema de saúde pública, exigindo cada vez mais intervenções e pesquisas na área (OLIVEIRA et al., 2017).

Além da situação preocupante do *bullying* nas escolas e no ambiente virtual, atualmente lida-se com a pandemia do SARS-CoV-2 (COVID-19) ao redor do mundo, o que obrigou no dia 30 de janeiro a OMS (Organização Mundial de Saúde) declarar uma epidemia internacional de emergência (LANA et al., 2020), forçando-nos a nos

adaptar a um novo contexto e um novo normal. Diante deste cenário, o ensino presencial foi suspenso em todas as escolas e universidades do Brasil, desse modo, as instituições de ensino foram encontrando suas formas e metodologias para continuar o processo de ensino-aprendizagem, e assim, tentar evitar ou diminuir os impactos na vida acadêmica e estudantil de discentes e docentes. A partir disto, com aulas remotas e os alunos suspensos das escolas, nasceu uma nova problemática do *bullying*, aquele que não se materializa no ambiente escolar, mas que sai dele e se prolifera no ambiente virtual, o *cyberbullying*.

O BULLYING, O CYBERBULLYING E SUAS FORMAS

Os tipos de *bullying* mais comum são em sua maioria de natureza violenta verbal (75,1%), seguida pela física (62,4%), emocional (23,8%), racista (6,3%) e sexual (1,1%) (MOURA; CRUZ; QUEVEDO, 2011). Cavalcanti (2009) revelou que a maioria (61,9%) das vítimas eram meninos, da mesma forma que a maioria dos algozes também eram meninos (DIORIO; OLVEIRA, 2011; GOMES; REZENDE, 2011; MOURA; CRUZ; QUEVEDO, 2011). Além dos alunos, os educadores também presenciaram atos de *bullying*, sendo a sala de aula o local com maior ocorrência desse fenômeno. É importante destacar que o *bullying* não envolve apenas a vítima e seu algoz, os sujeitos que testemunham, presenciam e, às vezes, por medo, não reagem ou não sabem como reagir — ou seja, calam-se diante da violência — também são contabilizados no envolvimento do *bullying* (TORO; NEVES; REZENDE, 2010).

Entre os motivos que podem ocasionar o *bullying*, aponta-se uma relação entre a violência doméstica e a escolar (PINHEIRO; WILLIAMS, 2009; TORTORELLI; CARREIRO; ARAÚJO, 2010). Por conta disto, partindo do ponto que a maioria dos casos de *bullying* acontecem dentro da esfera escolar — e a escola sendo de fundamental importância no desenvolvimento humano da criança e do adolescente — a violência na escola seria um sintoma de uma crise das relações sociais, ao ponto que a violência dentro da escola tem características que danificam vínculos “prejudicando o desenvolvimento do sujeito nas esferas afetivas, cognitivas e sociais (...)” (TORO; NEVES; REZENDE, 2010, p. 127). A noção de que a escola é a segunda casa do estudante reflete o fato de que tudo o que ele reproduz dentro do ambiente escolar é um reflexo do que é visto dentro de casa. É necessária uma sensibilização do professor quanto a esta problemática e como pode afetar a vida de crianças e

adolescentes no desenvolvimento humano (OLIVEIRA-MENEGOTTO; PASINI; LEVANDOWSKI, 2013). O fenômeno do *bullying* está atrelado a comportamentos agressivos que se potencializam em crianças e adolescentes. Marcos (apud. URRÁ, 2009) tem como base a própria violência ao ter afirmado que “as sementes da violência são semeadas nos primeiros anos de vida, são cultivadas e desenvolvidas durante a infância e começam a dar os seus frutos malignos durante a adolescência” (p. 332). Freire e Aires (2012) alertam que há necessidade de ter-se uma visão macro da situação do *bullying* como advindo de diversos fatores sociais, ambientais, familiares e pessoais, e não uma causa unicamente específica desencadeante. As motivações principais encontradas por Fernandes e Seixas (2012) se baseiam em aprovação, recompensa e integração a algum grupo.

Há várias formas de combater o *bullying* proposto por diversos autores em suas áreas de especialidade. Para Gomes e Rezende (2011) há uma necessidade de um trabalho preventivo; Guimarães (2011) destaca a importância da Educação Física para gerar uma competitividade saudável e combater a violência nas escolas; Diorio e Oliveira (2011) chamam atenção do psicopedagogo para intervir nessas relações pessoais dos alunos. Segundo Oliveira-Menegotto, Pasini e Levandowski (2013) o *bullying* é um problema de saúde pública, no qual é necessária a participação da sociedade para investir na prevenção e estratégias, onde o professor é um agente importante gerador de um contexto escolar e desenvolvimento humano saudável. Freire e Aires (2012) destacam as contribuições do psicólogo e da Psicologia Escolar no enfrentamento do *bullying*: “O psicólogo é o profissional apto para realizar um trabalho de prevenção e enfrentamento da violência escolar (...) é de fundamental importância que ele seja inserido no ambiente da escola (...)” (p. 58).

No Brasil, a prevalência nacional do *bullying* foi em torno de 19,8%, das quais os maiores percentuais foram contados na Região Sudeste e os menores percentuais foram na Região Norte, apesar da capital com maior índice tenha sido Boa Vista, em Roraima. Ao compararmos os dados brasileiros com os dados da OMS (Organização Mundial de Saúde) em um estudo com 41 países, que excluía o Brasil, sua prevalência foi de apenas 10,7%, quase metade do que acontece aqui no país (SILVA et al., 2019). De acordo com os dados da ONU (Organização das Nações Unidas), numa pesquisa com 100 mil alunos de 18 países, foi relatado que metade dos participantes da

amostra sofreram algum tipo de *bullying*, já no contexto do Brasil, 43% foi a taxa média de *bullying* entre os jovens brasileiros (FUGANTI; FUGANTI; 2019).

Toda intervenção e meios de combater o *bullying* já expressos até este momento são situações teóricas que envolvem a presença física de profissionais e estudantes dentro do ambiente escolar. No entanto, os questionamentos que ficam se referem quando o *bullying* ultrapassa os muros da escola. O *cyberbullying* já era um problema antes mesmo da pandemia assolar o mundo e no momento presente. Com as escolas fechadas, o *cyberbullying* apresenta tendências de uma alta substancial devido ao isolamento social e as aulas remotas.

O *Cyberbullying* é considerado uma tipificação de *bullying* mais grave por contar com o privilégio do anonimato e a constante vigilância dos agressores por meio da internet 24 horas por dia, suas consequências são maiores devido ao fato dos insultos terem uma maior repercussão e um maior número de espectadores, além de não ter uma durabilidade exata, excedendo a fronteira espacial física comum e demarcada para fronteiras territoriais da escola, da cidade e até mesmo do país (LACERDA; PADILHA; AMARAL, 2018). Río Perez (et al., 2009) diferencia o *bullying* virtual do *bullying* tradicional em tópicos como: 1) Amplitude da audiência; 2) Anonimato; 3) Imprevisibilidade; 4) Ilimitado; 5) Rapidez e comodidade; que podem desde envio de mensagens ofensivas até a exposição cruel de uma pessoa em um grupo online. Eles ainda descobriram que o tipo de *Cyberbullying* mais comum no Brasil é o de envio de mensagens de texto, imagens e vídeos através do celular, com um total de 351, contra 153 em jogos online.

Justamente por sua fácil propagação e acessibilidade, os jovens estão tendo acesso à internet cada vez mais cedo. Nos Estados Unidos, por exemplo, 93% das pessoas entre 12 a 17 têm acesso a internet e 75% seu próprio celular. O *cyberbullying*, assim como o *bullying* propriamente dito, também já traz preocupações de saúde pública e implicações psicopatológicas, sendo as principais: insônia, solidão, estresse, ansiedade, depressão, ideação suicida (e o próprio suicídio), uso de drogas, baixo rendimento escolar, baixa concentração e etc. O dado mais preocupante é que aquele quem sofre o *cyberbullying* tem oito vezes mais chances de levar uma arma para a escola (FERREIRA; DESLANDES, 2018). Em um contexto nacional, segundo a Instituto Ipsos, o Brasil é segundo colocado com a maior incidência de *cyberbullying* no mundo, perdendo apenas para Índia (REZENDE; CALHAU, 2020).

Há uma certa dicotomia entre o agressor e a vítima. Geralmente, as vítimas são tímidas, quietas e retraídas, enquanto os agressores costumam ser alunos mal resolvidos com suas famílias e querem desviar a atenção para algum colega (DUBOC et al., 2021).

OS DESAFIOS DO COMBATE AO BULLYING DURANTE A PANDEMIA

No atual contexto de pandemia da COVID-19, as escolas foram suspensas, obrigando os alunos a passarem mais tempo ociosos em casa e consequentemente na internet. Para compensar este atraso, foi proposto o sistema de aulas remotas, tanto pelo poder público e pelo setor privado, para que não houvesse um ano letivo perdido, na tentativa de diminuir os impactos acadêmicos futuros. Aos poucos, essa realidade vem mudando devido as recentes abertura das escolas para as aulas presenciais. No entanto, o *bullying* já era remoto antes mesmo do contexto pandêmico, uma vez que com:

[...] uma maior distração, os participantes, em suas respectivas residências, tendem a se distrair mais facilmente. Situações mais críticas como indisciplina ou bullying ou cyberbullying (...) foram referenciadas como situações testemunhadas. É importante salientar que muitas destas situações não são exclusivas da educação online, verificando-se também no ensino presencial, mas colocam-se de modo mais contundente via online, num espaço que, pelo distanciamento físico, possibilita um clima de uma certa informalidade e cuja mediação ou gestão é de mais difícil resolução. Há uma certa concordância que este tipo de situações põem em causa a sua segurança, são mais difíceis de prever, gerir e controlar via online (DOS SANTOS, 2020, p. 12).

De acordo com a ONG *Bullying Sin Fronteras*, 33% dos estudantes, crianças e adolescentes, foram vítimas de *cyberbullying* durante a pandemia na América Latina e Espanha, podendo ter sido o isolamento social o principal fator para que crianças e adolescentes estivessem mais vulneráveis de sofrer *bullying* virtual (RAMIREZ, 2020). A autora ainda alerta que os jogos online tornaram-se os maiores meios de agressão entre crianças na idade escolar, à qual ela propõe no combate:

[...] a implementação de Programas de Intervenção em centros educacionais [...] liderados por equipes interdisciplinares de psiquiatras e psicólogos para reduzir o bullying, treinando educadores para reconhecer e corrigir comportamentos [...] promovendo um clima escolar que inspire segurança. Da mesma forma, a administração de orientação médica e psicológica contínua e permanente aos pais,

perpetuadores e vítimas de bullying [...]. Uma boa iniciativa em tempos de pandemia seria incorporar a tecnologia ao sistema escolar [...] como recurso de aconselhamento médico e psicológico para vítimas de bullying, a fim de proteger a saúde mental desse grupo vulnerável e facilitar o retorno à vida escolar em condições seguras, uma vez superado este período de crise (RAMIREZ, 2020, p. 2).

As medidas de isolamento social, apesar de serem fundamentais no combate ao SARS-CoV-2, acentuam distúrbios psiquiátricos; tais como ideação suicida e agressividade, da qual já foram notados aumentos substanciais em taxas de ansiosidade, depressão, automutilação e suicídio: sendo os adolescentes os mais vulneráveis à estas comorbidades (DO NASCIMENTO et al., 2020). Pela óptica da tecnologia, durante o período de isolamento, o uso excessivo de conteúdo digital pode acirrar sentimentos ansiosos, despertar o pânico e acentuar o processo depressivo; somado o tempo maior na internet, os jovens se tornam mais vulneráveis e dependentes da tecnologia — podendo gerar quadros adictos — com o perigo de acessar conteúdos impróprios ou entretendo-se tempo demais em jogos, visto que as buscas por “Desafios Online” tiveram um expressivo aumento neste período (DESLANDES; COUTINHO, 2020). Deslandes e Coutinho (2020) também recomendam que durante o momento vigente os pais ou responsáveis precisam estar atentos no monitoramento sem tirar a privacidade e a autonomia dos seus filhos.

Além da participação dos professores e dirigentes numa formação estudantil humanizada e tolerante, um outro desafio de se combater o *bullying* é a necessidade da criação de um núcleo para atenção ao estudante, ao passo que ao partir do pressuposto de que o preconceito surge por uma falsa ideia de superioridade cultural, seu principal contraponto seria “a superação e eliminação de supostas supremacias entre culturas, especialmente no que tange à formação de conceitos e julgamentos sobre o outro e suas manifestações simbólico-culturais” (SANTOS; ASSUNÇÃO; JÚNIOR, 2020, p. 17).

Martins (2020) chama atenção para o valor da escola e da educação: “É momento de reflexão sobre que valoração qualitativa atribuímos a cada aspecto que compõe o que chamamos de educação escolar” (p. 252).

UMA DISCUSSÃO SOBRE O ENTENDIMENTO PSICANALÍTICO DO BULLYING

O fenômeno do *bullying* precisa ser visto como um problema sério de saúde pública, desde leves brincadeiras verbais até casos de violência física, principalmente em medidas de prevenção, uma vez que o praticante do *bullying* pode desenvolver (ou já tem) distúrbios de personalidade (SILVA, 2010).

Através de uma interpretação psicanalítica, se o *bullying* é uma manifestação da pulsão de morte, dentro de uma relação de poder entre agressor e vítima, o agressor passa ser o sádico, enquanto sua vítima o masoquista, que se submete — não por vontade própria — às suas agressões (FREUD, 1905/1996). Associado, assim, também, com o voyeurismo por parte de quem assiste o ato violento sem intervir, os chamados “espectadores passivos”. Há, de certa forma, componentes narcísicos na personalidade do agressor, que expressa desdém com o sofrimento alheio, a vítima, que é enxergada como um objeto de posse e não como um sujeito, grande parte motivado por inseguranças e temor de abandono por parte do agressor (BONELLI, 2020).

Geralmente, os mais afetados negativamente com o *bullying* — as vítimas — são indivíduos que não se adequam a ditados normativos, o que desperta ódio e sua exclusão:

A violência exercida contra aqueles que por um motivo ou outro se apresentam (ou são designados) como deficitários (gordos, sem roupa de marca, imigrantes, homossexuais...) ou como extravagantes, justifica-se, paradoxalmente, na defesa de um puritanismo exacerbado. (UBIETO, 2011, p. 35).

Levando em consideração a obra freudiana “Além do Princípio do Prazer” (1920/1996), todos os indivíduos são movidos pela busca do prazer e sua descarga desenfreada, fazendo parte do processo primário do desenvolvimento, onde ainda não se encontra com rígido princípio da realidade — que freia a busca desenfreada por prazer e sua descarga — frustrando o sujeito com as normas regentes do ambiente social, que conseqüentemente, para viver (adequar-se a este sistema), o indivíduo precisaria colocar a realidade e seus empecilhos à frente dos seus desejos, submeter-se a realidade. Dentro das práticas do *bullying*, há de considerar que o agressor parece ser movido pela primeira regência — a mais primitiva — visto sua falta de amadurecimento em lidar com a catexia da libido, buscando prazer a todo custo e não tolerante a qualquer tipo de frustração advinda do ambiente, colocando seus desejos

na frente da realidade que o cerca. Em “O futuro de uma ilusão” (1927/1996), Freud afirma que a base de uma civilização está na renúncia voluntária, ou imposta, dos nossos instintos, deslocando-os para formas mais disfarçadas através de mecanismos de sublimação e pelo o desenvolvimento do superego, a consciência. A questão do *bullying*, acredita Garmendia (2011), faz parte do declínio do superego dentro desse processo civilizatório, que abre margem para as vontades do id se manifestarem sem nenhum tipo de freio.

Quando o *bullying* é praticado dentro de grupos, a dinâmica entre os participantes instiga e desperta impulsos inconscientes destrutivos, perdendo inibições individuais naturais que cada sujeito teria se estivesse sozinho (FREUD, 1921/1996). Em outras palavras, quando um grupo se reúne desperta-se uma coragem maior entre seus membros. Anzieu (1993) vai além e alega que entre grupos há fantasias inconscientes de um todo regido pelo princípio do prazer, que o psiquismo do grupo é semelhante com a do sujeito que o integra, levando a possíveis regressões, tornando desejos mais proibidos possíveis de serem realizados e por sua vez cada vez mais desejados, o que enfraquece as defesas contra as pulsões mais destrutivas.

É importante destacar que a escola é um ambiente que abarca todos os contextos sociais que são trazidos pelos seus alunos, diante disto, não é de admirar-se que o ambiente escolar seja palco de fenômenos de violência. Dessa maneira, pelo o *bullying* ser um fenômeno de violência com raízes em sintomas sociais — fenômeno das massas — ele se torna um processo disfuncional em que a vítima e o agressor são vítimas deste sintoma e jamais a sua causa (BONELLI, 2020).

[...] é importante considerar o social e o cultural como parte do fenômeno da violência escolar e não apenas como resultado de conflitos pessoais. Nossa cultura endossa e naturaliza a violência que, também, é sustentada por fenômenos da massa. Podemos observar nos casos de abuso entre pares, como em todos os outros tipos de abuso, que as características culturais de nossa sociedade funcionam como um contexto facilitador da violência. (...) uma delas é a que observamos nas instituições escolares quando deixam de modular ou regular os excessos, ao mesmo tempo que sustentam a criação de vínculos de poder, de dominação de uns sobre os outros, sob a ideia da “Lei do mais forte” (BONELLI, 2020, p. 44).

Isto casa com o conceito de violência sistêmica de Zizek (2014), que acontece de forma não tão aparente e pretende mudar histórico de vida do sujeito de maneira que lhe seja imperceptível. Esta violência financiada, geralmente, advém de

mecanismos capitalistas dentro do atual contexto globalizado, que age na construção implícita (porém, objetiva) da identidade ideal do indivíduo por parte daqueles que formam essa sociedade, o que consequentemente irá excluir e estigmatizar aqueles que são indesejados. Um exemplo para elucidar seria a questão da padronização de comportamentos, raças, corpos e sexualidades ideais, sem espaço para seus dissidentes, que frequentemente são incentivados pela mídia e a indústria do entretenimento, assim como carimbado por órgãos governamentais. Nessa perspectiva, não é à toa que Zizek (2014), às vezes, caracteriza este tipo de violência de invisível. Outro tipo de violência que se encontra no ambiente escolar, essa é, de fato, visível é o que se nomeia de violência simbólica, cujo o sentido está na violência pelo discurso, da linguagem, ou seja, a violência verbal (ZIZEK, 2014).

Segundo a pesquisa de Marangoni (2018), os agressores constituem indivíduos vindos de lares severos, com predominância do medo, hostilidade, violência e intimidação, assim como; carência de afeto e relações pobres com pais, que consequentemente reagem com revolta contra estes, descontando-a com sua externalização devido a impossibilidade de enfrentar a autoridade parental ou representante:

[...] lares sem meios para proporcionar a contenção suficiente da barbárie genuinamente humana, isto é, são lares sem o amor e sem o amparo necessário para conter a força avassaladora dos impulsos originários. Resumidamente, a criança desamparada tende a tornar-se um adulto impulsivo, ou seja, se o desconforto emocional decorrente dos impulsos originários não encontrar um suporte que possa abrandá-lo, seu abrandamento provavelmente se dará por meio da "descarga" motora, que resultará possivelmente na necessidade do comportamento destrutivo como forma de regulação psíquica. (MARANGONI, 2018, p. 206).

Levando em conta uma orientação lacaniana, Miller (2017) faz uma série de afirmações sobre a violência na infância. Algumas delas são: 1) A violência não é um substituto para a pulsão, ela é a própria pulsão, ao lado de Tãatos; 2) No real, a violência é uma emergência de poder; 3) No simbólico, a violência está inerente a uma imposição do significante-mestre; 4) Já no imaginário encontra-se a própria violência em si. É inevitável não lembrar do termo foucaultiano de biopoder, dentro da biopolítica, onde a dicotomia “fazer morrer e deixar viver” foi substituída por “fazer viver e deixar morrer”: “(...) caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima para baixo” (FOUCAULT, 2012, p. 152).

Nesse sentido, o fazer sofrer e o voyeurismo desse sofrimento é mais gratificante para o agressor do que simplesmente destruir seu objeto. A partir dessas afirmações-chaves, Miller (2017) propõe que a violência na infância seja explicada por uma falha no estabelecimento de recalques, na qual ela pode expressar simbolicamente uma busca por atenção com o objetivo de ser amado, através da descarga de um gozo puro na instância do real — a violência e a agressividade contra terceiros. Em consonância, Ubiato (2011) alega que a ação do *bullying* por parte do agressor representa uma maneira defensiva que o sujeito se impõe para não enfrentar o real e assumir para si que tudo o que é projetado no outro na verdade são seus próprios conteúdos, justamente para desviar a atenção para terceiros e não para si mesmo.

Ramos (2011) considera que ações do ambiente virtual quando transferidas para o ambiente real é o que é capaz de satisfazer o Eros de forma mais efetiva. No entanto, se transferirmos essa lógica para a questão do *cyberbullying*, ele pode ser visto como o seu inverso, o prazer pode ser satisfeito no ambiente virtual sem o receio da ação do princípio da realidade, onde o prazer encontra-se livre para ser descarregado com o benefício do anonimato; sem punições e sem autoridades.

Goldenberg (2011) reflete que os declínios da figura do pai e seus ideais, assim como os semblantes paternos, afetam diretamente a educação, visto que os sujeitos têm grandes dificuldades em renunciar o gozo corporal em uma era que a lei é gozar de forma ilimitada. O *bullying*, dessa maneira, não passaria de um deslocamento desse gozo. Em concordância, Ubiato (2011) aponta que a violência que os jovens estão sujeitos e propagando é reflexo do declínio da figura de um mestre. A partir dos conceitos de Simbólico e Imaginário, Sousa e Pinto (2021) ponderam que as medidas *antibullying* devem contar com a importância do diálogo, da escuta e do entendimento do sofrimento psíquico alheio, seja por parte do agressor ou da sua vítima, evocando a autoridade do adulto — que sempre é uma referência aos menores — como a figura do professor nesse processo. No artigo “O que a psicanálise tem a dizer sobre o bullying?”, Tironi (2017) entende que hoje, dentro do contexto clínico, vivemos uma crise de instituições de autoridade antes consolidadas — que tem seus bônus mas também seus ônus —, um declínio que coloca pais, professores e alunos em par de igualdade que, ao invés de aprenderem uns com os outros, tanto crianças e adolescentes mostram-se desorientados e sem referência clara de autoridade geracional. Para Tironi (2017), se a figura de autoridade estar fragilizada, o que resta

é que cada pessoa encontre maneiras de não tornar-se uma vítima, mesmo que para isso esse indivíduo se torne um agressor.

Simões, Santos e Gonçalves (2017), assentindo com Miller (2017), atribuem e tecem uma correlação entre o aumento de ocorrências do *bullying* no ambiente escolar nos últimos anos a uma cultura cada vez mais narcísica por parte da sociedade atual, o que eles chamam de “pós-modernidade narcísica” (p. 30). O indivíduo pós-moderno tem a obrigatoriedade ao gozo como estágio máximo de sua existência, um sujeito que age impulsivamente seguindo a descarga imediata dos seus desejos, crendo na sua onipotência e impunidade, tendo uma baixíssima tolerância à frustração e, por consequência, liberando mais tendências destrutivas. Mesmo que haja agressividade que vem da natureza humana, sua normalização na sociedade vigente se deve a modelos falhos de levar identificações eficazes, que suprime papéis, valores e funções sociais criando ambientes confusos e ambivalentes aos jovens: “Uma vez que o “eu” possui a finalidade de torna-se oásis de gozo numa sociedade regida pelo princípio do prazer, a frustração passa a ser estranha ao reflexo de Narciso, iniciando uma profunda rejeição inconsciente a tudo que distorça a imagem deste ego ideal” (SIMÕES; SANTOS; GONÇALVES, 2017, p. 36).

Diante da inevitável busca em satisfazer os desejos — a busca pelo prazer — a psicanálise, segundo Xavier (2014), deseja que a escola

[...] vincule a criança ao desejo, desde sempre atrelado ao conhecimento (desejo de aprender); aos professores, que escutem seus alunos muito mais do que falam a eles; aos pais, que fortaleçam a criança, do ponto de vista da segurança e da confiança, para o enfrentamento de suas questões escolares e relacionais e que fortaleçam também a escola, no sentido de não desautorizá-la, frente às questões que envolvem os filhos, mas que a tomem como parceira no difícil trabalho de participar da constituição de sujeitos, na sociedade do excesso e a todos, que busquem o desenvolvimento da autonomia, a inclusão e a aceitação do sujeito em sua singularidade, discernindo bem entre o que é violência e o que é agressividade necessária à sustentação e à preservação da vida, estimulando a última. (XAVIER, 2014, p. 167-168).

Se quanto mais primitiva a fase do desenvolvimento egóico da criança está, mais forte é a sua tendência à identificação, visto que não importa qual é a relação, toda relação objetal acarreta em uma tendência para se identificar com o objeto, ou seja, tornar-se igual a ele (BRENNER, 1987). Esta afirmação pode ser a base da criação de estratégias *antibullying* na infância, porque é através do processo de

identificação que pode-se trazer à luz da consciência — até então inconsciente — a identificação do agressor com sua vítima, por meio da autoridade evocada dos pais e professores bem no período do complexo edipiano, fase que encontra-se “a intensidade da tempestade de paixões de amor e ódio, de desejo e ciúme, de fúria e medo que ruge dentro da criança” (BRENNER, 1987, p. 120). Mediante a isso, a consequência mais natural é a formação de um superego — uma consciência — mais conciso e tolerante às frustrações, fundamental para formar uma personalidade que leva em conta: 1) a aprovação ou desaprovação de atitudes e desejos repetitivos; 2) uma auto-observação e autopunição crítica; 3) uma exigência de arrependimentos e reparações a alguma atitude de ruim feita e; 4) uma autoestima para cometer ações virtuosas (BRENNER, 1987).

Quando os objetos edipianos são abandonados e substituídos por **identificações do superego**, a energia do impulso, que anteriormente catexizava esses objetos, fica, pelo menos em parte, à disposição da porção do ego recentemente estabelecida e que chamamos de superego. Assim, a energia agressiva à disposição do superego deriva da energia agressiva das catexias de objeto edipianas, e as duas são pelo menos proporcionais, senão iguais em quantidade. Isto é, quanto maior a quantidade de energia agressiva das catexias de objeto edipianas, maior a quantidade da mesma que ficará subsequentemente à disposição do superego. **Essa energia agressiva poderá então se voltar contra o ego sempre que surgir a oportunidade de lhe impor obediência às proibições do superego ou de punir o ego por suas transgressões** (BRENNER, 1987, pp. 130-131) (grifos dos autores).

O principal cuidado que deve ser tomado é não tornar esse superego tão sisudo ao ponto de sabotar o próprio ego (o eu), criando todo um processo de culpa corroída — a mãe das neuroses obsessivas — que Freud discorre em “O mal-estar na civilização” (1929/1996), que desestabiliza toda uma homeostase psíquica que este eu desempenha no equilíbrio entre os anseios do id e as contracatexias do superego. Para isso, criar estratégias de sublimação dessas pulsões pode ser a melhor saída (literalmente) desses desejos inconscientes. É assim que os esportes e as artes, em geral, funcionam; não é à toa que os principais mecanismos de intervenção são com base no desenvolvimento dessas habilidades que, ao invés de corroerem psiquicamente e fisicamente o indivíduo, sublimam seus desejos mais primitivos advindos do inconsciente e contribuem para o seu desenvolvimento pessoal, tudo dentro do contrato civilizatório.

É claro que há limitações e empecilhos nesse processo, uma vez que se sabe que agressores geralmente vêm de famílias severas ou ausentes que, ou é autoritária ou ausente demais, podem atrapalhar o envolvimento dos pais. Entretanto, se o lar for apenas severo, o envolvimento dos pais é de suma importância na construção do indivíduo e para si mesmos. Todavia, se os pais forem ausentados é seguro dizer que, se o sujeito não encontra uma figura, um símbolo ou um significante que lhe remeta uma autoridade geracional ou uma inspiração, é papel fundamental da escola nesse processo como entidade acolhedora, dado que a transferência infantil é um processo natural e esperado.

Não há nenhum intuito por parte dos pesquisadores de esgotar o debate sobre a complexidade do *bullying* e suas facetas dentro e fora do contexto escolar. Acredita-se que o desenvolvimento de mais pesquisas e debates na área, assim como a intersecção de diversos territórios do conhecimento e a aplicação de metodologias e campanhas *antibullying* sejam mais que bem-vindos na construção do saber e no seu aperfeiçoamento, assim como no combate prematuro desses comportamentos.

REFERÊNCIAS

- ANZIEU, D. **O grupo e o inconsciente: o imaginário grupal**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.
- BONELLI, C. Análisis de um caso de bullying y cyberbullying de uma adolescente. **Revista Científica Novas Configurações – Diálogos Plurais, Luziânia**, v. 1, n. 2, p. 39- 45, 2020.
- BRENNER, C. **Noções básicas de psicanálise: Introdução à psicologia psicanalítica**. Trad. Ana Mazur Spira, 4. ed., Rio de Janeiro, Imago: São Paulo, Ed. da USP, 1987.
- CAVALCANTI, A. L. Lesões no complexo maxilofacial em vítimas de violência no ambiente escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 5, p. 1835-1842, 2009.
- CHAVES, D. R. L.; SOUZA, M. Rodrigues de. Bullying e preconceito: a atualidade da barbárie. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 1-17, 2018.
- DESLANDES, S. F.; COUTINHO, T. O uso intensivo da internet por crianças e adolescentes no contexto da COVID-19 e os riscos para violências autoinfligidas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2479-2486, 2020.

DIORIO, P. L.; OLIVEIRA, R. D. A Intervenção Psicopedagógica nas relações interpessoais de alunos: Uma pesquisa sobre o bullying na escola de Ensino Fundamental de Cachoeiro de Itapemirim. **Revista Científica Linkania Júnior**, v. 1, n. 1, 2011.

DO NASCIMENTO, J. K. F. et al. Automutilação em Adolescentes e Adultos Jovens na pandemia por Covid-19: o relato de três casos. **Revista Augustus**, v. 25, n. 52, p. 112-122, 2020.

DOS SANTOS, H. M. R. Os desafios de educar através da Zoom em contexto de pandemia: investigando as experiências e perspectivas dos docentes portugueses. **Práxis Educativa**, v. 15, p. 1-17, 2020.

DUBOC, M. J. O. et al. Bullying e desempenho escolar: leituras e compreensões. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, v. 9, n. 1, p. 21-37, 2021.

FERNANDES, L., SEIXAS, S. **Plano Bullying: Como apagar o bullying da escola**. Lisboa: Plátamo Editora, S. A., 2012.

FERREIRA, T. R. de Souza Castro; DESLANDES, S. F. Cyberbullying: conceituações, dinâmicas, personagens e implicações à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 10, p. 3369-3379, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

FREIRE, A. N.; AIRES, J. S. A contribuição da psicologia escolar na prevenção e no enfrentamento do Bullying. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 16, n. 1, p. 55-60, 2012.

FREUD, S. (1905) **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1920) **Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos**. Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1921) Psicologia de grupo e a análise do ego. In: Freud, S. **Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos**. Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 81-154.

_____. (1927-1931) **O futuro de uma ilusão, O mal-estar na civilização e outros trabalhos**. Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FUGANTI, R.; FUGANTI, T. M. F. Bullying e o direito: previsão legal, conceitos e estatísticas, comparativo legal Brasil e Estados Unidos. **Revista Jurídica da UniFil**, v. 16, n. 16, p. 158-173, 2019.

GARMENDIA, J. El bueno, el friki y el malo. In: GOLDENBERG, Mario (Org.) **Violencia en las escuelas**. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2011.

GOLDENBERG, M. Violencia, escuela y la subjetividad contemporánea. In: GOLDENBERG, M. (Org.). **Violencia en las escuelas**. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2011, p. 11-21.

GOMES, A. E. G.; REZENDE, L. K. Reflexões sobre bullying na realidade brasileira utilizando a técnica de análise de conteúdo: revisão bibliográfica. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, v. 11, n. 1, 2011.

GUIMARÃES, M. R. V. A Educação Física no enfrentamento da violência em uma escola da rede municipal de ensino de Pelotas-RS. **Encontro: Revista de Psicologia**, v. 14, n. 21, p. 25-35, 2011.

LACERDA, I. M.; PADILHA, M. F.; AMARAL, P. S. P. do. Cyberbullying: Violência Virtual e a Tipificação Penal no Brasil. **InterSciencePlace**, v. 13, n. 2, 2018.

LANA, R. M. et al. Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 3, p. 1-4, 2020.

MARANGONI, V. X. C. **A face perversa da convivência escolar: uma exploração psicanalítica do bullying**. Assis: Dissertação de mestrado apresentado a Unesp, 2018.

MARQUES, A.; DRAPER, D. **Dicionário inglês português/português inglês**. 15. ed. São Paulo: Ática, 1996.

MARTINS, R. X. A covid-19 e o fim da educação a distância: um ensaio. **EmRede-Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 242-256, 2020.

MILLER, Jacques-Alain. **Enfants violents. Après l'enfance: travaux récents de l'Institut psychanalytique de l'Enfant**. Paris: Navarin Editeur, 2017, p. 195-207.

MOURA, D. R. de; CRUZ, A. C. N.; QUEVEDO, L. de Ávila. Prevalência e características de escolares vítimas de bullying. **Jornal de Pediatria**, v. 87, n. 1, p. 19-23, 2011.

OLIVEIRA, W. Abadio de et al. Saúde do escolar: uma revisão integrativa sobre família e bullying. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 5, p. 1553-1564, 2017.

OLIVEIRA-MENEGOTTO, L. Machado de; PASINI, A. I.; LEVANDOWSKI, G. O bullying escolar no Brasil: uma revisão de artigos científicos. **Psicologia: teoria e prática**, v. 15, n. 2, p. 203-215, 2013.

ORNELL, Felipe et al. "Pandemic fear" and COVID-19: mental health burden and strategies. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 42, n. 3, p. 232-235, 2020.

PINHEIRO, F. M. F., WILLIAMS, L. C. de Albuquerque. Violência intrafamiliar e intimidação entre colegas no ensino fundamental. **Cadernos de pesquisa**, v. 39, n. 138, p. 995-1018, 2009.

RAMIREZ, L. P. G. C. Acoso escolar cibernético en el contexto de la pandemia por COVID-19. **Revista Cubana de Medicina**, v. 59, n. 4, 2020.

RAMOS, S. P. La violencia como diversión. In: GOLDENBERG, Mario (Org.) **Violencia en las escuelas**. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2011.

RAMOS, S. P. La violencia como diversión. In: GOLDENBERG, Mario (Org.) **Violencia en las escuelas**. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2011.

REZENDE, E. N.; CALHAU, L. B. Cyberbullying, direito educacional e responsabilidade civil: uma análise jurídica e deontológica da realidade brasileira. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, v. 24, n. 2, 2020.

RÍO-PÉREZ, J. et al. Cyberbullying: un análisis comparativo en estudiantes de argentina, Brasil, Chile, Colombia, Mexico, Perú y Venezuela. **Trípodos, V Congreso Internacional de Comunicació i Realitat**, v. 1, n. 2, p. 307-316, 2009.

SANTOS, L. C. S.; ASSUMPCÃO, L. O. T.; JÚNIOR, M. A. C. O professor de Educação Física e o etnocentrismo: um estudo sobre o bullying. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, p. 1-17, 2020.

SCHREIBER, F. C. de Castro; ANTUNES, M. C. Cyberbullying: do virtual ao psicológico. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, v. 35, n. 88, p. 109-125, 2015.

SILVA, A. B. B. **Mentes perigosas nas escolas: bullying**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SILVA, J. L. da et al. Prevalência da prática de bullying referida por estudantes brasileiros: dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2015. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 28, n. 2, p. 1-11, 2019.

SIMÕES, M. M.; SANTOS, V. B. dos; GONÇALVES, C. M. Entre o bullying e narcisismo: uma relação possível. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia-RCE. PSI**, v. 28, n. 1, p. 30-37, 2017.

SOUSA, F. de; PINTO, C. N. Uma leitura sobre bullying e preconceito a partir do Simbólico e do Imaginário da Psicanálise. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, v. 9, n. 1, p. 56-69, 2021.

TIRONI, A. C. O que a psicanálise tem a dizer sobre o bullying?. In: **Pedagogia: contribuições para o ensino da matemática e para a clínica**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p. 77-87.

TORO, G. V. R.; NEVES, A. S.; REZENDE, P. C. M. Bullying, o exercício da violência no contexto escolar: reflexões sobre um sintoma social. **Psicologia: teoria e prática**, v. 12, n. 1, p. 123-137, 2010.

UBIETO, J. R. Violencias escolares. In: GOLDENBERG, Mario (Org.) **Violencia en las escuelas**. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2011, p. 23-42.

URRA, J. **O pequeno ditador**. Lisboa: A esfera dos livros, 2009.

XAVIER, M. G. M. Psicanálise e Educação: um olhar sobre o fenômeno do bullying. **Revista Exitus**, v. 5, n. 1, p. 154-169, 2015.

ZIZEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

Capítulo 2
**O IMPERATIVO À AUTONOMIA: UMA
LEITURA CRÍTICA A PARTIR DA
PSICANÁLISE**

Suéllen Buchaúl
Isabel Fortes

O IMPERATIVO À AUTONOMIA: UMA LEITURA CRÍTICA A PARTIR DA PSICANÁLISE¹

Suéllen Buchaúl

Psicanalista, doutora em Psicologia Clínica (PUC-Rio) e mestre em Teoria Psicanalítica (UFRJ). E-mail: sbuchaul@yahoo.com.br.

Isabel Fortes

Psicanalista, professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica (PUC-Rio), doutora em Teoria Psicanalítica (UFRJ) e mestre em Psicologia Clínica (PUC-Rio). E-mail: mariaisabelfortes@gmail.com.

Resumo: O presente capítulo propõe uma reflexão acerca do discurso de ideal de autonomia que vem se destacando de maneira significativa na sociedade ocidental contemporânea. A demanda por modelos subjetivos de performance e de iniciativa individual, acompanhada de intenso sentimento de angústia, tem sido recorrente no setting analítico. Essa autoexigência por parte do sujeito é herança de um contexto sociocultural e histórico, convertendo-se em uma necessidade individual. Na contracorrente desse discurso, a psicanálise revela a insuficiência de um projeto de autonomia, e denuncia, a partir dos conceitos de inconsciente e desejo, a possibilidade de se conceber um sujeito “autônomo”. De acordo com a teoria de Freud e Lacan, o sujeito é marcado pela falta, submetido à lei do desejo e atravessado pela ordem do inconsciente. Estes três argumentos denunciam a validade do discurso de ideal de autonomia, colocando-a em questão.

Palavras-chave: autonomia; individualismo; psicanálise.

Abstract: This chapter proposes a reflection on the discourse of the ideal of autonomy that has been standing out significantly in contemporary western society. The demand for subjective models of performance and individual initiative, accompanied by intense feelings of anguish, has been recurrent in the analytical setting. This self-demand on the part of the subject is inherited from a socio-cultural and historical context, becoming an individual need. In the countercurrent of this discourse, psychoanalysis reveals the insufficiency of a project of autonomy, and denounces, from the concepts of the unconscious and desire, the possibility of conceiving an “autonomous” subject. Under the theory of Freud and Lacan, the subject is marked by the lack; subjected to the law

¹ Este capítulo foi previamente publicado na revista *Estudos e Pesquisas em Psicologia* (link: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/61064>). Agradecemos a Equipe Editorial pela permissão de publicá-la neste livro.

of desire; and crossed by the order of the unconscious. These three arguments denounce the validity of the discourse of the ideal of autonomy, putting it in question.

Keywords: autonomy; individualismo; psychoanalysis.

O presente capítulo propõe investigar o discurso de ideal de autonomia que vem se destacando de maneira significativa na sociedade ocidental contemporânea. A prática clínica psicanalítica tem testemunhado a recorrência de uma busca por modelos subjetivos de performance e de iniciativa individual, muitas vezes acompanhada de intenso sentimento de angústia. Observamos que essa autoexigência demandada pelo sujeito vem de um contexto sociocultural e histórico, convertendo-se em uma necessidade particular. De acordo com Ehrenberg (2010), a noção de autonomia implica em atitudes e tomadas de decisões, assim como pressupõe um ideal de liberdade e de individualização – que são, vale dizer, da ordem do impossível. Em outras palavras, esses ideais não podem ser plenamente realizados.

Tem sido frequente recebermos na clínica pais se queixando da falta de autonomia de seus filhos. As escolas, por sua vez, instigam essa demanda quando emitem relatórios curriculares registrando o nível de autonomia alcançado pela criança com base em um determinado padrão de comportamento. À esteira disso, os adolescentes chegam emparelhados com o mesmo discurso: “preciso ter autonomia, independência e ser autêntico”. Cabe, aqui, destacar que a autenticidade tem sido também, em paralelo com a autonomia, um outro elemento central que se destaca como traço da subjetividade contemporânea. Principalmente dentre os adolescentes, ela é um circuito bastante valorizado, levando-os a tentar das mais variadas formas para se diferenciarem uns dos outros. Por seguirem o mesmo padrão de busca da “diferença”, acabam homogeneizando-se. E, nas organizações, ou seja, no mundo corporativo, a condição de se diferenciar do outro também está presente. Os funcionários são avaliados pelo seu grau de eficiência, iniciativa e pró-atividade. É preciso estar sob o regime constante do lema: *You must be the best!* Com a forte pressão, aumenta a competitividade e surgem sentimentos de rivalidade e ressentimento, tão presentes, em nossos dias, na psicopatologia do trabalho.

Na contracorrente do ideário de autonomia da cultura contemporânea, a psicanálise atesta, desde a sua inauguração, um sujeito que é necessariamente

dividido, barrado pela castração e impossibilitado de alcançar total supremacia e domínio de si. Ao revelar o inconsciente como uma instância psíquica, Freud denuncia que “o ego não é o senhor da sua própria casa” (FREUD, 1917/1996, p. 178). Portanto, para a psicanálise, o sujeito inconsciente não é um sujeito centrado no eu e nem se confunde com o indivíduo. Como nos aponta Lacan (1954-55/1985a), o eu é, sobretudo, da ordem de uma relação imaginária, visto que “o ego nunca é apenas o sujeito” senão na sua relação com o outro, semelhante, “que ele toma como ponto de partida e de apoio” (LACAN, 1954-55/1985a, p. 224).

Contrariamente a isso, a noção de um ideal de autonomia exige do sujeito um papel social no qual ele não se encontra em condições de sustentar e de dar conta: um lugar de mestre de si mesmo (HOFFMAN, 2005). Mesmo que assim o queiramos, a mestria da vontade é inatingível para qualquer um de nós pois, como dito, o domínio total de si nos escapa, mesmo que à revelia do nosso querer. Desse modo, observa-se que o tiro acaba saindo pela culatra, sendo o esforço subjetivo para alcançar e para manter a posição de total autonomia aquilo mesmo que nos adoece. Tal imperativo tem desencadeado novas configurações psicopatológicas como, por exemplo, o sentimento de insuficiência, causador de sentimento de tristeza e sensação de vazio que têm aumentado a incidência de quadros de depressão. Com efeito, Alain Ehrenberg (1998) desenvolve em seu livro, *La fatigue d'être soi: dépression et société*, um estudo sobre a sintomatologia da depressão considerando-a como uma “doença da autonomia”. Para o sociólogo francês, a “autonomia” tornou-se, na atualidade, um significante de ordem persuasiva, assim como a “disciplina” foi, na modernidade, destacada por Foucault como operador central daquele *ethos* social. Na mesma direção, em Lacan (1954-55/1985a) encontramos a significação da autonomia como um discurso delirante, uma vez que a ambição de uma independência total do campo do outro revela-se como algo inalcançável na realidade.

Observa-se, portanto, que os significantes “autonomia, independência e individualização” aparecem de forma incisiva na cultura contemporânea, quase à maneira de um imperativo categórico a ser obedecido.

Assim, debruçamo-nos, no presente capítulo, sobre alguns desdobramentos teóricos que venham dar luz às seguintes questões: De onde se origina esse imperativo à autonomia? Como ele se constituiu historicamente e com base em que

condições antropológicas? Como ele se configura nas relações sociais e na imagem que o sujeito deve ter de si na contemporaneidade? De que maneira a psicanálise é um discurso que coloca esse imperativo sob suspeita, criticando a sua possibilidade ou mesmo plausibilidade? Essas são as questões que norteiam este capítulo.

A modernidade e o surgimento do individualismo

Chama-se de contemporaneidade a recente passagem da segunda metade do século XX para o século XXI. Testemunhamos nessa transição temporal várias mudanças socioculturais, políticas e econômicas. Entretanto, consideramos que as transformações nesses respectivos campos não se deram de forma súbita. Em outras palavras, seu desencadeamento vem de longo tempo, mais precisamente de séculos atrás. Sendo assim, consideramos ser necessário, antes de tratar da contemporaneidade, realizar uma breve genealogia antropológica sobre alguns aspectos históricos e sociais acerca do que se concebe hoje como ideal de autonomia.

Retornemos ao tempo, mais especificamente ao início da modernidade, na passagem do século XVI para o século XVII, quando surge o racionalismo inaugurado por Descartes, filósofo que rompe com a filosofia da Idade Média. Com a célebre expressão *Cogito, ergo sum*, traduzida do latim por “penso, logo existo”, Descartes (1641/2005) apresenta a única certeza indubitável diante de todas as outras coisas que poderiam ser contestáveis: a existência do homem enquanto ser pensante. A partir de então, o homem passa a se considerar o ser central do universo, constituído de um Eu que só pode existir enquanto pensante.

Esse novo paradigma cartesiano levou à destituição do papel central e onipotente que Deus ocupava no mundo. A questão metafísica proposta por Descartes preparou uma revolução no que diz respeito aos lugares que o homem passou a ocupar no universo e aquele ocupado por Deus, enquanto elemento substancializado pela fé. Esse foi um dos fatores principais que impulsionou mudanças estruturais no ocidente, desembocando na grande revolução científica, que marcará o final do século XVII e a entrada do século XVIII (DUMONT, 1983).

A revolução científica, juntamente com a chegada da revolução industrial – marcada pelo modo de produção capitalista –, desencadearam uma nova

configuração social, a saber, a sociedade burguesa capitalista (ENGELS & MARX, 1848/2005). A importância desse processo não pode ser negligenciado, na medida que marca o contexto no qual uma revolução social começa a se propagar diante das mudanças ideológicas que passam a emergir e se estabelecer nessa época. Não iremos destrinchar cada parte histórica. Embora sua reconhecida importância; o que pretendemos é tão somente nos restringir aos pontos simbólicos decorrentes da passagem dos séculos, a fim de situarmos historicamente a gênese do ideal de autonomia.

A sociedade ocidental europeia do século XVIII foi palco do movimento filosófico do Iluminismo, cuja bandeira era a razão acima de tudo – efeito do cogito cartesiano. Nesse período, século das Luzes, “a racionalidade vai desenvolver-se como razão construtiva das teorias e como razão crítica (...) a ideia de um universo totalmente acessível ao racional, assim como a concepção de uma humanidade guiada pela Razão” (MORIN, 2005, p. 24). Os avanços científicos e os aspectos racionalistas passam a ser valorizados, visando o progresso da Humanidade a partir da perspectiva de tornar o homem mais evoluído e criar uma sociedade mais avançada em termos civilizatórios.

O final do século XVIII, de acordo com Hegel, pode ser compreendido como “um esplêndido nascer do sol” (MORIN, 2005, p. 25). Há, nessa expressão, a correlação direta entre o que é da razão e o que é solar, iluminado. A ideia norteadora dessa época consiste em o homem ser capaz de transformar a sociedade e direcionar o seu próprio destino. O lema ao qual se adere é pautado na figura de um indivíduo livre e independente, capaz de explorar o mundo a seu próprio modo, que deram as bases para o individualismo moderno. De fato, foram as ambições de liberdade e independência que os princípios que contribuíram para a emergência da revolução social fizeram surgir o movimento do individualismo, mapeado de maneira ao mesmo tempo extensa e precisa pelo sociólogo francês Louis Dumont (1983).

Dumont (1983) descreve a sociedade individualista como uma organização social composta de elementos singulares, na qual cada um deve se desenvolver de modo independente a fim de agregar maior valor à sociedade. À esteira disso, surge o movimento liberal que, implicitamente, chega emparelhado pelo sistema capitalista. Neste contexto, as instituições como escolas, fábricas e outras instâncias sociais

começam a se programar para formar um indivíduo que possa responder ao novo ideal. Desse modo, o advento da sociedade capitalista burguesa e do regime liberal faz eclodir a ideologia individualista.

À medida que o sujeito deseja buscar sua ascensão econômica e pessoal com o horizonte de alcançar liberdade e independência, a noção de individualismo se intensifica cada vez mais na cultura ocidental. E se fortalece ainda mais com o passar dos anos, das décadas, dos séculos. Surge, assim, um modo de se subjetivar pressionado a ser autossuficiente, acreditando na possibilidade de alcançar sua liberdade e independência e, desse modo, de ter completa autonomia. Contudo, esse bem supremo não parece ser tão acessível ao sujeito. Dumont (1983) esclarece que a inviabilidade da noção de individualismo está, justamente, na ideia de um indivíduo supostamente autossuficiente, autônomo e capaz de total independência – ideia que, afinal, inverte a própria noção de sociedade.

Curioso notar que a noção de individualidade era necessariamente cernida pelo princípio de igualdade. As condições sociais oferecidas para a ascensão do sujeito eram sustentadas pela doutrina cristã com o preceito de uma sociedade “justa” e “igual” para todos. Compete, portanto, ao indivíduo ser capaz de aproveitar as oportunidades oferecidas pela sociedade para conquistar seu lugar social. Aquele que não consegue se estabelecer no campo social e econômico é considerado um sujeito “incapacitado”. Tal paradoxo produzido pela ideologia da época revela uma discrepância entre o discurso social transmitido ao sujeito e as condições que eram exigidas dele. Dumont (1983) nomeia essa problemática de “diferença de valor”. Dito de outro modo, é através dele (do sujeito) que a sociedade pode se transformar e ser valorizada.

Apesar disso, a noção de individualismo vai ganhando terreno e se consolidando com a presença maciça do cristianismo, juntamente com o fortalecimento do capitalismo. Um princípio prometeico no qual o processo de produção subjetiva passa a ser controlado por discursos que instituem parâmetros de comportamentos, estilos de vida, de relações, etc., em razão do direito à liberdade. Com isso, a passagem do século XVIII para o XIX demarca a preeminência das relações de poder sobre o funcionamento da organização econômica, política, cultural e social, transformando também os modos de subjetivação.

Foucault (1975/1987) problematizou esse contexto apontando que os corpos passaram a ser moldados pelo dispositivo capitalista sob a forma do que ele chamou de “biopoder”. Essa expressão, tão conhecida e enunciada pelo filósofo francês, representa o domínio das relações de poder sobre os corpos individuais, imiscuindo-se como um processo subjetivo. Com o desenvolvimento tecnológico e da ciência, esse complexo maquínico passa a operar de forma mais abrangente, incidindo sobre os corpos de maneira coletiva – instrumento que foi designado por Foucault sob o termo de biopolítica (FOUCAULT, 1978-79/2008).

A biopolítica consiste em um dispositivo de poder que alcança parte significativa da sociedade, produzindo formas e modos de subjetivação. A dinâmica de relações de poder atravessa o corpo social e emprega o indivíduo no campo político sob os mecanismos de força e de submissão. O corpo é transformado em um objeto a ser administrado, passando a ser um utensílio submetido à tecnologia de poder. A dominação e a submissão dos corpos, portanto, tornam-se elementos fundamentais para o processo de relações de poder que marcam a passagem do século XIX para o início do século XX (FOUCAULT, 1975/1987).

A tese foucaultiana mostra a ferocidade com que o poder disciplinar incide sobre a sociedade moderna, sinalizando o exercício das forças de punição, correção e enquadramento sobre o sujeito. Sua crítica baseia-se na ideia de que os dispositivos de controle fortalecidos pela emergência do capitalismo visam os corpos como meios de produção. Em meio a essa configuração social, o coletivo, impulsionado pelo discurso normalizador, ganha destaque e empoderamento sobre a subjetividade individual. Para Foucault (1978-79/2008), os sujeitos passaram a ser enquadrados em um modo único de controle político, social, econômico e moral.

A contemporaneidade e as transformações do individualismo

A grande virada que caracteriza os meados do século XX é que os modos de produção capitalista não funcionam mais unicamente no registro dos valores de troca – valores que são da ordem do capital –, mas passam a funcionar, principalmente, por meio do controle da subjetivação, influenciando todo o modo de existência. Deleuze (1972/1992) aponta que a subjetividade é fomentada por meio dos modelos de

existência que são disseminados pelo capital social. Para o autor, trata-se da grande máquina industrial que captura a subjetividade como natureza industrial e de produção. O que passa a ser colocado em pauta são modos de existência estritamente vinculados aos interesses capitalistas, determinando, por exemplo, o que é ser criança, como ser boa mãe, como ser bom pai, como ser livre, ter autonomia etc.

O engodo que marca esse paradigma é a crença a ele subjacente de que se teria total liberdade de escolha, sem saber que no fundo se obedece a um modo de existência produzido pelo sistema. Deleuze (1972/1992) ressalta que o capitalismo social atua como controle no nível da liberdade de escolha dos sujeitos, situando-os dentro de um determinado modo de existência: um controle contínuo, de formação permanente, atuando no nível da nossa liberdade que se estende de forma crescente até nossos dias. A rede de controle diz o que você deve escolher e, então, você escolhe com prazer! Com o assentamento da globalização devido ao avanço das tecnologias de informatização e comunicação (TICs) e com o progresso acelerado da ciência, esse discurso vai se difundindo de modo cada vez mais instantâneo e, ao mesmo tempo, cada vez mais sorrateiro e insidioso. A este enquadre social Deleuze deu o nome de sociedade do controle.

O modelo de controle dos modos de subjetivação descrito acima envolve as noções de liberdade e de autonomia as quais, conforme já evidenciado, surgem com matizes específicas na ideologia individualista. Após a virada do século XX, esse mito se expande pelo espaço social. A contemporaneidade consiste, justamente, nesse novo objeto de valor mercadológico do capitalismo: a subjetividade do homem. Dessa maneira, a ideologia neoliberal retoma o liberalismo e intensifica a ideia de uma liberdade individual. Dado que, para sobreviver, por um lado, em uma sociedade na qual Deus foi destituído de seu papel como pai eterno, e por outro, em um Estado que não sustenta sua função como regulador do controle social, o sujeito precisa adquirir sua independência. O que entra em jogo agora não é mais uma noção de liberdade associada a um valor social, mas uma autonomia como um modo de sobrevivência. O ideal de autonomia surge aí como uma condição e, não mais (e não somente) como aspiração (EHRENBURG, 2010).

Em seu livro *La société du malaise*, o sociólogo Alain Ehrenberg (2010) investiga esses dois aspectos do ideal de autonomia – como condição e como

aspiração – na sociedade europeia, em especial na França no período entre a Revolução Francesa e o final da Segunda Guerra Mundial. De acordo com sua análise, o ideal de autonomia tem sua gênese no final do século XVIII, marcada pelo liberalismo, inflexão do individualismo. O autor mostra que, em um primeiro momento, o ideal de autonomia eclode como aspiração coletiva, significando independência do indivíduo. Como vimos, esse ideal emerge com uma perspectiva de ordem e progresso social. Porém, em um segundo momento, devido à falência do Estado, o valor de autonomia ressurgiu amparado pelo regime neoliberal como uma condição de sobrevivência e disputa entre classes. Dessa maneira, retorna de forma acentuada no período pós-guerra, com o movimento neoliberal configurando um modo de subjetivação no espaço social e individual sob o prisma de um ideal de liberdade – condição considerada essencial para o alcance da felicidade.

Nesse período, surgiram diversos e variados estudos sociológicos para “diagnosticar” as causas das transformações sociais, culturais e econômicas que, de certa forma, levaram a mudanças significativas na sociedade. Em Frankfurt, Adorno e Horkheimer (1947) denunciaram que o progresso da cultura teve seu fluxo não pela cultura de massa, mas pela capitalização da “indústria cultural”.

Nos anos de 1960, Guy Debord publica *A sociedade do espetáculo*. Obra essencialmente crítica, discorre sobre o domínio avassalador do modo de produção capitalista em relação à organização social na Europa. Debord (1967) recorre ao termo “fetichismo mercadológico” de Marx para sinalizar o recrudescimento do poder socioeconômico e cultural do capitalismo. Para ele, a sociedade ganha caráter de espetáculo, uma vez que a classe burguesa passa a ter na imagem o elemento central que organiza as suas relações: “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (DEBORD, 1967/1992, p. 10). Tal característica da classe burguesa tem forte ascendência sobre a proletária, incitando-a também à prática do consumo em privilégio próprio, prática que fascina o mercado.

Complementando as ideias de Debord sobre esse cenário, Jean Baudrillard lança, em 1970, o livro *A sociedade de consumo*. Nesta obra, o sociólogo francês faz referência diretamente à questão do consumo mediada pelos meios de comunicação de massa. Baudrillard (1970/2008) chama atenção para a forma como é disseminada

a ideia de consumo: haveria um exercício de manipulação de signos instituídos socialmente como um “sistema de valores que assegura a ordenação dos signos e a integração do grupo” (p. 91).

Nessa mesma perspectiva, podemos citar, ainda, o historiador americano Christopher Lasch, o qual, em 1979, publicou *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Trata-se de uma análise da sociedade americana afetada pela globalização, na qual o autor apresenta ideia de uma ética de sobrevivência narcísica, em função da queda dos ideais e da crise do Estado (LASCH, 1979/1991). Por conta da falta de condições oferecidas pela sociedade capitalista, o indivíduo, não tendo mais com quem contar, teria que procurar lidar com o caos por si mesmo.

Além dos citados, há ainda o ensaio *a Sociedade de risco*, de autoria do sociólogo alemão Ulrich Beck. Ali, o autor denuncia que o movimento pós-revolução industrial desencadeia modalidades de risco à sociedade e às suas instituições, como a instituição familiar. Seu argumento se baseia no papel individualista que o indivíduo passa a priorizar, secundarizando a função das instituições sociais (BECK, 1986/2010).

Após este breve panorama sobre o contexto social que propiciou o advento do imperativo da autonomia a partir do terreno histórico do individualismo, vejamos, agora, mais detalhadamente, o engendramento de tal imperativo na família.

O imperativo da autonomia e a instituição familiar

Assim, vimos como na medida em que o sujeito foi buscando sua ascensão econômica e pessoal, a ideologia do individualismo foi, paralelamente, se intensificando na cultura ocidental. Com o passar do tempo, a ideia da possibilidade de o indivíduo ser autossuficiente, livre e autônomo foi ficando cada vez mais peremptória. Em contrapartida, algumas instituições foram perdendo lugar quanto às funções de orientar e proteger o sujeito. A instituição familiar, por exemplo, foi tendo sua autoridade reduzida, ocorrendo “um declínio social da imago paterna (...) condicionado pelo retorno de efeitos extremos do progresso social no indivíduo” (LACAN, 1938[1984] / 2008, p. 59).

Ora, dentre todas as instituições sociais, “a família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura (...) prevalece na primeira educação, na repressão dos instintos, na aquisição da língua materna” (LACAN, 1938[1984] / 2008, p. 9). Com a queda das idealizações e a crise do Estado – e, assim, com o declínio da imago paterna –, ocorre o enfraquecimento dos modelos referenciais simbólicos de proteção e de autoridade.

A liberdade, assim como o ideal de autonomia que a acompanha, começa a causar maior impacto social com o desdobramento do individualismo em sua versão do regime neoliberal – firmando-se, ainda, com os avanços da globalização e das tecnologias de informação e comunicação. Contudo, a pujança por um ideal de ser autônomo, livre e autêntico tornou-se mais intenso, a ponto de essa exigência passar a ser considerada, pelo campo da psicopatologia, uma doença contemporânea. Com efeito, Alain Ehrenberg (1998) refere-se a uma “doença da autonomia”, expressão que se refere a um estado de insuficiência no qual o sujeito contemporâneo se encontra por não conseguir atender ao imperativo social, que o incita à autonomia como modo de felicidade plena. Haveria, de acordo com o autor francês, uma relação entre o crescente número de diagnósticos de depressão e a significativa exigência de iniciativa individual e de performance que vem sendo feita ao sujeito. Assim, a depressão – antes considerada como o mal do século –, é por ele concebida agora como a “doença da autonomia”.

Não à toa, Ehrenberg (1998) ressalta que o ideal de autonomia tornou-se, na atualidade, uma exigência sociocultural que atravessa o sujeito de modo avassalador. É preciso realçar isto: a contemporaneidade é marcada por uma contradição de termos, na medida em que ser autônomo não é uma questão de escolha, mas de imperativo. Há um imperativo da autonomia que pressiona em direção a tornar-se cada vez mais autossuficiente, o que vem acarretando um mal-estar intenso na contemporaneidade.

Segundo o autor, “ser autônomo” implica em ações e tomada de decisões pessoais sobre as quais o sujeito nem sempre se encontra pronto a realizar. Nesse caso, ele é convocado a dar conta de tudo e, quando não consegue, é tomado por um sentimento de incapacidade, insuficiência, tristeza... depressão. Como corroboração a este assinalamento, temos ouvido, com frequência, na clínica psicanalítica, um

sofrimento que se expressa como “não estou conseguindo dar conta de tudo o que preciso fazer”, constatação clínica que vem ratificar a explicação do autor sobre o ideal de performance que atravessa os nossos tempos.

Para Ehrenberg (2010), o ideal de autonomia é engendrado no espaço social como um dispositivo de poder, assim como foi a disciplina para a modernidade. Ele é introduzido por meio de mecanismos institucionais, através das mais eficientes técnicas de informação e de comunicação, estando presente nas escolas, nas organizações, nas redes sociais etc. Parafraseando Foucault, esse ideal chega com um discurso como produção de verdade carregado de efeitos sobre o sujeito, com todo o tipo de variações possíveis.

Autonomia como discurso delirante

Cabe lembrar que a psicanálise surge entre o final do século XIX e início do século XX como um tratamento psíquico para o mal-estar. Ao revelar o inconsciente como uma instância psíquica, Freud (1917/1996) aponta um novo paradigma que contradiz a ideia racionalista cartesiana ao afirmar que “o eu não é o senhor da sua própria casa” (p. 178). O homem não é passível de total autocontrole. Ao contrário, se constitui como um ser pulsional que tende a lidar permanentemente com aquilo que está fora de seu domínio, a saber, suas manifestações inconscientes. Sua complexidade está, justamente, na impossibilidade de ser atribuído por uma autoconsciência sobre seus comportamentos, pensamentos e emoções.

Não tão distante de nosso tempo, em seu *Seminário, livro 3: as psicoses*, Lacan (1955-56/1985b) aponta para as transformações sociais que ocorrem na época e antecipa essa questão. Em suas palavras, a psicanálise

se atém a um discurso diferente, inscrito no próprio sofrimento do ser que temos diante da gente, já articulado em alguma coisa que lhe escapa, seus sintomas e sua estrutura (...). A psicanálise não se coloca nunca no plano do discurso da liberdade, mesmo que este esteja sempre presente, constante no interior de cada um, com suas contradições e discordâncias, pessoal embora sendo comum, e sempre, imperceptivelmente ou não,

delirante. A psicanálise visa o efeito do discurso no interior do sujeito (p. 156, grifos nossos).

Lacan (1955-56/1985b) elucida que o discurso da liberdade implica ao indivíduo se conceber como autônomo. Para o autor, trata-se de um discurso alienante imposto pela sociedade, com o qual a psicanálise não deve se aliar. No entanto, não podemos deixar passar despercebido o fato de esse discurso de ordem social causar efeitos no sujeito, assim como no estabelecimento do laço social e na forma como são organizadas as instituições. A busca pela autonomia e a impossibilidade dessa realização são, portanto, dois discursos ligados ao sujeito. O primeiro, de ordem alienante, embora delirante, nas palavras de Lacan (1955-56/1985b); e o segundo, aquele que – a experiência analítica nos mostra – “não se coapta” (p. 156). Assim, a psicanálise, em sua dimensão clínica e teórica, há de lidar com essa duplicidade de discursos tensionantes entre si, mas que permeiam e constituem os sujeitos, pois:

O *eu* não se reduz a uma função de síntese. Ele está indissoluvelmente ligado a esse tipo de mão morta, de parte enigmática necessária e insustentável, que constitui em parte o discurso do homem real com quem lidamos em nossa experiência, esse discurso estranho no seio de cada um enquanto ele se concebe como indivíduo autônomo (LACAN, 1955-56/1985b, p. 157, grifos nossos).

Dessa maneira, o discurso imperativo de liberdade converte-se, então, em uma concepção de autossuficiência, na qual o homem afirma, tal como esclarece Lacan (1955-56/1985b), “sua independência em relação, não só a todo senhor, mas também a todo deus, (...) sua irredutível autonomia como indivíduo, como existência individual (p. 154)”. Isso o leva a remeter essa concepção ao que o autor denomina um discurso “delirante de autonomia”. É completa que esse discurso “não está de graça na presença do indivíduo moderno no mundo, e nas suas relações com os seus semelhantes (...) a existência de um discurso permanente de liberdade parece-me indiscutível no indivíduo moderno” (LACAN, 1955-56/1985b).

Importa notar que a psicanálise define o sujeito analítico como dividido pela ordem da linguagem – uma concepção que, segundo Lacan (1965/1998), só pôde ser estabelecida por Freud a partir do próprio cientificismo de Descartes. Nas palavras do autor, “ao contrário do que se inventa sobre um pretenso rompimento de Freud com o

cientificismo de sua época, (...) foi esse mesmo cientificismo que conduziu Freud, como nos demonstram seus escritos” (LACAN, 1965/1998, p. 871). Freud foi atravessado pelo sujeito cartesiano para pensar o sujeito do inconsciente ao estabelecer sua tese de um sujeito descentrado, marcado pela castração.

Vislumbra-se, por conseguinte, que a demanda social de ser autônomo esbarra na dinâmica constitutiva do sujeito, a saber, na impossibilidade mesma de ele bastar a si próprio. Ora, o sujeito do inconsciente, conforme enunciado por Freud, é marcado pela falta, compreendido então, de acordo com Lacan, como um sujeito barrado (\$). Essa concepção constitutiva do sujeito como “falta-a-ser” foi desenvolvida com base na relação do encontro entre o sujeito e o Outro – inscrita, portanto, a partir da articulação entre o sujeito e a lógica significante na dimensão dialética do objeto e da problemática do desejo (LACAN, 1954-55/1985a; 1960-61/1992).

Assim, a psicanálise de Freud e Lacan denunciam a consistência almejada pelo discurso da autonomia, revelando seu aspecto de delírio, a partir de três argumentos. Em primeiro lugar, se por autonomia entendemos a capacidade de ser autossuficiente, o que a experiência analítica revela é a impossibilidade desse projeto, na medida em que o sujeito é marcado por uma falta estrutural e pela dependência visceral ao campo do outro. Essa falta impede a satisfação absoluta e, a reboque, a suficiência do sujeito. Por este motivo, a falta, que revela um furo, um buraco, uma incompletude da estrutura, é, na verdade, causa do desejo do sujeito, por definição um antônimo de sua autossuficiência.

Em segundo lugar, a ideia de autonomia, conforme vimos, relaciona-se com a de indivíduo. A descoberta freudiana coloca em xeque esta noção, uma vez que não há neste campo a proposta de um sujeito solipsista. O indivíduo somente poderia ser identificado ao eu se abstraísse e excluísse toda a vida inconsciente que o atravessa e o determina, o que para a psicanálise é impossível, já que o eu carrega, ele também, uma parte inconsciente. Em outras palavras, se o eu não é senhor em sua própria morada, o indivíduo não responde à totalidade das experiências que vive: ele é perpassado por desejos inconscientes, é constituído por traços identificatórios que não escolhe, é pressionado por ideais e valores de que não se dá conta... Enfim, ambos – eu e indivíduo – são vividos pelo inconsciente.

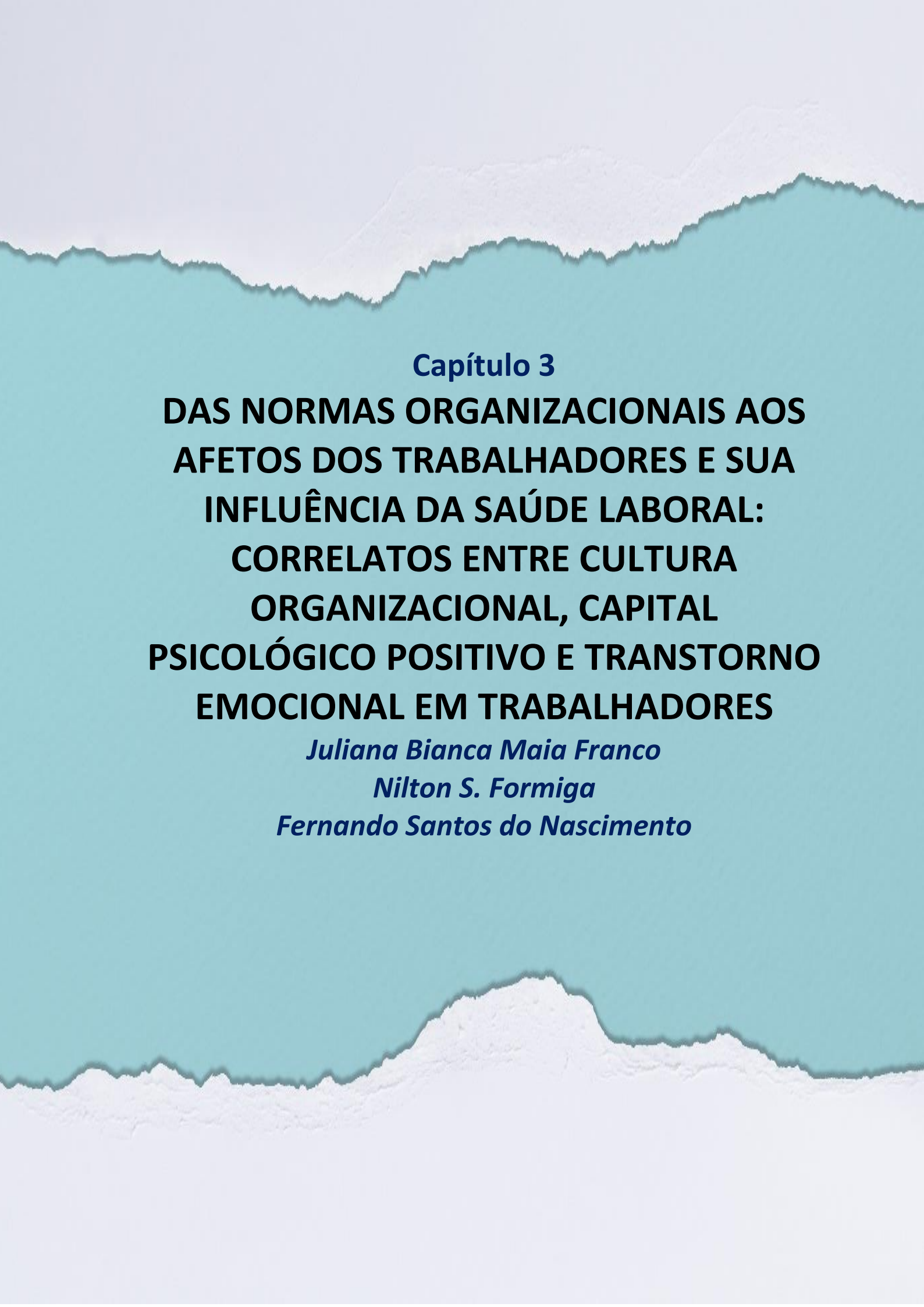
O terceiro argumento diz respeito à etimologia da palavra. Autonomia significa produzir suas próprias normas, em detrimento de normas externas. As teorias tanto freudiana quanto lacaniana indicam que, pelo contrário, a constituição psíquica envolve a submissão à lei. A proibição do incesto e a função paterna são algumas das figuras que essas teorias destacam como sendo fundamentais para o processo de subjetivação, levando ao conflito edípico e, por fim, à agregação aos laços sociais. Nesse sentido, o sujeito é constituído por uma lei que ele não criou e nem escolheu acatar, e é essa lei que, ao barrar a relação fusional entre a mãe e a criança, leva esta última a poder se constituir como ser desejante.

Observa-se, em todos os três argumentos, a presença do inconsciente e do desejo como conceitos que insistem em colocar em suspeita a proposta da autonomia. Na medida em que a cultura contemporânea traz, conforme vimos, a convergência de duas ideias opostas em um mesmo movimento – isto é, um imperativo à autonomia –, torna-se, mais do que nunca, necessário à psicanálise denunciar esse projeto e explicitar as suas tensões internas. A crítica a este projeto tão presente na subjetivação contemporânea convoca o psicanalista a se posicionar em sua prática na escuta do sofrimento daqueles acossados pela obrigação de serem autônomos. Em sua ética, o psicanalista não abre mão de encontrar como aliados os conceitos de inconsciente e de desejo.

Referências

- ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. (1947). *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- BAUDRILLARD, J. (1970). *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 2008.
- BECK, U. (1986). *Sociedade de risco*: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DEBORD, G. (1967). *La société du spectacle*. Paris : Gallimard, 1992.
- DESCARTES, R. (1641). *Meditações metafísicas*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005.
- DELEUZE, G. (1972). Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. Deleuze, *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DUMONT, L. *Essai sur l'individualisme. Une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne*. Paris : Le Seuil, 1983.
- EHRENBERG, A. *La Fatigue d'être soi. Dépression et société*. Paris : Odile Jacob, 1998.
- EHRENBERG, A. *La société du malaise*. Paris : Odile Jacob, 2010.
- ENGELS, F. & MARX, K. (1848). *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

- FOUCAULT, M. (1975). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. (1978-9). *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREUD, S. (1917). Uma dificuldade no caminho da psicanálise. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (vol. XVII). Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1996.
- HOFFMANN, C. 'Eu' devo assumir a responsabilidade do inconsciente. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 41-46, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982005000100003>.
- LACAN, J. (1938[1984]). *Complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de uma análise de uma função em psicologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- LACAN, J. (1954-5). *O Seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985a.
- LACAN, J. (1955-6). *O Seminário, livro 3: as psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985b.
- LACAN, J. (1960-1). *O Seminário, livro 8: a transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- LACAN, J. (1965). A ciência e a verdade. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- LASCH, C. (1979). *The culture of narcissism: American life in an age of diminishing expectations*. New York: Norton, 1991.
- LEMOS, A. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2016.
- MORIN, E. Para além do iluminismo. *Cultura e Sociedade. Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 24-28, 2005.



Capítulo 3

DAS NORMAS ORGANIZACIONAIS AOS AFETOS DOS TRABALHADORES E SUA INFLUÊNCIA DA SAÚDE LABORAL: CORRELATOS ENTRE CULTURA ORGANIZACIONAL, CAPITAL PSICOLÓGICO POSITIVO E TRANSTORNO EMOCIONAL EM TRABALHADORES

Juliana Bianca Maia Franco

Nilton S. Formiga

Fernando Santos do Nascimento

DAS NORMAS ORGANIZACIONAIS AOS AFETOS DOS TRABALHADORES E SUA INFLUÊNCIA DA SAÚDE LABORAL: CORRELATOS ENTRE CULTURA ORGANIZACIONAL, CAPITAL PSICOLÓGICO POSITIVO E TRANSTORNO EMOCIONAL EM TRABALHADORES

Juliana Bianca Maia Franco

Mestre em Psicologia Organizacional e do Trabalho, Ecosystema Ânima/

Universidade Potiguar

Docente do Instituto Federal do Ceará-IFCE

Nilton S. Formiga

Doutorado em Psicologia Social UFPB

Pós-doutorado Psicologia UFRJ

Docente/Pesquisador Ecosystema Ânima/

Universidade Potiguar

Fernando Santos do Nascimento

Mestre em Psicologia Organizacional e do Trabalho, Ecosystema Ânima/

Universidade Potiguar

Docente da Faculdade Internacional da Paraíba

Introdução

Em uma nova abordagem da perspectiva da gestão pessoas, diz que os chamados talentos humanos, podem desenvolver de forma atrativa e gerir a manutenção de competências prioritárias, que atendam aos objetivos estabelecidos pela organização. Com isso, dois tipos de atividades poderão ser gerados nas rotinas profissionais: as atividades que são obrigatórias de acordo com a função que ocupam, pré-estabelecidas no contrato social e as atividades que são realizadas voluntariamente, as quais, tem a intenção de colaborar com a organização e pares de

iguais no ambiente de trabalho, que pode ser chamado de contrato psicológico (Nunes, 2017).

Esse contrato psicológico carrega em seu bojo um conjunto de expectativas que a tornam extremamente importantes, uma vez que determina o que cada uma das partes delimita intrinsecamente como deveres e responsabilidades do outro. Tais expectativas não são ditas e não são registradas. Encontram-se nas entrelinhas que escrevem a relação capital-trabalho e que normalmente se veem respaldadas numa contínua troca de dar e receber” como instrumento de barganha que, espera-se que tenha como sempre como resultado uma situação “ganha-ganha” (Marras, 2016).

Nesse cenário, considerando, assim, o pressuposto da existência de uma relação de troca social, seja ela implícita ou não, entre os talentos humanos e a organização, se e somente se, houver um ambiente favorável; em que o trabalhador crie vínculos afetivos positivos de satisfação e envolvimento que refletem no seu bem-estar no ambiente de trabalho (Bertoncello & Borges-Andrade, 2015).

É possível que o comportamento e a reciprocidade desses talentos para a organização indiquem ser favorável quando percebem que a empresa lhes oferece Suporte Organizacional, isto é, se preocupam com os seus funcionários. Não apenas sugere o foco na qualidade de vida do trabalhador e da empresa, mas, também, a saúde geral deste (Estivalet, Andrade, Faller, Stefanan, & Souza, 2016).

Nessa circunstância, segundo a Lei nº 8.080/90 (BRASIL, 1990), compreende-se por saúde do trabalhador um conjunto de atividades que se destina, por meio de ações de vigilância epidemiológica e de vigilância sanitária, à promoção e à proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e à reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e aos agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo diversas ações.

Assim sendo, quando se estuda a respeito da saúde geral, é possível identificar diferentes formas pelas quais já foram citadas, visto que seu conceito perpassa por constantes modificações, tendo influências culturais, sociais, políticas e econômicas (Sciliar, 2017), além de possuir explicações em que os conceitos de cura e normalidade se transformam, e juntamente, o que poderia ser considerado como cura, ou como doença.

Nessa perspectiva, todas essas transformações, citadas anteriormente, no mundo do trabalho passaram a deixar suas marcas diretamente na saúde do trabalhador, revelada através da reestruturação produtiva, com a intensificação das

pressões, do ritmo de trabalho, o excesso de responsabilidades, precarização na organização e nos processos de trabalho, entre outros fatores que podem vir a colocar em risco a saúde do trabalhador. Sendo, por conseguinte, uma das principais consequências para a saúde do trabalhador foi o aumento nos casos em que o trabalho foi agente causador de transtorno mental (Bardini, 2017).

Sendo assim, se faz necessário analisar como tem sido realizado o estabelecimento do nexos causal entre os transtornos mentais e o trabalho, ou seja, quando há relação entre o sofrimento psíquico e as atividades laborais do trabalhador (Bardini, 2017).

Por isso, indicam alguns aspectos fundamentais para a detecção da relação dos sinais e sintomas psíquicos com o trabalho. Ou seja, no tocante ao nexos causal com a saúde mental, a contribuição do trabalho para a alteração da saúde do trabalhador se dá por meio de uma série de variáveis, desde fatores específicos, como a exposição a agentes tóxicos até aos fatores relativos à condição e organização do trabalho, como se observa na convencional classificação: I – Trabalho como causa necessária; II – Trabalho como fator contributivo, mas não necessário; III – Trabalho como provocador de um distúrbio latente, ou agravador de doença já estabelecida (Jardim & Glina, 2014).

Isto é, por ser multifatorial, a complexidade e dificuldade em se vincular o trabalho ao adoecimento psíquico, não existindo um consenso que tenha permitido uma classificação dos distúrbios psíquicos vinculados ao trabalho, existindo sim uma concordância da importância etiológica do trabalho, mas não a respeito do modo como se exerce a conexão (Merlo, 2014).

De acordo com esses modelos teóricos o desenvolvimento de transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho está associado ao contexto laboral e a interação com o corpo e o aparato psíquico dos trabalhadores. Entre os fatores geradores de sofrimento estão a falta de trabalho ou ameaça de perda do emprego; o trabalho desprovido da significação; as situações de fracassos; os ambientes que inibem a comunicação espontânea; os fatores relacionados ao tempo (ritmo, turno de trabalho, jornadas longas); a pressão por produtividade; a intensidade ou monotonia do trabalho executado; e a vivências de acidentes de trabalho traumáticos.

Há uma indispensabilidade da Psicologia na explicação e intervenção sobre os fatores de saúde do trabalhador “invisíveis” à fisiologia e à bioquímica médicas. Esses

fatores são ressaltados pelas particularidades dos casos, que se desdobram no contexto das teorias de estresse, psicodinâmica do trabalho e abordagem epidemiológica e/ou diagnóstica (Zanelli, Borges-Andrade & Bastos, 2014).

Nessa perspectiva, considerando-se os diversos agravos à saúde mental do trabalhador, têm-se o estresse como ponto convergente que permeia o cotidiano das relações de trabalho e se destaca como temática central do estudo. Tornando-se factível que as situações ocupacionais inadequadas, as exigências entre o corpo e sobre as capacidades cognitivas e psíquicas no ambiente de trabalho podem ser geradoras das doenças mentais, à vista disso, devem ser investigadas as variáveis que podem influenciar o estresse laboral, depressão e ansiedade no intuito de colaborar com a compreensão desses fatores e para o desenvolvimento futuro de estratégias de prevenção, cuja meta é reduzir os danos causados pelo estresse, ansiedade e depressão no contexto laboral (Pereira, 2018).

Desta forma, considerando dados da literatura que apontam para a necessidade das maiores investigações que contribuam para a melhoria do transtorno emocional do trabalhador em geral, fundamentando este capítulo. Com isso, o estudo de Pereira (2018), foi tomado como base de justificativa para o presente trabalho: pois, o autor supracitado, verificou variáveis que contemplam nível micro organizacional (variáveis psicológicas, neste caso, o capital psicológico e transtorno emocional) e nível macro organizacional (avaliado através da medida da cultura organizacional, as quais, correspondem as normas, valores, crenças etc.).

Com isso, questiona-se: quais construtos poderiam influenciar as variáveis destacadas acima? Como elas podem ser estruturadas e mantidas como determinação de influência para uma melhor dinâmica funcional no gerir profissionais produtivos de forma saudável? A função de uma variável macro-organizacional (isto é, a cultura organizacional) e micro-organizacional, poderia alterar o modelo, induzindo a diminuição do transtorno emocional do trabalhador?

Por um lado, o estudo sobre cultura tem sido um campo frutífero para a compreensão dos fenômenos organizacionais, sobretudo no ambiente moderno, com a ampliação da competitividade entre as empresas e com a emergência de processos complexos, como os de mudança organizacional, internacionalização, fusões e aquisições, sucessão, entre outros. Isso porque a cultura organizacional permeia os diversos setores e níveis das empresas, exercendo reconhecida influência sobre diversos aspectos, desde o comportamento de seus profissionais e gestores até a

formulação de estratégias e o desempenho organizacional (Schulz, 2001; Sorensen, 2002).

Dessa forma, o estudo sobre cultura organizacional está fundamentado em paradigmas oriundos da Antropologia, da Sociologia, da Psicologia e das Ciências Políticas. A revisão dessas influências pode ser agrupada em dois blocos. O primeiro percebe a cultura organizacional como um sistema sociocultural, partindo da ideia de que os componentes sociais e estruturais estão completamente integrados à dimensão simbólica e ideológica da organização. Isto é, a cultura das organizações recebe influência dos níveis mais abrangentes da cultura (nacionais, regionais, sociais etc.). Para o autor, a cultura determina a identidade de um grupo humano do mesmo modo que a personalidade determina a identidade de um indivíduo (Allaire & Firsirotu 1984; Hofstede, 1991).

Também, compreende-se a cultura organizacional como um sistema de ideias, em que ela não representa meramente uma rede de padrões de comportamentos, mas um conjunto de mecanismos de controle para modelar tais comportamentos. Essa visão é compartilhada por (Fleury, 1996), que afirma que os componentes da cultura organizacional “tanto agem como elemento de comunicação e consenso, como ocultam e instrumentalizam as relações de dominação”. Essa abordagem representa uma mudança importante na natureza e na ênfase da investigação da cultura organizacional.

Nesse contexto, a cultura organizacional influencia o modo como as pessoas irão comportar-se e relacionar-se na empresa. Elas recebem informações sobre as condutas mais apropriadas e legítimas por meio de múltiplos canais: comportamentos das lideranças, políticas e práticas de gestão de recursos humanos, processos de socialização, entre outros (Schein, 2009: cf. Formiga & Souza, 2019).

Desta forma, acredita-se que é muito importante avaliar a cultura nas organizações, foi que, tomando como orientação uma sortida literatura sobre o tema, tanto na perspectiva teórica quanto de medida do construto, desenvolveram uma avaliação sobre a cultura organizacional que tangenciou o processo avaliativo dos elementos culturais existentes na dinâmica organizacional já avaliados até o momento; o interesse centrado dessas autoras em tal medida, se deve as observações existentes nos estudos sobre cultura organizacional, as quais, conduziu-lhes na busca de identificação de padrões ou estilos de administração envolvidos por valores, os quais, sugerem a predição de determinadas práticas culturais (Ferreira &

Assmar, 2008, Schneider, Ehrhart & Macey, 2014).

Neste sentido, com a cultura organizacional sendo concebida como um delineamento das normas organizacionais, questionaria a condição e estabilidade da dinâmica dos traços ou estados psicológicos dos trabalhadores no espaço laboral, isto é, e quanto ao capital psicológico positivo? Este, por sua vez, representa quem os indivíduos são e em quem podem se tornar (Luthans, 2002; Luthans & Youssef, 2007; Antunes, et al, 2013).

O capital psicológico, apresentado como a epítome, o objeto central de estudo do comportamento organizacional positivo, é definido como um fator psicológico de positividade, sendo composto pela integração de diversas capacidades psicológicas positivas. Para que uma capacidade psicológica possa ser englobada no capital psicológico tem de cumprir diversos critérios, entre os quais se contam ser uma capacidade positiva, única, mensurável, passível de desenvolvimento e com impacto no desempenho individual (Luthans, Youssef & Avolio, 2007; Luthans, 2002; Albuquerque, 2016).

Atualmente, as capacidades psicológicas que melhor cumprem estes critérios de inclusão são a autoeficácia, o otimismo, a esperança e a resiliência. Estas capacidades psicológicas estão patentes na definição de , que consideram o capital psicológico como um estado de desenvolvimento psicológico positivo caracterizado por o indivíduo ter um conjunto de atributos: ser confiante e auto eficaz, de modo a manter o esforço necessário para ter sucesso em tarefas desafiantes; efetuar atribuições positivas sobre os acontecimentos presentes e futuros; perseverar em relação aos objetivos e, se necessário, redirecionar as formas de alcançar os objetivos para ter sucesso; ser resiliente perante problemas e adversidades (Luthans & Avolio, 2014; Alliger, Cerasoli, Tannenbaum & Vessey, 2015; Formiga, Franco, Neto, Guimarães, Oliveira, Pereira & Estavam, 2019).

Partindo desses questionamentos, o interesse geral deste capítulo está em relacionar constructos psicológicos pouco ou ainda não associados entre si (cf. Scielo.br; Pepsic.bvsalud.org), em termos de um sistema avaliativo destinado à compreensão da relação organização-trabalhador. Com isso, esse estudo tem como objetivo a verificação de um modelo teórico, no qual, será avaliado o quanto a cultura organizacional, capital psicológico positivo e percepção do transtorno emocional estariam associadas.

De forma geral, este trabalho se inclui na natureza dos estudos sobre os

vínculos, forma e tipo de organização no mundo do trabalho, referindo-se as distintas sensibilidades de demandas e ofertas de condição social e humana frente a função de desenvolvimento, treinamento e implementação de programas de Recursos Humanos contemporâneo nas organizações privadas e públicas associando a qualidade de vida pessoal e laboral (Bertoncello & Borges-Andrade, 2015).

Atuando de forma a minimizar ou eliminar este sofrimento, favorecendo a saúde e não mais o adoecimento. Fazendo-se oportuno conhecer os procedimentos adotados para também compreender e intervir de modo a promover a saúde e prevenir o surgimento de novos casos de adoecimento no trabalho. neste sentido, pretende-se desenvolver no presente capítulo, uma avaliação correlacional entre as variáveis da cultura organizacional, capital psicológico positivo no trabalho e o transtorno emocional (ansiedade, depressão e estresse) em trabalhadores.

Metodologia de pesquisa

Modelo da Pesquisa

Trata-se de um estudo descritivo, exploratório e correlacional, de abordagem quantitativa envolvendo profissionais de organizações públicas e privadas brasileiras. Considerou-se apenas os participantes que estavam empregado por mais de um ano, ativo no seu setor de trabalho, em Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, ter acima de 6 horas de trabalho e ter idade acima de 18 anos.

Local e administração da Pesquisa

O estudo foi desenvolvido por meio eletrônico através do *Google forms* e individualmente aos profissionais em atuação no mercado de trabalho brasileiro; aqueles que desejarem contribuir com a sua participação, acessavam o formulário eletrônico enviado por meio das redes sociais e/ou e-mails cadastrados que estiveram no contato do responsável/coordenador da pesquisa, informando-lhes que a participação era voluntária e anônima.

Além disso, apresentaram-se as principais informações acerca do objetivo da pesquisa e instruções para entendimento das questões, como forma de incentivo e esclarecimento para as dúvidas que, porventura, vieram surgir no momento da aplicação. O responsável pelo estudo esteve disponível por e-mail e/ou telefone celular para sanar as possíveis dúvidas.

Buscou administrar uma participação voluntária dos sujeitos, informando o

necessário, especificamente, quanto a identificação, a desassistência da pesquisa quando quiserem, o não prejuízo moral, comportamental e emocional para eles. O questionário foi disponibilizado durante dois meses, após à aprovação no CONEP (CAAE 15827919.0.0005296), este, teve um tempo de, aproximadamente, 20 minutos, para que concluísse o preenchimento do questionário como um todo.

Participantes da Pesquisa

A amostra foi composta por trabalhadores do setor público e privado no Rio Grande do Norte e na Paraíba. Esta, por sua vez, foi realizada através do método bola de neve, pois, considerar exclusivamente, aquele sujeito que consultado, aceite participar e conclua por inteiro as respostas no questionário.

A referida amostra foi avaliada através do pacote estatístico G Power 3.1, software, o qual, é utilizado para calcular o poder estatístico relacionando o 'n' necessário para a pesquisa e tipo de cálculo a ser realizado (Faul, Erdfelder, Lang, & Buchner, 2007). Para isso, considerou-se uma probabilidade de 95% ($p < 0,05$), magnitude do efeito amostral ($r \geq 0,50$) e um padrão de poder hipotético ($\pi \geq 0,80$), destinadas à avaliação da adequabilidade da amostra e dos cálculos destinados à análise.

Uma amostra de 219 trabalhadores revelou-se suficiente para pesquisa, tendo como indicadores estatísticos: $t \geq 1,98$; $\pi \geq 0,97$; $p < 0,05$; esta, apresentou as seguintes características sociodemográficas: idades acima de 18 anos, distribuídos a cidade de Natal-RN e João Pessoa-PB, nos setores público (38%), privado (47%) e em ambos os setores (15%); em relação ao sexo, homens (34%) e mulheres (66%) e estado civil, 44% eram casados, 42% solteiro, 9% tem união estável, 5% divorciados e 1% viúvo. Em termos de temporalidade laboral, esses profissionais, tinham um tempo de serviço que variou de 1 a 42 anos ($M = 9,19$, d.p. = 8,19). Em relação, a nível de educação, 36% tinham especialização, 28% superior, 15% nível médio, 13% mestrado e 5% doutorado.

Instrumentos de pesquisa

No que se refere aos instrumentos da pesquisa, foram utilizados os seguintes: Instrumento Brasileiro para Avaliação da Cultura Organizacional (IBACO) - Versão Reduzida: O referido instrumento foi desenvolvido e validado por Ferreira & Assmar (2008) que de acordo com as autoras mantém a qualidade psicométrica do

instrumento original e completo; esta medida é composta por 30 itens divididos nos fatores sobre Valores e Práticas Culturais, cada um deles com três subfatores: Valores (profissionalismo competitivo, profissionalismo cooperativo, satisfação e bem-estar dos empregados) e Práticas (Integração Externa, Recompensa e Treinamento e Promoção de Relacionamento Interpessoal).

No que se refere aos índices de consistência interna, para todos os fatores e subfatores este indicador foi $> 0,70$; especificamente, foram os seguintes: profissionalismo cooperativo foi 0,87 (itens: 14, 17, 19, 21 e 22); profissionalismo competitivo foi 0,76 itens: (23, 24, 25, 29 e 30); satisfação e bem estar dos empregados foi 0,88 (itens: 3, 6, 10, 12 e 18); integração externa foi 0,85 (itens: 2, 4, 7, 8 e 15); recompensa e treinamento foi 0,80 (itens: 5, 11, 16, 26 e 28); promoção de relacionamento interpessoal foi 0,71. (itens: 1, 9, 13, 20 e 27) (cf. Ferreira & Assmar, 2008).

No estudo desenvolvido por Formiga e Souza (2018) com esta escala em trabalhadores de empresas públicas e privadas, os autores observaram semelhantes indicadores psicométricos referente aos mesmos fatores, com alfas variando de 0,75 a 0,80. Condição essa, que garante a qualidade fatorial propostas pelos autores da escala original.

Escala de Capital Psicológico Positivo no Trabalho (ECP) – Trata-se de um instrumento elaborado por Luthans, Youssef & Avolio (2007); neste estudo utilizou-se a forma reduzida para 12 itens, desenvolvida por Viseu, Jesus, Rus, Nunes, Lobo & Cara-Linda (2012) para o contexto português; composta por itens que descrevem para os respondentes, um estado psicológico positivo com o objetivo para enfrentar e empregar o esforço necessário para alcançar sucesso em tarefas desafiadoras.

A escala é formada por quatro fatores, sendo três itens relacionados a autoeficácia, esperança, resiliência e otimismo. O sujeito deveria responder numa escala tipo Likert, de seis pontos, o grau de concordância com cada itens, variando de 1 = Discordo fortemente a 6 – Concordo fortemente (cf. Formiga, Viseu, & Jesus, 2014; Pereira, 2018).

No estudo desenvolvido por Formiga, Viseu & Jesus (2014), para o contexto brasileiro, através da análise fatorial confirmatória, com o objetivo de validar tal medida para o referido contexto com amostras de trabalhadores de organizações públicas e privadas, observaram indicadores psicométricos confiáveis ($X^2/gl = 1,32$, RMR = 0,05, GFI = 0,98, AGFI = 0,95, CFI = 0,99, TLI = 0,99 e RMSEA = 0,03), confirmando a

estrutura tetrafatorial da ECPP, previamente, proposta por Luthans, Youssef & Avolio (2007) e Viseu et al. (2012) em Portugal.

Escala de Ansiedade, depressão e estresse (em inglês, DASS-21): trata-se de um instrumento que foi desenvolvido Lovibond & Lovibond (1995), constituído por um conjunto de três subescalas, respondida na escala tipo Likert, de 4 pontos, variando de 0 = não se aplica totalmente a 4 = aplica-se totalmente. Cada subescala é composta por 7 itens, destinados a avaliar os estados emocionais de depressão, ansiedade e estresse.

De acordo com os autores supracitados, a DASS foi desenvolvida com base no modelo tripartido, o qual, se organiza e estrutura em conceito e medida nos sintomas de cada transtorno destacado aqui; a saber: uma das dimensões, por exemplo, a depressão avalia a presença de sintomas que salientam afeto negativo, como inércia, falta de prazer e interesse/envolvimento, disforia, falta de autodepreciação, desvalorização da vida e desânimo. A ansiedade, excitação do sistema nervoso autónomo; efeitos musculoesqueléticos; ansiedade situacional; experiências subjetivas de ansiedade. Finalmente, a subescala de estresse avalia dificuldade em relaxar; excitação nervosa; fácil perturbação/agitação; irritabilidade/reação exagerada e impaciência. Esta medida tinha como objetivo para autores que a desenvolveram (cf. Lovibond & Lovibond, 1995) mensurar e diferenciar, ao máximo, os sintomas de ansiedade e depressão em sujeitos não clínicos.

A sua construção tomou-se como referência o modelo tripartido; este propõem uma estrutura fatorial com base no conceito e medida dos sintomas de ansiedade e depressão (cf. Patias, Machado, Bandeira, & Dell’Aglia, 2016); sendo assim, é possível encontrar itens que com características da presença de afeto negativo (a saber: humor deprimido, insônia, desconforto e irritabilidade), destacando sintomas inespecíficos incluídos tanto na depressão quanto na ansiedade; e outros, que constituem estruturas que representam sintomas específicos para depressão (anedonia, ausência de afeto positivo); outros mais, referem-se aos sintomas específicos de ansiedade (tensão somática e hiperatividade) (Watson et al., 1995).

No Brasil, a DASS21 foi adaptada e validada para 686 adultos, de diversas regiões do país, com média de idade de 33,88 (DP = 11,26), apresentando medidas de fidedignidade de 0,92 a 0,96 para as subescalas (Machado & Bandeira, 2013). Os autores Vignola & Tucci (2014) também tiveram evidências de validade de 0,86 a 0,92 para uma amostra clínica de adultos paulistas do sexo feminino.

Sendo assim, na DASS-21, os respondentes indicam o grau com que vivenciaram cada um dos sintomas descritos nos itens, para tanto, estes, devem fazer referência o quanto sentiram isso durante a última semana (isto é, a semana anterior) e indicar na escala do tipo Likert de 4 pontos, variando da seguinte forma: de 0 (não se aplica a mim) e 3 (aplica-se muito a mim, ou a maior parte do tempo).

Questionário Sociodemográfico. Constitui em obter informações sobre os participantes, relativos ao vínculo profissional do respondente, sexo, idade, qualificação profissional, tempo de serviço etc.

Análise de dados

Os instrumentos serão encaminhados aos respondentes através de um formulário eletrônico disponível online na página do *GoogleDocs* por um período de sessenta dias. Quanto a análise dos dados, utilizar-se-á o pacote estatístico SPSSWIN versão 22.0, para tabular os dados e realizar as análises estatísticas descritivas (média e desvio padrão, mediana), correlação de Pearson, teste de *t* de *Student*, alfa de Cronbach e Análise de Variância (ANOVA) (Dancey & Reidy, 2006).

Resultados e discussão

Finalizada a coleta dos dados, as informações foram categorizadas no pacote estatístico, a partir do qual verificou-se a normalidade da amostra; com isso, em relação a multicolinearidade entre as variáveis, observou-se correlação correspondente aos parâmetros definidos por Tabachnick & Fidell (2001) [$r \leq 0,90$, variando de 0,23 a 0,72]. No que se refere a presença de *outliers* multivariados, avaliou-se através do teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov (KS), a existência de uma normalidade (KS = 0,58) da amostra a um $p < 0,19$.

No que diz respeito a confiabilidade das escalas, é necessário que as medidas de um estudo empírico quantitativo sejam avaliadas através de um indicador psicométrico que garanta afirmar se tal medida é consistente, garantindo o conceito do construto que se pretende medir (cf. Hair, Black, Babin & Anderson, 2009).

Mesmo tendo encontrado nos estudos anteriores aos desenvolvidos para este capítulo, o uso deste indicador psicométrico contribui para avaliação dos índices alfas salientando a temporalidade e contextualização das mesmas medidas administradas em outras amostras a fim de garantir a qualidade teórica e empírica dos

instrumentos de avaliação proposta pelo pesquisador que desenvolveu a escala.

Desta forma, efetuou-se o cálculo do alfa de *Cronbach* e na tabela 1, observam-se que os alfas estiveram acima de 0,70 para todos as escalas utilizadas, garantindo com isso, a consistência da medida, permitindo afirmar que a medida administrada é homogênea em relação conceito-medida proposta pelos autores originais (cf. Formiga, Viseu, & Jesus, 2014; Patias, Machado, Bandeira, & Dell'Aglio, 2016; Ferreira & Assmar, 2008).

Destaca-se também, a manutenção na variação dos alfas (V); estes, permaneceram próximos aos alfas já observados, confirmando a homogeneidade do referido indicador, mesmo quando era indicado no cálculo dos alfas, a necessidade de exclusão de itens que pudessem interferir na qualidade das medidas. Também salienta o Coeficiente de Correlação Intraclassa (ICC, em inglês), revelando escores com um intervalo de confiança compatível ao estabelecido na literatura estatística e que, encontraram-se em intervalos próximos aos observados no *alfa de Cronbach* (α), condição que garante a confiabilidade das medidas na amostra avaliada para futuros estudos.

Tabela 1: Escores dos alfas de Cronbach (α) das escalas administradas em trabalhadores.

Construtos/ Variáveis	Alfa de Cronbach			ICC (IC 95%)
	α_{geral}	V $\alpha_{\text{Item excluído}}$	F Friedman	
CulOrg	0,95*	0,94-0,95	55,64*	0,95* (0,94-0,96)
Valores	0,89*	0,84-0,93	41,25*	0,90* (0,89-0,97)
Práticas	0,92*	0,90-0,94	39,15*	0,92* (0,91-0,95)
CPPT	0,87*	0,84-0,89	14,60*	0,87* (0,84-0,89)
AE	0,85*	0,83-0,90	16,89*	0,85* (0,84-0,91)
ESPER	0,90*	0,87-0,93	13,62*	0,90* (0,88-0,93)
RESIL	0,79*	0,75-0,85	12,87*	0,79* (0,75-0,86)
OTIM	0,89	0,82-0,91	15,32*	0,89* (0,83-0,91)
DASS-21	0,97*	0,96-0,97	26,65*	0,97*

				(0,96-0,97)
ANSIE	0,92*	0,90-0,95	21,36*	0,92*
				(0,90-0,94)
DEPRES	0,90*	0,90-0,94	19,56*	0,90*
				(0,88-0,95)
STRES	0,89*	0,87-0,92	17,45*	0,89*
				(0,85-0,90)

Notas: CULORG = Cultura Organizacional, CPPT = Capital Psicológico Positivo no Trabalho, AE = Auto-Eficácia, ESPE = Esperança, RESIL = Resiliência, OTIM = Otimismo; DASS-21 = Depression, Anxiety e Stress Scale, ANSIE = Ansiedade, DEPRES = Depressão, STRES = Estresse, $V\alpha$ = Variação alfa quando o item for excluído; F = Teste de Friedman; ICC = Correlação intraclass. * $p < 0,001$

De forma geral, a partir dos resultados expressos na tabela 1, é possível afirmar que as escalas utilizadas, além de representar muito bem o conteúdo proposto na cultura organizacional, capital psicológico positivo e transtorno emocional (DASS-21), os quais, todos confiáveis, corroborando assim, a segurança das medidas para o conjunto teórico-empírico abordado. Desta maneira, considera-se que os respondentes, em todas as escalas, foram capazes de reconhecer o conteúdo e o sentido dos referidos instrumentos apresentados a eles, os quais, são seguros e confiáveis.

Confirmada que as medidas utilizadas, as quais, podem ser administradas na amostra de trabalhadores para avaliar a cultura organizacional, capital psicológico positivo e transtorno emocional, procurou-se atender ao objetivo principal do estudo (verificar a relação entre cultura organizacional, capital psicológico positivo e transtorno emocional em trabalhadores). Para isso, efetuou-se o cálculo de correlação de Pearson entre as variáveis; na tabela 2, pode-se observar os seguintes resultados:

- A cultura organizacional (CulOrg) quanto pontuação total e as dimensões dos valores e práticas organizacionais relacionaram-se positivamente com capital psicológico positivo no trabalho (CPPT) relativo a sua pontuação total e suas dimensões (AE = Autoeficácia, ESPE = Esperança, RESIL = Resiliência, OTIM = Otimismo), tendo ambos os construtos e suas variações dimensionais se correlacionado, negativamente, com a variável do transtorno emocional (DASS-21) e as especificidades deste transtorno (por exemplo, Estresse, Ansiedade e Depressão); destaca-se que todas as correlações foram significativas a um $p < 0,01$. É preciso chamar atenção para a variável Resiliência (RESIL) no CPPT, a qual, além de apresentar escores correlacionais abaixo de 0,30, não se relacionou com a Estresse, Ansiedade e Depressão.

Tabela 2: Correlação de Pearson (r) entre cultura organizacional, capital psicológico positivo e transtorno emocional em trabalhadores.

Variáveis/construto	Cultura Organizacional	Valores culturais	Práticas culturais	Capital Psicológico positivo	AE	ESPER	RESIL	OTIM	DASS-21	Ans	Depr	Estres
Cultural organizacional (CulOrg)	---											
Valores culturais	0,91*	---										
Práticas culturais	0,96*	0,82*	---									
Capital psicológico positivo (CPP)	0,48*	0,47*	0,46*	---								
AE	0,45*	0,44*	0,46*	0,82*	---							
ESPER	0,47*	0,47*	0,44*	0,89*	0,60*	---						
RESIL	0,16*	0,16*	0,13*	0,58*	0,24*	0,36*	---					
OTIM	0,37*	0,37*	0,36*	0,80*	0,55*	0,68*	0,41*	---				
Transtorno emocional (DASS-21)	-0,34*	-0,25*	-0,24*	-0,35*	-0,36*	-0,32*	0,05	-0,31*	---			
Ans	-0,34*	-0,32*	-0,30*	0,32*	-0,30*	-0,30*	-0,05	-0,32*	0,87*	---		
Depr	-0,36*	-0,37*	-0,36*	0,37*	-0,39*	-0,36*	-0,09	-0,34*	0,90*	0,67*	---	
Estres	-0,31*	-0,30*	-0,31*	0,39*	-0,40*	-0,32*	-0,03	-0,34*	0,88*	0,81*	0,72*	---

Nota: * p < 0,01; CPPT = Capital Psicológico Positivo no Trabalho, CPPT = Capital Psicológico Positivo no Trabalho, AE = Auto-Eficácia, ESPER = Esperança, RESIL = Resiliência, OTIM = Otimismo; DASS-21 = *Depression, Anxiety e Stress Scale*; Ans = Ansiedade, Depr = Depressão, Estres = Estresse.

É preciso também destacar a existência de correlações internas entre as dimensões dos construtos abordados; isto é, CPPT, AE, ESPER, RESIL e OTIM, estiveram inter-relacionados, com escores variando de 0,40 a 0,89, denotando uma similaridade conceitual e empírica do construto com suas dimensões, podendo afirmar que todos mensuram o capital psicológico positivo no trabalho.

Na mesma direção de raciocínio expresso para o CPPT, as análises das correlações revelaram que o construto transtorno emocional (DASS-21) e suas dimensões (Estresse, Ansiedade e Depressão), também, inter-relacionaram variando 0,59 a 0,90, condição que permite afirmar que, internamente, este construto avalia o transtorno emocional na mesma direção conceitual proposta pelo autor da escala em questão. Em semelhante perspectiva, a cultura organizacional, quanto pontuação total, correlacionou-se com as dimensões da prática e valores culturais da organização, variando de 0,82 a 0,96.

De forma geral, em todos os construtos, provavelmente, o trabalhador que apresentar um escore alto em um dos construtos específicos, da CulOrg, da CPPT e da DASS-21, provavelmente, pontuará alto nas respectivas dimensões, que estas medidas contemplam. A partir desses resultados é possível afirmar que não somente as escalas administradas para esta pesquisa são confiáveis e fidedignas, corroborando as perspectivas teóricas e empíricas dos autores supracitados. Mas, também, as correlações entre as variáveis avaliadas estiveram de acordo com o que hipoteticamente se esperava, seja em relação a correlação interna de cada construto e suas referidas dimensões, seja entre os construtos principais.

Considerando os achados apresentados na tabela 2, realizou-se em seguida uma MANOVA, com objetivo comparar a pontuação média das respostas dos sujeitos nas dimensões da cultura organizacional em função das variáveis do capital psicológico positivo e do transtorno emocional. Desta forma, em relação a prática da cultura organizacional, houve significância no efeito direto na variável capital psicológico positivo ($F_{(1,219)} = 41,53$, λ Wilks = 0,81, PO = 1,00, $p < 0.001$) e no transtorno emocional (DASS-21) ($F_{(1,219)} = 16,95$, λ Wilks = 0,81, PO = 0,98, $p < 0.001$), tendo observado, respectivamente, que os escores médios foram maiores para o alto capital psicológico positivo e para o baixo transtorno emocional.

Resultados semelhantes, foi observado quando foi verificado a influência dos valores da cultura organizacional; houve significância do efeito direto na variável

capital psicológico positivo ($F_{(1,219)} = 36,11$, λ Wilks = 0,85, PO = 1,00, $p < 0.001$) e no transtorno emocional (DASS-21) ($F_{(1,219)} = 7,33$, λ Wilks = 0,85, PO = 0,78, $p < 0.001$). É destaque que os respondentes pontuaram escores altos no capital psicológico positivo e baixo no transtorno emocional. Sendo assim, seja na prática ou nos valores organizacionais, ambos, tem um poder de influência na forma e dinâmica em que os trabalhadores desenvolvem e mantém o investimento em suas emoções, inibindo os possíveis transtornos emocionais.

De forma geral, esta pesquisa se insere no campo dos estudos da psicologia e da saúde do trabalhador, especialmente, no que diz respeito aos transtornos mentais leves e teve como objetivo avaliar a relação entre a cultura organizacional, capital psicológico positivo e ansiedade, depressão e estresse.

Na análise de consistência interna das medidas utilizadas foi observada uma qualidade psicométrica tanto na pontuação total dos construtos quanto na especificidade das dimensões de cada uma das medidas; a motivação desta etapa de análise se deve ao fato de que, mesmo com tais escalas revelando indicadores psicométricos confiáveis em estudos anteriores a este (cf. Formiga & Souza, 2019; Formiga, Franco, Neto, Guimarães, Oliveira, Pereira & Estavam, 2019; Formiga & Guimarães, 2019) para o contexto brasileiro, neste estudo, por ter coletado uma amostra de contextos sociais e políticos diferentes, procurou-se verificar se a organização fatorial destas medidas se mantinha qualitativamente em seu padrão estatístico.

Com base nos achados empíricos, todas as medidas foram tanto consistentes quanto reprodutíveis, ao considerar o ICC; com isso, sugere para as medidas-construtos, utilizadas em pesquisas quantitativas, um limite de confiança que é hipotetizado para futuros estudos, com amostras que tenha características muito próximas às coletadas neste trabalho (cf. Formiga & Souza, 2019).

Em relação aos escores correlacionais, esperava-se relações positivas e significativas, pois, os estudos de Formiga & Souza (2019) e de Formiga & Guimarães (2019), preconizava, a influência direta da cultura organizacional em variáveis psicológicas e os construtos da psicologia positiva frente a saúde psíquica dos trabalhadores. Com isso, as escalas além de consistente, garantiram a avaliação do fenômeno abordado numa amostra de trabalhadores.

Desta maneira, observando a tabela 2, tanto as correções internas entre as

dimensões de cada construto e sua pontuação total quanto entre os construtos principais, do objetivo geral do estudo, foram significativas e corroboraram não apenas os pressupostos teóricos abordados, mas, também, de outros estudos que contempla, de forma bastante específica, os mesmos construtos (cf. Formiga & Souza, 2019; Formiga & Guimarães, 2019).

Ao salientar a influência da cultura organizacional, quanto poder explicativo da percepção da saúde do trabalhador, esta poderá até ter uma relação direta, mas, a partir dos resultados abordados, as relações aumentam quando é intermediado pelo capital psicológico positivo. Mas, ao considerar as dimensões dos valores e práticas da cultura organizacional, estas, não apenas tem uma influência positiva e significativa na saúde mental do trabalhador (construto da ansiedade, depressão e estresse), mas, quando mediada pelo capital psicológico positivo, o escore correlacional é maior (passa de 0,24 e 0,25 para 0,35 no geral). Esta condição permite inferir, de forma parcimoniosa, que provavelmente, o capital psicológico positivo tem uma contribuição importante para a saúde laboral, especialmente, ao considerá-lo como fator de proteção do transtorno mental leve.

A fim de resgatar as reflexões anteriores, pode-se afirmar que as medidas apresentaram capacidades e qualidades instrumentais da avaliação do fenômeno da cultura organizacional, capital psicológico positivo e do transtorno emocional em trabalhadores brasileiros; com isso, foi possível verificar que uma organização com uma cultura, em seus valores e práticas organizacionais, bem estruturada, influencia diretamente a saúde mental do trabalhador, mas, seria muito melhor, se e somente se, inserir entre cultural e saúde laboral, o capital psicológico positivo, condição a qual, sugere possibilidades de maior investimento na dinâmica e regulação emocional do trabalhador como fator de proteção a saúde mental laboral.

Afinal, é bem possível que o trabalhador que seja capaz de avaliar o nível de desenvolvimento frente ao seu investimento emocional, provavelmente, implicará na qualidade de trabalho e da vida deste, especialmente, numa produtividade saudável. Ao considerar essas relações, salienta-se que o capital psicológico positivo não surgirá como uma variável simples para tomada de decisão e soluções de problemas, mas, quanto parte da cultura organizacional, que poderá ser estabelecida pelo Recursos Humanos das organizações.

A reflexão acima, é bem pontual, principalmente, quanto se remete a avaliação da Análise de Variância entre os construtos referente à amostra. Quanto maior foi o

escore na cultura organizacional, maior foi escore no capital psicológico e menor o escore no transtorno emocional. Estes resultados convergem para o estudo de Formiga & Guimarães (2019) com os médicos no estado do Rio Grande do Norte; de acordo com esses autores, caso um profissional se encontrar em estado de alerta de risco para a saúde emocional, ao considerando a medida do transtorno emocional (ansiedade, depressão e estresse), as dimensões psicológicas do capital psicológico positivo, contribuíram muito em direção de um menor risco para a sua saúde socioprofissional. Sendo assim, se tal variável estiver incluída na cultura da organização, acredita-se que é possível alcançar muitos mais setores da própria organização.

Na concepção de Formiga e Guimarães (2019), ao considerar que o CPPT, o qual, trata-se de um “estado psicológico positivo de um indivíduo e que é caracterizado por: (1) ter confiança (autoeficácia) para enfrentar e empregar o esforço necessário para ter sucesso em tarefas desafiadoras; (2) fazer uma atribuição positiva (otimismo) sobre obter sucesso no presente e no futuro; (3) progredir em direção a objetivos e, quando necessário, redirecionar os esforços para os objetivos (esperança) com o intuito de os superar; e (4) quando confrontado por problemas e dificuldades, resistir e recuperar e ir mais além (resiliência) para obter sucesso” (Viseu, Jesus, Rus, Nunes, Lobo, & Cara-Linda, 2012, p.5); com isso, tal condição contribuiria para uma probabilidade de que os profissionais venham investir mais neste construto em sua dinâmica laboral quanto fator interventivo e de manutenção para um menor transtorno emocional e maior a qualidade e satisfação no trabalho, gerando com isso, um estado de felicidade e comprometimento profissional que poderá contribuir na produtividade laboral.

A partir desses resultados, tanto em relação a qualidade das medidas utilizadas, quanto no que diz respeito às correlações entre as variáveis; o ponto principal deste estudo é oferecer uma solução avaliativa e interventiva para o ajuste emocional pessoal e profissional dos trabalhadores em ambiente laboral. Pretendeu-se, abordar que a saúde do trabalho não é exclusividade da empresa com uma cultura estruturada e funcional, esta, por sua vez, poderá interferir nos mecanismos psicológicos quanto investimento emocional do trabalhador, tornando capaz de assimilar e desenvolver fatores de proteção.

No que se refere a qualidade e segurança dos resultados nas escalas e nas

correlações entre as variáveis, a proposta analítica do estudo é potencializar ferramentas psicológicas para a gestão da estrutura e funcionalidade psíquica de base saudável dos trabalhadores. Esta condição visa a elaboração e organização de eventos funcionais e laborais capazes de transformar a realidade social e organizacional frente as demandas econômicas e de ambiente trabalho. Este estudo e seus resultados são importantes para apresentar elementos teóricos e empíricos relativos aos riscos psíquicos que estes profissionais estão vivendo, mas, também, a necessidade de maior atenção a prática médica na saúde mental.

Referências

- Albuquerque, L. B. G. (2016). Team resilience and team effectiveness: Adaptation of measuring instruments. Dissertação de mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Coimbra, Portugal.).
- Allaire, Y. & Firsirotu, M. (1984) Theories of organizational culture. *Organization Studies*, London, 5(3), 193-226.
- Alliger, G. M., Cerasoli, C. P., Tannenbaum, S. I. & Vessey, W. B. (2015). Team resilience: How teams flourish under pressure. *Organizational Dynamics*, 44(3), 176-184.
- Antunes, A, Caetano, A. & Cunha, M. P. (2013). O papel do capital psicológico na criação de valor para as organizações. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*. 12 (3), 2-10.
- Bardini, C. (2017) Nexo causal: uma análise entre transtorno mental e trabalho. *Revista Especialize*, 13(01), 1-19.
- Bertoncello, B., & Borges-Andrade, J. E. (2015). Relações entre Suporte Organizacional e Saúde Mental do Trabalhador. *Revista Laborativa*, 4(2), 85-102. <http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>.
- Brasil. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. *Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm>.
- Dancey C. P., & Reidy J. (2006). *Estatística sem matemática para psicologia: usando SPSS para Windows*. Porto Alegre: Artmed.
- Estivalete, V., Andrade, T., Faller, L., Stefanan, A., & Souza, D. (2016). Suporte social e suporte organizacional como antecedentes do bem-estar no trabalho: a perspectiva de colaboradores de uma empresa de logística ferroviária. DOI: 10.15600/1679-5350/rau.v14n2p31-56. *Revista de Administração*, 14(2), 31-56. doi:<http://dx.doi.org/10.15600/rau.v14i2.644>
- Ferreira, M. C., & Assmar, E. M. L. (2008). Cultura Organizacional: Desenvolvimento de um instrumento brasileiro para avaliação da cultura organizacional, (pp. 125-138). In: Siqueira, M. M. M. (Org.). *Medidas do comportamento organizacional*:

ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: Artmed.

Ferreira, M. C., & Assmar, E. M. L. (2008). Cultura Organizacional: Desenvolvimento de um instrumento brasileiro para avaliação da cultura organizacional, (pp. 125-138). In: Siqueira, M. M. M. (Org.). *Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão*. Porto Alegre: Artmed.

Fleury, M.T.L. (1996) *O desvendar da cultura de uma organização: uma discussão metodológica*. In: Fleury, M.T.L.; Fischer, R.M. *Cultura e poder nas organizações*. 2.ed. São Paulo: Atlas.

Formiga, N. S. & Guimarães, W. N. C. (2019) *Caminhos para a rentabilidade emocional da saúde laboral: a influência do capital psicológico positivo no transtorno emocional em médicos*. Novas Edições Acadêmicas.

Formiga, N. S. & Souza, I. M. (2019). *A saúde laboral em trabalhadores administradores: uma explicação interacional entre variáveis macro, meso e micro-organizacional no Rio Grande do Norte, Brasil*. Novas Edições Acadêmicas.

Formiga, N. S. & Souza, I. M. (2019). *A saúde laboral em trabalhadores administradores: uma explicação interacional entre variáveis macro, meso e micro-organizacional no Rio Grande do Norte, Brasil*. Novas Edições Acadêmicas.

Formiga, N. S., Viseu, J., & Jesus, S. N. de. (2014). Verificação empírica de uma medida de Capital Psicológico Positivo em trabalhadores brasileiros. *Eureka*, 11(2), 284-300.

Formiga, N., Franco, J. B., Neto, A., Guimarães, W., Oliveira, M. A., Pereira, G., & Estavam, I. (2019). A medida de capital psicológico positivo: evidência da invariância fatorial em trabalhadores de distintas profissões em João Pessoa-PB e Natal-RN. *Psicologia e Saúde em Debate*, 5(1), 19-36.

Formiga, N., Franco, J. B., Neto, A., Guimarães, W., Oliveira, M. A., Pereira, G., & Estavam, I. (2019). A medida de capital psicológico positivo: evidência da invariância fatorial em trabalhadores de distintas profissões em João Pessoa-PB e Natal-RN. *Psicologia e Saúde em Debate*, 5(1), 19-36. <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V5N1A3>

Hair, J. F., Black, W.C., Babin, B. J., & Anderson, R.E. (2009). *Multivariate data analysis* (7th Ed.). Nova Jersey: Prentice Hall.

Hofstede, G. (1991). *Cultures and Organizations: software of the mind*. London: McGraw-Hill.

Jardim, S., & Glina, D. (2014). *Os diagnósticos dos transtornos mentais relacionados ao trabalho*. In D. Glina & L. Rocha (Eds.), *Saúde mental no trabalho: Desafios e soluções* (pp. 17-52). São Paulo, SP: VK.

Lovibond, P. P., & Lovibond, S. H. (1995). The structure of negative emotional states: Comparison of the Depression Anxiety Stress Scales (DASS) with the fleck Depression and Anxiety Inventories. *Behaviour Research and Therapy*, 33(1), 335-342.

Luthans, F. (2002). The need for and meaning of positive organizational behavior. *Journal of Organizational Behavior*, 23(6), 695-706.

Luthans, F., & Avolio, B. J. (2014). Brief Summary of Psychological Capital and Introduction to the special Issue. *Journal of Leadership & Organizational Studies*,

21(2), 125-129.

Luthans, F., & Youssef, C. M. (2007). Emerging positive organizational behavior. *Journal of Management*, 33: 321-349.

Luthans, F., Youssef, C. & Avolio, B. (2007). *Psychological Capital. Developing the Human Competitive Edge*. New York: Oxford University Press.

Luthans, F., Youssef, C. & Avolio, B. (2007). *Psychological Capital. Developing the Human Competitive Edge*. New York: Oxford University Press.

Machado, W. L., & Bandeira, D. R. (2013). *Adaptação e validação da Depression, Anxiety and Stress Scale (DASS-21) para o Português brasileiro*.

Marras, J. P. (2016) *Administração de Recursos Humanos: do operacional ao estratégico*. São Paulo: Saraiva.

Merlo, A. R. C. (2014) *Sofrimento psíquico e atenção à saúde mental*. In: Merlo, A. R. C.; Bottega, C. G. & Perez, K.V. *Atenção à saúde mental do trabalhador: sofrimento e transtornos psíquicos relacionados ao trabalho*. Porto Alegre: Evangraf.

Nunes, A. L. P. F. (2017). *As pessoas como talentos na organização*.

Patias, N. D., Machado, W. L., Bandeira, D. R., Dell'Aguio, D. D. (2016). Depression Anxiety and Stress Scale (DASS-21) – Short Form: Adaptação e Validação para Adolescentes Brasileiros. *Psico-USF*, 21 (3), 459-469.

Pereira, G, A. (2018). *Correlatos entre suporte organizacional, capital psicológico e saúde geral de enfermeiros em um hospital público*. Dissertação de Mestrado, Universidade Potiguar, UnP, Natal-Rio Grande do Norte., RN.

Schein, E. (2009). *Cultura Organizacional e Liderança*. São Paulo: Atlas.

Schneider, B., Ehrhart, M., & Macey, W. (2014). *Organizational climate and culture: an introduction to theory, research, and practice*. New York: Routledge.

Schulz, J. W. (2001) Tapping the best that is within: why corporate culture matters. *Management Quarterly*, Washington, 42(1), 29-35.

Sciliar, M. (2007). História do Conceito de Saúde. *Revista de Saúde Coletiva*, 17(1), 29-41.

Sorensen, J. B. (2002) The strength of corporate culture and the reliability of firm performance. *Administrative Science Quarterly*, New York, 47(1), 70-91, mar.

Tabachnick, B.G. & Fidell, L.S. (2001) *Using Multivariate Statistics*. 4th Edition, Allyn and Bacon, Boston.

Vignola, R., & Tucci, A. (2014). Adaptation and validation of the Depression Anxiety and Stress Scale (DASS) to Brazilian Portuguese. *Journal of Affective Disorders*, 155, 104-109.

Viseu, J., Jesus, S. N., Rus, C., Nunes, H., Lobo, P., & Cara-Linda, I. (2012). Capital Psicológico e sua avaliação com o PCQ-12. *ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 2(1), 4-16.

Watson, D., Clark, L. A., Weber, K., Assenheimer, J. S., Strauss, M. E., & McCormick, R. A. (1995). Testing a tripartite model: Exploring the symptom structure of anxiety and depression in student, adult, and patient samples. *Journal of Abnormal Psychology*, 104(1), 15-25.

Zanelli, J. C. Borges-Andrade, J. E.; Bastos, A.V.B. (Org.). (2014) *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. 2.ed. Porto Alegre: Artmed.

Capítulo 4
PESQUISA COM CRIANÇA: UM PENSAR
SOBRE AS METODOLOGIAS

Karina Nascimento de Oliveira
Viviane Barrozo Manfré
Cinthia Magda Fernandes Ariosi

PESQUISA COM CRIANÇA: UM PENSAR SOBRE AS METODOLOGIAS

Karina Nascimento de Oliveira

*Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Filho (2016)*

Viviane Barrozo Manfré

*Graduada em Pedagogia (2015-2018) pela Faculdade de Ciências e Tecnologia
"Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho" (FCT-UNESP), campus de
Presidente Prudente – SP*

Cinthia Magda Fernandes Ariosi

*Possui magistério pelo CEFAM/Bauru, graduação em Pedagogia pela Universidade
do Sagrado Coração (1997), mestrado (2004) e doutorado (2010) pelo Programa de
Pós-graduação em Educação - Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita
Filho" - UNESP - Faculdade de Filosofia e Ciências - Marília*

Resumo

Compreende-se que o número de pesquisa com crianças tem se expandido nos últimos tempos, e uma das questões frequentemente discutidas nestas investigações é o olhar sobre as crianças como sujeitos de pesquisa. Grande parte destes estudos apresentam estes sujeitos como atores sociais que integram e produzem cultura no âmbito onde estão inseridos. Diante disso, o presente artigo tem por objetivo identificar e refletir sobre as metodologias utilizadas nas pesquisas com crianças, com o intuito de compreender, como as pesquisas estudadas apresentam as crianças? Quais metodologias e procedimentos éticos adotados pelos pesquisadores? Com os mesmos têm respeitado as crianças como sujeitos de pesquisa? Para tanto, foram analisadas três dissertações que tinham como eixo dorsal de sua pesquisa a criança na Educação Infantil. Os trabalhos analisados e descritos neste artigo, de modo geral, compreendem a criança como ser social e buscam através de suas metodologias investigativas dar visibilidade a elas e valorizar suas produções e construções. Contudo, todas as estratégias expostas e dialogadas neste trabalho, dão às crianças inúmeras possibilidades de apresentarem como compreendem, espaços e situações vivenciadas por elas. Além disso, as mesmas se preocupam em ouvir e entender as crianças sem apagar suas identidades, respeitando seus espaços e desejos.

Palavras-chave: Criança; Pesquisa com criança; Metodologia de pesquisa.

Abstract

It is understood that the number of researches with children has expanded in recent times, and one of the issues frequently discussed in these investigations is the look at children as a research subject. A large part of these studies present these subjects as social actors who integrate and produce culture in the context where they are inserted. Therefore, this article aims to identify and reflect on the methodologies used in research with children, in order to understand how the researches studied present children? What methodologies and ethical procedures adopted by researchers? How have they respected children as a research subject? To this end, three dissertations that had the child in Early Childhood Education as the backbone of their research were analyzed. The works analyzed and described in this article, in general, understand the child as a social being and seek, through their investigative methodologies, to give visibility to them and to value their productions and constructions. However, all the strategies exposed and discussed in this work give children countless possibilities to present how they understand, spaces and situations they experience. Furthermore, they are concerned with listening and understanding children without erasing their identities, respecting their spaces and desires.

Keywords: Child; Child research; Research Methodology.

Introdução

É possível observar na atualidade o crescimento no número de pesquisas científicas com crianças, onde muitas vezes apresentam-nas como protagonistas. Esta nova perspectiva tem sido adotada por diversas pesquisas que em grande parte compreendem este protagonismo da criança, entendendo-a como um ser cultural e social, que pensa, discute, cria hipóteses, argumenta, constrói e produz conhecimento. Mas, como se sabe nem sempre foi desta maneira, de acordo com Sarmiento (2004) a ideia de criança e infância é moderna, visto que durante um grande período ela era considerada como um mero ser biológico sem estatuto social nem autonomia existencial e por muito tempo foi tratada desta maneira. Para compreendê-la da forma com compreendemos hoje, houve uma grande luta e construção histórica, como afirma o autor “[...] a construção histórica da infância foi o resultado de um processo complexo de produção de representações sobre as crianças, de estruturação dos seus quotidianos e mundos de vida e, especialmente, de constituição de organizações sociais para as crianças.” (SARMENTO, 2004, p.3).

Durante toda esta construção histórica e social da infância destacada pelo autor, a criança durante todo este processo é vista e interpretada de diversas formas, ora paparicada, ora deixada de lado, hora visível e hora invisível. Após um longo período, inicia-se um processo de reconhecimento da criança e sua infância, com isso

surge autores e pesquisas com o interesse de compreender melhor esta etapa da vida do ser humano e os processos e construções que ali se estabelecem.

Neste contexto, surgem e destacam-se pesquisas que procuram construir e reconstruir o conceito de criança e infância, buscando melhor compreender os processos de desenvolvimento da criança. Com isso, despontam outras pesquisas com foco em compreender como se dá a construção do conhecimento da criança. É neste âmbito que emergem diversas metodologias de pesquisas e se instauram autores e pesquisadores renomados que trouxeram contribuições significativas no olhar sobre e para a criança, marcando fortemente esta fase, e por este motivo, os mesmos firmaram-se como referência e embasamento teórico para milhares de trabalhos e pesquisa em todo o mundo.

Diante deste cenário, cabe-nos dizer então, como aponta Souza (2011), que através destes processos histórico-sociais e das relevantes contribuições advindas de diversas áreas do conhecimento, hoje, a criança é vista como um sujeito concreto que integra a sociedade e uma construção social. Fica evidente, que o olhar que temos hoje da infância e da criança, se difere significativamente dos séculos e décadas atrás, pois o mesmo sofreu interferências que levaram a transformação, direcionando assim um novo olhar, uma nova forma de ver a criança.

Levando em conta todas estas transformações, principalmente as que ocorreram nos últimos anos, uma das consideradas como a mais importante é aquela em que a criança começa não apenas ser vista, mas também ouvida, sendo percebida como um agente participativo da sociedade na qual faz parte (SARMENTO, 2004).

Embasados neste novo olhar, surgem iniciativas de colocar a criança como sujeito da pesquisa científica, com a preocupação de registrar e discutir o olhar e a compreensão da criança sobre o mundo que a cerca. A partir de então, ela é colocada como ator principal no processo da pesquisa. Visto isso, muitos pesquisadores desta linha, que compartilham dessa concepção de criança e infância, se debruçam na tentativa de melhor compreender e respeitar a criança neste contexto e no processo de pesquisa, buscam sempre metodologias que possibilitem este olhar.

Apesar dos inúmeros avanços não apenas no olhar sobre a criança, mas também nas pesquisas realizadas com as mesmas, acredita-se que ainda existam algumas falhas em procedimentos metodológicos. Sobre isso Delgado e Muller (2005, p. 164) asseveram que:

[...] ainda encontramos lacunas na produção brasileira sobre metodologias investigativas das crianças e suas culturas. Os textos que trabalham com relatos de pesquisa algumas vezes referem-se a entrevistas, análise de desenhos, registro baseados em filmes ou fotografias, observações participantes, diários de campo, embora pareçam as seguintes dúvidas entre os pesquisados/as:

- Como nós, adultos, podemos realmente apreender as culturas infantis e os modos de ser e estar no mundo das crianças?
- Será que nossas conhecidas estratégias metodológicas dão conta desse intento?
- Como podemos criar formas de aproximação com as crianças, que permitam obter certa aceitabilidade e credibilidade nos grupos infantis?
- Que escolhas metodológicas possibilitam decentralizar parte dos olhares “adultocêntricos” /etnocêntricos que costumam predominar em nossas análises?

Com esta colocação das autoras, é possível identificar e compreender que as lacunas nas produções do conhecimento se voltam, especificadamente, nas metodologias adotadas nas investigações e, principalmente, nas concepções acerca de criança, já que muitas vezes os discursos predominantes se reportam às crianças como sujeitos de direitos, produtoras de cultura e protagonistas, mas não as envolvem nas investigações, evidenciando, mais uma vez, as perspectivas adultocêntricas que predominam nos processos investigativos e analíticos, ainda hoje.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo identificar, compreender e refletir sobre as metodologias de pesquisa utilizadas nas produções de conhecimento cujo os sujeitos das investigações sejam as crianças, com o intuito de compreender as seguintes questões: como as pesquisas estudadas apresentam as crianças? Quais metodologias e procedimentos éticos adotados pelos pesquisadores? Com os mesmos têm respeitado as crianças como sujeito de pesquisa?

Delineamento metodológico

Para alcançar os objetivos propostos, este artigo de cunho qualitativo, foi desenvolvido mediante um levantamento bibliográfico de trabalhos que tenham como eixo principal de suas pesquisas, a criança.

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental. Os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem, valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação em que está sendo estudada. (GODOY, 1995, p. 62).

Optou-se pelo levantamento bibliográfico, visto que assim como Gil (2002) compreende-se que este procedimento metodológico oportuniza ao pesquisador obter e adquirir conhecimentos sobre estudos e pesquisas já desenvolvidas sobre o objeto de investigação, e logo, amplia-se seu olhar para o tema e esclarece suas dúvidas e questionamentos, podendo haver redirecionamentos de seus conceitos e perspectiva. Para além disso, acredita que este instrumento adotado provoca no pesquisador momentos de reflexão e lhe oportuniza conhecer e melhor analisar sobre o que se tem escrito sobre determinado tema, quais linhas os pesquisadores têm seguido e de que maneira se tem abordado tal tema. Todo isso lhe dá bagagem e oportuniza investigar sobre o peso e importância de sua pesquisa, para que não produza “mais do mesmo”.

Sendo assim, para seleção dos trabalhos analisados realizou-se o levantamento na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da plataforma da CAPES, onde foram utilizadas as palavras-chave “Criança; Espaço; Brincadeira” como refinamento de pesquisa. A seleção das pesquisas ocorreu mediante a leitura crítica e reflexiva dos títulos e, também, de seus resumos. Posteriormente, foi realizada uma leitura mais aprofundada dos trabalhos em sua íntegra e totalidade.

A seguir, serão apresentados os trabalhos selecionados em forma de tabela com o intuito de melhor visualização do (a) leitor (a) deste artigo. Na sequência, será exposta e dialogada a reflexão criteriosa de cada um deles.

Quadro 1 – Análise dos procedimentos metodológicos das pesquisas selecionadas

Identificação das pesquisas	Título	Procedimentos Metodológicos	Procedimentos Éticos
Pesquisa nº1	A criança na educação infantil: a roda de conversa como espaço/tempo de infância, criação e experiência.	Pesquisa qualitativa; Observação participante; roda de conversa; Entrevistas semiestruturadas; Diário de campo; Filmagens, Desenhos realizados pelas crianças; Fotografias.	² Termo de Consentimento assinado; Nomes fictícios; Fotografias sem apresentar os rostos das crianças;
Pesquisa nº2	Espaços, práticas e interações na Educação Infantil: o que dizem as crianças.	Pesquisa qualitativa orientada pela Etnografia; Observação; Caderno de campo; Fotografias; Gravações de áudio.	Termo de Consentimento assinado; Nomes fictícios;

² Autorização para participar da pesquisa assinado pelos responsáveis das crianças

Pesquisa nº3	O brincar das crianças e sua apropriação dos espaços públicos	Pesquisa qualitativa; Grupo focal; Observação participante; Entrevista semiestruturada; Fotografias; Diário de campo; Elaboração de desenhos, pinturas e maquetes; Gravações de áudio.	Termo de Consentimento; ³ Termo de Assentimento; Nomes fictícios escolhidos pelas próprias crianças;
---------------------	---	---	---

Fonte: ARIOSI, C. M. F.; MANFRÉ, V. B.; OLIVEIRA, K. N. (2021).

Resultados e discussão

Apresentação das pesquisas:

Pesquisa nº1: A dissertação denominada como nº1, foi defendida em 2020, a mesma traz como tema as rodas de conversa como espaço e tempo na Educação Infantil. A pesquisa aqui apresentada, foi realizada em uma instituição de ensino em Brasília. Esta tem como objetivo compreender a Roda de conversa na Educação Infantil como espaço/tempo de acolhimento da fala e das especificidades das crianças na construção da relação professor(a) aluno(a).

A pesquisa foi realizada com duas turmas de Educação Infantil, uma do período matutino composta por 20 alunos, e outra no período vespertino com 15 alunos, totalizando 35 crianças, com a faixa etária de 4 e 5 anos. Participaram também a coordenadora pedagógica da instituição e as duas professoras responsáveis pelas turmas. Antes de iniciar o projeto, houve um momento de conversa e apresentação do mesmo para os alunos, seus responsáveis, para as professoras e para gestão escolar. Estes momentos ocorreram de diferentes modos e em momentos distintos com cada um dos grupos mencionados.

Pesquisa nº2: Esta dissertação intitulada neste artigo como nº2, foi finalizada em 2015, a mesma, busca compreender o que dizem as crianças da Educação Infantil em relação aos espaços frequentados e vivenciados por elas em seu cotidiano. Desta forma, traçou-se como objetivo principal, conhecer o que as crianças falam e fazem nos espaços de uma instituição de Educação Infantil. Esta pesquisa foi realizada em uma creche da Região Metropolitana do RJ, as observações de campo ocorreram por meio encontros semanais (três encontros por semana) em um período de 3 meses,

³ Autorização para a participação da pesquisa assinada pelas crianças.

estes aconteciam em diferentes espaços e ambientes da instituição, com um grupo de 30 crianças de 5 anos de idade.

Pesquisa nº3: A terceira e última pesquisa analisada aconteceu em 2017 e foi finalizada em 2019, esta tinha como tema principal o brincar da criança e sua apropriação nos espaços públicos. Em busca de compreender tal temática, aponta-se como objetivo geral, compreender a relação entre os espaços públicos e as apropriações destes feitas pelas crianças. Os sujeitos investigados foram 4 crianças entre 4 e 6 anos de idade de uma escola municipal de Alfenas em MG. A pesquisa de campo se efetivou em encontros semanais (uma vez por semana, com a duração de uma hora e meia), durante 3 meses. Antes de iniciar o projeto todos foram informados sobre a pesquisa.

Como é possível notar, as três pesquisas selecionadas se assemelham em alguns aspectos, como a faixa etária das crianças, o local onde ocorreram as pesquisas (instituições de ensino). Além disso, todas elas compreendem as crianças como sujeitos de pesquisa que precisam ser respeitados, reconhecidos e que contribuem ativamente para a sociedade ao qual fazem parte. Sobre isso Corsaro (2011, p. 15,19) afirma que

[...] as crianças são agentes sociais, ativos e criativos, que produzem suas próprias e exclusivas culturas infantis, enquanto, simultaneamente, contribuem para a produção das sociedades adultas. [...] a criança é vista como agente ativo e um ávido aprendiz. Sob essa perspectiva, a criança constrói ativamente seu mundo social e seu lugar nele.

De acordo com Corsaro (2011), as crianças são produtoras de cultura que detêm de um modo singular as suas formas de conceber e vivenciar o mundo que lhes rodeia. Nesse sentido, valorizar as suas produções se configura como um caminho para assegurar o alcance da superação de um silêncio que, durante muito tempo e ainda hoje, acontece quando se trata de envolvê-las nas pesquisas.

Nesta perspectiva, durante a leitura dos projetos, ficou evidente o desejo das pesquisadoras em ouvir o que as crianças tinham a lhes relatar. “A criança tem necessidade vital da nossa escuta, assim como do nosso afeto. Precisa se sentir acolhida, como alguém que tem o que nos dizer. Reconhecida assim, como sujeito pode desenvolver criativamente sua existência.” (ANTONIO; TAVARES, 2020, p. 66).

Como destacado pelo autor, a criança tem anseio de ser escutada, e enquanto pesquisadores desta área faz-se necessário compreendê-la em sua pluralidade, com

olhar sempre atento as suas particularidades. Isso exige do pesquisador uma escuta e olhar atento e sensível a todos os movimentos da criança e tudo o que ela tem a lhe dizer e apontar de diversas formas, pois nem sempre ela utilizará a fala para se expressar, mas as diversas maneiras que ela como um ser criativo encontrará para demonstrar seus desejos, a leitura que fez de determinados fatos, objetos e espaços. Assim sendo, fica evidente que se faz necessário compreender a criança como este ser ativo e estar atento as suas múltiplas linguagens.

Procedimentos éticos:

Na *pesquisa nº1*, além dos procedimentos éticos adotados pela maioria das pesquisas cujo os procedimentos metodológicos é a observação, por terem as crianças como principais participantes, foram entregues aos pais e responsáveis pelos alunos o termo de consentimento.

As crianças foram questionadas se aceitavam participar da pesquisa. Para ingressar nos espaços onde as crianças estavam inseridas era sempre solicitada a sua permissão. A pesquisadora relata que deixou bem claro para as crianças que se em algum momento elas se sentissem desconfortáveis que sinalizassem a ela, ou a professora responsável pela turma, que seria proposto uma atividade em um outro espaço da escola. Além disso, pediu-se a autorização das crianças para ficar com os desenhos produzidos por elas nas rodas realizadas durante a pesquisa.

Para manter e preservar a identidade dos alunos foram dados a eles e os demais participantes nomes fictícios, além disso, para os registros fotográficos realizados durante a investigação, a pesquisadora optou por ângulos que não mostravam os rostos das crianças, “[...] o registro das fotos ocorreu de forma estratégica de forma a não expor o rosto do/a participante.” (AGUIAR, 2020, p.87).

A *pesquisa nº2*, não relata em seu texto como foi realizado o processo de apresentação do projeto e entrega do termo de consentimento, ou assentimento. Como procedimento ético, a autora destaca em sua dissertação que o uso de números para nomear as crianças é uma prática inadequada. Deste modo, apresenta que os nomes dados às crianças são fictícios com o objetivo de preservar suas identidades.

Já a *pesquisa nº3*, assim como na *pesquisa nº1*, destaca que, antes do início da pesquisa, todos foram informados. Foram entregues os termos de consentimento para os pais, responsáveis dos alunos, a escola e também o termo de assentimento

para as crianças participantes. Além disso, a pesquisadora se colocou à disposição para tirar possíveis dúvidas sobre projeto.

Como nas outras pesquisas, com o intuito de preservar a identidade das crianças, foram dados a elas nomes fictícios, o que difere esta das demais pesquisas analisadas é que nessa as próprias crianças escolheram seus nomes. Os nomes escolhidos por elas quase que predominantemente faziam referência à personagens de desenhos e filmes infantis, apenas uma delas escolheu o nome “cozinheiro”, apresentando como justificativa o prazer que tinha em cozinhar com sua genitora. A partir desta escolha, as crianças elaboraram crachás, no qual desenharam seus personagens, fora isso, tomaram a iniciativa de confeccionarem um chapéu de “investigador”. Já as fotografias tiradas durante o processo de pesquisa, serviram apenas para serem apresentadas para as próprias crianças em seus encontros semanais e para reflexão e discussão durante a pesquisa.

Ao analisarmos e observarmos todos os procedimentos éticos utilizados nas pesquisas, três destes se destacam de modo unânime nas dissertações, são eles, nomes fictícios, fotografias e termos de consentimento. Baseados nos apontamentos levantados pelos pesquisadores, fica evidente e reforça-se a visão que ambas das pesquisas têm sobre as crianças, respeitando-as verdadeiramente como sujeitos de pesquisa. De acordo com Kramer (2002) isso está diretamente ligado ao referencial teórico na qual a pesquisa de baseia.

Quando trabalhamos com um referencial teórico que concebe a infância como categoria social e entende as crianças como cidadãos, sujeitos da história, pessoas que produzem cultura, a ideia central é a de que as crianças são autoras, mas que precisam de cuidado e atenção. [...] O texto começa apresentando a concepção de infância subjacente às pesquisas em debate. (KRAMER, 2002. p.42)

Este cuidado e atenção com as crianças ficou visível em vários momentos nos textos elaborados pelas mestrandas, principalmente nos procedimentos éticos. Além disso, foram destacadas nas três pesquisas a importância do nome fictício, apontando outras maneiras de se referenciar as crianças, tal como inicial do nome, números como algo negativo que tira a identidade da criança. Sobre isso Kramer (2002, p.47) relata que

[...] recusamos alternativas tais como usar números, mencionando as crianças pelas iniciais ou as primeiras letras do seu nome, pois isso negava a sua condição de sujeitos, desconsidera sua identidade, simplesmente apagava quem eram e as relegava a um anonimato incoerente com o referencial que orientava a pesquisa.

Neste sentido, compreende-se a necessidade do uso dos nomes fictícios e de alternativas próximas a essa, com o intuito de não apagar essa identidade das crianças e como forma de reconhecimento destas como sujeitos. Embasada nesta perspectiva, na pesquisa nº3 as crianças tiveram a oportunidade de escolherem seus nomes fictícios, e essa ação fez com que elas se sentissem importantes, sentindo-se como participantes da pesquisa, co-pesquisadoras. Tal ação fez com que elas tivessem maior engajamento e interesse no desenvolver da investigação, isso ficou evidente, a partir dos relatos apresentados pela pesquisadora.

Dentre este cuidado de preservar sem apagar a identidade das crianças, as autoras apresentam outros dois procedimentos éticos que demonstram este cuidado e preocupação, são eles, a preservação de suas imagens e a autorização das mesmas para participação na pesquisa.

Para a preservação da imagem das crianças nas fotografias utilizadas nas dissertações, as pesquisadoras que optaram por esta forma de registros, se preocuparam em borrar os rostos das crianças, ou usar ângulos diferentes que não os mostrassem. Em relação ao assentimento das crianças para participação na pesquisa, das três, apenas duas deixam claro se houve e de que forma se deu.

Em relação às imagens, acredita-se ser necessária a preservação da imagem das crianças e se preocupar com o uso que se faz das mesmas, Kramer (2002) destaca ser fundamental definir princípios éticos que ajudem a repensar em usos indevidos e levianos das imagens das crianças, pois ainda que autorizadas elas podem provocar reações de surpresa e constrangimento.

Já em relação ao assentimento e consentimento, acredita-se que seja um dos aspectos mais importantes, pois esta ação de pedir autorização não apenas dos responsáveis, mas das próprias crianças, às colocam em um outro posicionamento, demonstra fortemente o respeito, cuidado e a maneira como aquele pesquisador compreende a criança.

Assim entende-se ser necessário pensar e refletir sobre os procedimentos éticos adotados nas pesquisas, pois eles têm grande potencial tanto de respeitar a criança e tudo o que ela faz, quanto de apagar completamente sua identidade.

Metodologia de pesquisa e procedimentos metodológicos:

A metodologia de pesquisa, assim como os procedimentos éticos e o referencial teórico nos revelam muito sobre quem é a criança para o pesquisador. Com base nisso, identificou-se que a escolha feita pela *pesquisa nº1*, foi de uma pesquisa orientada pela teoria histórico-cultural de Vigotski. Como método de pesquisa qualitativa foram utilizados a observação participante, roda de conversa e entrevistas semiestruturadas. Como ferramenta metodológica para registros das observações, utilizou-se o diário de campo, filmagens, desenhos realizados pelas crianças e registros fotográficos.

Ao todo, foram realizadas 10 observações, sendo 5 com cada turma, destas 5, 3 consistiam apenas na observação e 2 experiências de roda de conversa. Realizou-se 5 entrevistas semiestruturadas sendo quatro delas, duas com cada professoras e uma com a coordenadora. Fora as entrevistas, realizou-se também uma roda de conversa com as duas professoras. Ao fim, analisou-se a proposta pedagógica da escola. Tudo isso com o intuito de compreender a visão que se tinha sobre a criança e sua infância.

A *pesquisa nº 2*, se apresenta como uma pesquisa qualitativa orientada pela Etnografia, também sob perspectiva da teoria histórico-cultural de Vigotsk e a Sociologia da Infância de Corsaro. A autora apresenta seus procedimentos como “movimento”, assim sendo, o *1º movimento* destacado por ela foi a observação sistemática do cotidiano; o *2º movimento* foi marcado por uma fala com crianças sobre os espaços da instituição, onde foram propostas *oficinas de fotografias* que caracterizaram o *3º movimento*, momento este em que as crianças saíram para fotografar alguns espaços da escola. O *4º movimento* consistia na observação e conversa. Este se desenvolvia coletivamente, no qual as crianças observavam e dialogavam sobre os registros fotográficos feitos por elas, sobre o que foi escolhido para fotografar, o que foi deixado de lado, etc. Para o registro das observações realizadas no decorrer dos *movimentos*, foi utilizada como ferramenta metodológica o caderno de campo, onde foram registradas notas de campo e roteiro da observação.

Na pesquisa nº3, realizou-se uma pesquisa qualitativa descritiva com a técnica de grupo focal, a observação participante e uma entrevista semiestruturada. Nesta pesquisa as crianças foram apresentadas como co-pesquisadoras, e em seu decorrer, produziram e construíram desenhos, pinturas e uma maquete com temas relacionados aos espaços públicos frequentados por elas, buscando melhorias nestes ambientes.

A princípio, iniciou-se o projeto com a observação do ambiente, subsequente, efetuou-se uma entrevista com cada criança com o objetivo de deixá-las falar mais livremente. Nesta entrevista, foram abordados tanto dados pessoais quanto a percepção dos espaços públicos que utilizavam.

Após estes momentos iniciais, foram realizados encontros semanais onde eram discutidos conceitos e conteúdo do tema tratado. Para o registro das observações realizadas durante as discussões utilizou o diário de campo. Ao fim da pesquisa a mestrande elaborou uma carta de agradecimento para cada criança.

Ao analisar as metodologias utilizadas nas três pesquisas constatou-se que ambas utilizaram a pesquisa qualitativa, o que é comum por se tratar de pesquisas na área de humanas.

De maneira diversa, a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995, p. 58).

De modo unânime, as pesquisas, mesmo muitas vezes sem nomear, utilizaram a observação participante como uma de suas principais ferramentas.

Esta categoria de observação tem se tornado um ponto forte nas pesquisas, pois abre inúmeras possibilidades ao pesquisador, de compreender os fenômenos estudados, não apenas pela observação, mas também por meio da interação, visto que, fica claro que não se envolver é algo quase que impossível, principalmente nas pesquisas com crianças, já que elas estão quase que a todo momento pedindo e puxando os adultos para as brincadeiras, interações relações, diálogos, etc.

Diferentemente da entrevista, na observação participante o pesquisador vivencia pessoalmente o evento de sua análise para melhor entendê-lo, percebendo e agindo diligentemente de acordo com as suas interpretações daquele mundo; participa nas relações sociais e procura entender as ações no contexto da situação observada. As pessoas agem e dão sentido ao seu mundo se apropriando de significados a partir do seu próprio ambiente. Assim, na observação participante o pesquisador deve se tornar parte de tal universo para melhor entender as ações daqueles que ocupam e produzem culturas, apreender seus aspectos simbólicos, que incluem costumes e linguagem. (PROENÇA, 2017, p. 9)

Houve um consenso nas pesquisas examinadas de que para a investigação com crianças é necessário lidar com mais de um procedimento metodológico para compreender o fenômeno que se quer estudar. Deste modo, utilizou-se também entrevistas semiestruturadas, oficinas, momento de discussão e elaboração de materiais. Já para a coleta de dados, os três trabalhos apresentaram como ferramenta o registro por meio de fotografias, de acordo com Lopes (1998 apud KRAMER, 2002, p.53) este instrumento ajuda o pesquisador a reconstruir o próprio olhar, assim como vídeos e gravações, que também foi utilizada por algumas das pesquisas analisadas. Fora isso, empregou-se também o caderno de campo, e diário de campo que consistem na mesma metodologia de registro de fatos.

O caderno de campo como instrumento de registro, traz toda as situações, fatos e acontecimentos vividos e compartilhados entre o pesquisador e o grupo pesquisado [...]. Seus registros são baseados em outro instrumento que é o caderno de notas. Esse portanto, é um espaço para registrar dados, gráficos, anotações que resultam no convívio participante e da observação atenta no universo social onde está inserido e que pretende investigar. (KONRATH, 2016, p.359)

Esta é uma importante ferramenta na pesquisa, pois estes registros permitem ao pesquisador fazer importantes pontuações das observações que mais tarde os ajudará compreender determinadas situações.

Dois pesquisadores, optaram por utilizar como instrumento de coleta de dados os desenhos realizados pelas crianças participantes da pesquisa. Este é compreendido por muitos autores como uma ferramenta potente que permite ao adulto compreender a visão das crianças sobre determinados assuntos, ou objetos.

Além de contribuir para compreensão dos adultos, o desenho se apresenta como uma forma de comunicação da criança, pois abre a elas oportunidades não apenas de comunicar-se, mas também de expressar-se e expor sua compreensão de mundo, ou, de determinadas situações que muitas vezes ficam implícitas em suas falas e comportamentos. “O desenho estabelece um elo de participação entre a criança e o mundo, evocando e despertando formas, imagens, significados, através de seus recursos materiais” (DERDYK, 1990, p. 106).

Com tudo, as três pesquisas, expõe por meios dos aspectos mencionados anteriormente a percepção que as autoras têm de criança e ao evidenciarem isso, nos provoca a refletir e pensar quais metodologias temos utilizado e até que ponto elas respeitam e dão possibilidades aos nossos sujeitos de pesquisa de se expressarem?

Diante de todo processo de estudo, análise e reflexão, conclui-se que é necessário nos apoiarmos em instrumentos metodológicos que além de procurar compreender alguns aspectos da criança e sua infância, respeitem suas particularidades, desenvolvimento, colocando-a a todo instante como sujeitos de pesquisa em potencial, que querem e podem contribuir, basta utilizamos de metodologias que as oportunizem falar, serem ouvidas, e diversas possibilidades de se expressarem.

Nesse sentido, faz-se necessário buscar metodologias adequadas para investigar crianças num contexto coletivo, definindo e redefinindo, ao longo da trajetória, instrumentos que possam auxiliar na escuta e no olhar atento sobre as suas vozes e seus pontos de vista. [...] Significa abriremos mão de nossas verdades, de nossos próprios discursos, muitas vezes, massificados e naturalizados, e nos deixar levar pelo olhar e pelas vozes das crianças, abrindo, assim, novas possibilidades para aprender e ensinar em contexto escolares. (KONRATH, 2016, p.355 – 356)

Com este excerto, é possível compreendermos que de nada adianta argumentos voltados para a defesa do envolvimento das crianças em pesquisas com as crianças e não sobre elas, se o pesquisador não tiver empatia e sensibilidade para fazer as adaptações necessárias aos procedimentos metodológicos a ser adotados em sua investigação, de modo a contemplar as especificidades das crianças, sem desrespeitá-las e oportunizar condições a elas que proporcionem uma participação ativa e não passiva, na qual o adulto relata as impressões sobre as crianças.

Delgado e Muller (2005) asseveram sobre o maior desafio posto na área de pesquisa com crianças: construir um exercício de proximidade com as crianças, as investigações e suas respectivas análises, rompendo com os preconceitos que permeiam ainda hoje quando as crianças ganham visibilidade e protagonismo, uma vez que o que se observa ainda é um enfoque de pesquisa voltado para a perspectiva das diferenças sob um olhar de incompletude, carência e, até mesmo, a adultização, já que muitas vezes trata-se de conceber as crianças numa perspectiva do futuro – vir a ser.

Nesse contexto, produzir novos conhecimentos com as crianças e não sobre elas se apresenta como uma nova perspectiva da infância, a qual a reconhece como sujeito de direitos, com especificidades próprias, produtoras de cultura e que possui um jeito próprio de compreender e viver o mundo que lhe rodeia, favorecendo, assim, o reconhecimento e a valorização das infâncias, já que esta categoria é demarcada

pela heterogeneidade e não pela homogeneidade. Para tanto, de acordo com Prout e James, (1990, p.9 apud MONTANDON,2017, s/p) é necessário construir um novo paradigma levando em conta algumas proposições, são elas:

1. A infância é uma construção social.
2. A infância é variável e não pode ser inteiramente separada de outras variáveis como a classe social, o sexo ou o pertencimento étnico.
3. As relações sociais das crianças e suas culturas devem ser estudadas em si.
4. As crianças são e devem ser estudadas como atores na construção de sua vida social e da vida daqueles que as rodeiam.
5. Os métodos etnográficos são particularmente úteis para o estudo da infância.
6. A infância é um fenômeno no qual se encontra a "dupla hermenêutica" das ciências sociais evidenciada por Giddens, ou seja, proclamar um novo paradigma no estudo sociológico da infância é se engajar num processo de "reconstrução" da criança e da sociedade. (PROUT e JAMES, 1990, p.9 apud MONTANDON, 2017, p. 51).

Deste modo, envolver as crianças nos procedimentos metodológicos investigativos oportuniza o distanciamento e a superação do silêncio e da exclusão, visto que essas se apresentam como características neste contexto de pesquisas sobre as crianças e não com as crianças, conferindo-lhes visibilidade nas produções de conhecimento e, conseqüentemente, suas produções. Mas, assim como qualquer pesquisa que envolve seres humanos, salienta-se a necessidade de se ter cautela e seguir os protocolos éticos, de modo que a pesquisa não se configure como invasiva e, até então, exploratória, logo o pesquisador necessita ter um olhar atento, cuidadoso e sensível para todas as questões postas até o presente momento, adaptando-se todos os elementos indispensáveis para o alcance de uma investigação exitosa.

Deste modo, para o desenvolvimento de pesquisas na área da educação, com destaque nas que tenham a criança como foco, faz-se imprescindível pensar e refletir sobre o que pretende investigar, quais as problemáticas e principalmente qual o meu sujeito de pesquisa. Só após este levantamento deve-se buscar e analisar metodologias de pesquisa que melhor atenda o projeto, respeite e dê visibilidade e este sujeito, que não apenas participará, mas será protagonista desta pesquisa. E para que este protagonismo ocorra são necessários instrumentos adequados que sejam coerentes e correspondam com a realidade da pesquisa.

Nesse contexto, salienta-se que muitas vezes os pesquisadores apresentam defasagens em sua formação, tanto inicial quando continuada. Por esse motivo e outros, compete às instituições de Ensino Superior oportunizar uma formação de

qualidade aos pesquisadores, especificadamente, aqueles que produzem conhecimentos voltados à educação da primeira infância, de modo a valorizar as produções infantis, reconhecer a criança como sujeito de direitos.

Conclusões

Ao fim conclui-se que as metodologias, assim como as ferramentas de coleta de dados e os procedimentos éticos empregados nas pesquisas, expressam o anseio e cuidado das pesquisadoras, em tentar compreender a realidade observada, oportunizando momentos de falas para essas crianças, e respeitando toda as suas construções. Isso fica evidente em muitos momentos das dissertações analisadas, principalmente no decorrer das pesquisas, visto que os instrumentos e metodologias adotadas instigam e provocam momentos de fala de diversas maneiras, seja por conversas, fotografias, desenhos e até a construção de alguns materiais.

Todas essas estratégias utilizadas, dão às crianças inúmeras possibilidades de apresentarem como compreendem, espaços e situações vivenciadas por elas. Além disso, as mesmas se preocupam em ouvir e entender as crianças sem apagar suas identidades, respeitando seus espaços e desejos.

Visto isso, entende-se que envolver as crianças nas produções do conhecimento, se configura como um processo que oportuniza sua visibilidade. Apesar dos inúmeros apontamentos feitos por autores que estudam sobre essa temática, ainda hoje nos deparamos com uma grande quantidade de trabalhos que têm as crianças como sujeitos de investigação, mas que apresentam algumas contradições, pois, retratam a criança como um ser que precisa ser respeitado, mas ao realizar suas investigações não utilizam metodologias, procedimentos metodológicos e éticos que respeitem suas particularidades e vontades. Muitos ficam tão presos nos resultados e em conseguir atingir seus objetivos que acabam não ouvindo, ou não ficando atento aos sinais apresentados pelas crianças no desenvolver da pesquisa. Isto é, desenvolvem investigações sobre as crianças e não com as crianças.

Neste contexto de produção do conhecimento é muito importante que o pesquisador em campo tenha a sensibilidade em adaptar os instrumentos metodológicos de modo que contemplem as crianças de forma respeitosa às singularidades próprias dessa faixa etária. Como muito autores apresentam, a criança é um ser de múltiplas linguagens, a mesma usa destas como forma de extrair seus

sentimentos, pensamentos e opiniões, diante do exposto faz-se necessário que o investigador seja sensível a estas linguagens. Para isso, é necessário estar sempre atento aos sinais apresentados por elas no decorrer da pesquisa, para que não se cometa erros que apaguem seu protagonismo.

É possível constatar que ainda hoje há lacunas nas metodologias adotadas em pesquisas quando envolvem as crianças, o que indica a necessidade de se avançar e aprofundar o olhar, de modo atento e cuidadoso, para com as crianças, valorizando as suas participações, seus dizeres e saberes.

Tais processos investigativos que estão sendo defendidos neste artigo, oportuniza não só o reconhecimento das crianças enquanto atores sociais, sujeitos de direitos, produtoras de cultura, com suas especificidades próprias, mas, também, a importância de reconhecer a heterogeneidade que demarca a infância e os modos de vivê-las.

Compreende-se e reconhece-se os inúmeros avanços que se deu nas pesquisas cujo sujeito de investigação é a criança, como apresentado na introdução deste artigo. Logo, o processo de construção e reconhecimento da criança e de sua infância é interpretado como um momento crucial na vida de todo ser humano. Deste modo, ao realizar pesquisa é necessário cuidado, para não massacrar todo este processo de conquistas no âmbito, não apenas da pesquisa, mas também no contexto social no qual a criança está inserida.

Com tudo, defende-se que ao realizar pesquisas com criança, é necessário clareza nas abordagens e metodologias adotadas nos trabalhos. Visto que, compete aos pesquisadores oportunizar condições favoráveis para que a emancipação, o reconhecimento da criança enquanto sujeito de direitos e a valorização das construções e produções infantis ocorram de modo eficaz.

Faz-se necessário ter cautela no desenvolvimento da investigação, para que os procedimentos adotados não sejam invasivos e exploratórios, visto isso, o consentimento da criança é vital em qualquer pesquisa e investigação que a envolva. Logo, compreende-se que a sensibilidade do pesquisador é de extrema importância, pois ela lhe possibilitará realizar adaptações necessárias na adoção dos instrumentos metodológicos utilizados, de modo que as crianças os compreendam.

Em suma, ao realizar pesquisas com crianças é necessário preparo e cuidado para que estas não se tornem pesquisas sobre criança, e as desrespeitem enquanto sujeitos sociais. Para tanto, faz-se necessário saber a diferença entre essas duas

vertentes de pesquisa, onde na pesquisa sobre a criança não se considera o olhar que as mesmas têm sobre as coisas e sim o olhar a leitura que adulto faz sobre certos comportamentos das crianças. Já a pesquisa com a criança, essa sim, tem interesse de compreender qual a relação da criança com o meio e o seu olhar e sentimento sobre determinados assuntos, vivências e espaços. Sendo assim, antes de iniciar a pesquisa é necessário compreender e traçar qual gênero de pesquisa deseja realizar para que assim possa se traçar os objetivos e definir metodologias adequadas.

Contudo, pesquisa com criança neste contexto é assegurar o desenvolvimento e redescobrimiento das experiências sensíveis do pesquisador, ou seja, é necessário enxergar aquilo que não é possível compreender de imediato, e isso só será possível além dos instrumentos adequados que ofereça múltiplas oportunidades das crianças se expressarem, que as respeitem enquanto sujeitos históricos e a cima de tudo tenha o consentimento dela e as envolva positivamente na pesquisa.

Agradecimentos

Agradecemos a instituição UNESP proponente do Programa de Pós-graduação em Educação por oportunizar uma formação sólida em defesa de uma educação de qualidade e em busca da transformação da sociedade. Ainda, agradecemos também a Profa. Dra. Cinthia Magda Fernandes Ariosi, responsável por ministrar a disciplina intitulada *Pesquisa com criança* do referido programa, a partir da qual foi possível compreender a importância de desenvolver metodologias investigativas com crianças e não sobre crianças.

Agradecemos, também, ao Encontro Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão pela oportunidade em compartilhar as produções de conhecimento e visibilizar os resultados, a partir dos quais contribuem para a melhoria das práticas investigativas na área educacional, sobretudo, na Educação Infantil.

Declaramos para os devidos fins não haver qualquer potencial conflito de interesse que possa interferir na imparcialidade deste trabalho científico.

Referências

Aguiar, R. J. R. C. **A criança na educação infantil: a roda de conversa como espaço/tempo de infância, criação e experiência.** Dissertação (Mestrado

Processos de Desenvolvimento Humano e saúde) – Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2020.

ANTÔNIO, S; TAVARES, K. **O voo dos que ensinam e aprendem: uma escuta poética**. Cachoeira Paulista, SP: Passarinho, 2020.

CORSARO, W. A. **Sociologia da Infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DELGADO, A. C. C.; MULLER, F. Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 125, p. 161-179, mai./ago. 2005.

DERDYK, E. **O desenho da figura humana**. São Paulo: Scipione, 1990.

GIL, A. C. **Como delinear uma pesquisa bibliográfica?** In: Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas S.A. 4 ed. 2002.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **São Paulo**, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

KONRATH, R. D. Abordagem etnográfica com crianças no contexto da instituição de educação infantil: uma aventura antropológica. **História Unicamp**, v.3, 2016.

KRAMER, S. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Caderno de pesquisa**, n.116, p. 41-59, 2002.

MONTANDON C. Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. **Caderno de Pesquisa**, nº 112, p. 33 - 60, março, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/sdJPPzYbpq6NBY75YhdNwdr/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 27 de agosto de 2021.

PROENÇA, Wander de Lara. O Método da Observação Participante: Contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro. **Revista Aulas**, Paraná, n.4, 2017. Disponível em: <https://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20III/4_23.pdf>. Acesso em 29 de julho de 2021.

SARMENTO, M. J. **As culturas da infância na encruzilhada da segunda modernidade**. Porto: Edições ASA, p. 9-34, 2004.

SOUZA, T. F. P. B. **A escola dos “meus” sonhos: há “luxo” no fim do túnel?** 2011. 49f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal, Corumbá, 2011.

Capítulo 5

**CULTURA ORGANIZACIONAL, PERCEPÇÃO
DO SUPORTE ORGANIZACIONAL E SAÚDE
GERAL EM ADMINISTRADORES: AS
NORMAS E O PERCEPTO SÓCIO-
ORGANIZACIONAL QUANTO FATOR DE
UM ESPAÇO LABORAL SAUDÁVEL**

Isabella Mendonça de Souza

Nilton S. Formiga

CULTURA ORGANIZACIONAL, PERCEPÇÃO DO SUPORTE ORGANIZACIONAL E SAÚDE GERAL EM ADMINISTRADORES: AS NORMAS E O PERCEPTO SÓCIO-ORGANIZACIONAL QUANTO FATOR DE UM ESPAÇO LABORAL SAUDÁVEL

Isabella Mendonça de Souza

Mestre em Psicologia Organizacional e do Trabalho

Ecossistema Ânima/

Universidade Potiguar

Nilton S. Formiga

Doutorado em Psicologia Social UFPB

Pós-doutorado Psicologia UFRJ

Docente/Pesquisador Ecossistema Ânima/

Universidade Potiguar

Introdução

Com as constantes mudanças tecnológicas, a gestão organizacional tem sido influenciada de forma bastante direta, especialmente, quanto ao incentivo de seus funcionários em termos do reinventar-se junto aos processos de trabalho e seus talentos humanos. Na concepção de McShane e Glinow (2013), as empresas não tem conseguido concorrer de forma muito eficiente, em termos das transformações dos recursos e associá-los às necessidades (neste caso, seus próprios funcionários) em cumprirem não só as funções profissionais formais, mas, buscarem estabelecer e efetivar as metas que possam ir mais além, principalmente, no que se refere a condição do binômio saúde-empresa.

Os chamados talentos humanos, em uma nova abordagem da perspectiva da gestão pessoas, podem desenvolver de forma atrativa e gerir a manutenção de competências prioritárias, que atendam aos objetivos estabelecidos pela organização (cf. Fleury & Fleury, 2004; Nunes, 2017); com isso, dois tipos de atividades poderão

ser geradas nas rotinas profissionais: as atividades que são obrigatórias de acordo com a função que ocupam e as atividades que são realizadas voluntariamente, as quais, tem a intenção de colaborar com a organização e pares de iguais no ambiente de trabalho.

Considerando o pressuposto de que existe uma relação de troca social, seja ela implícita ou não, entre os talentos humanos e a organização, de acordo com Siqueira (2003), esse fato ocorre, *se e somente se*, houver um ambiente favorável ao funcionário, o qual, permite a ele criar vínculos afetivos positivos de satisfação e envolvimento que refletem no seu bem-estar no ambiente de trabalho (cf. Sobrinho & Porto, 2012); bem como, é perceptível que o comportamento e a reciprocidade desses talentos para a organização indicam ser favorável quando os mesmos percebem que a mesma lhes oferece Suporte Organizacional, isto é, a organização e seus gestores se preocupam com os seus funcionários (Estivalet, Andrade, Faller, Stefanan, & Souza, 2016); não apenas sugere o foco na qualidade de vida do trabalhador e da empresa, mas, também, a saúde geral deste (Prado, 2005; Bertoncello, & Borges-Andrade, 2015; Silva, Borges, & Barbosa, 2015).

Assim considerado, um estudo pioneiro no Brasil, realizado por Formiga, Pereira e Estevam (2020), salientando a avaliação da saúde geral de trabalhadores, verificou em uma amostra de enfermeiros, a relação entre suporte organizacional, capital psicológico positivo e saúde geral; de acordo com a autora supracitada, não houve resultado significativo quando se referiu à associação direta entre o suporte organizacional e a percepção da saúde geral do enfermeiro, mas, na relação desta última variável com o capital psicologia positivo, os resultados foram significativos. Sendo assim, a autora, elaborou um modelo de moderação, inserindo entre suporte organizacional e a saúde geral, a variável do capital psicológico positivo, confirmando que os enfermeiros percebem que se encontram saudáveis, quando o capital psicológico é desenvolvido.

Partindo dessas reflexões, o interesse geral deste capítulo está em relacionar constructos psico-organizacionais e do trabalho pouco ou ainda não associados entre si (cf. Scielo.br; Pepsic.bvsalud.org), em termos de um sistema avaliativo destinado à compreensão da relação organização-trabalhador. Com isso, pretende-se verificação a possibilidade de um modelo teórico, no qual, será avaliado o quanto a cultural organizacional influencia o suporte organizacional e este, a percepção da saúde geral nos trabalhadores.

De forma geral, o estudo se inclui na natureza dos vínculos, forma e tipo de organização no mundo do trabalho, referindo-se as distintas sensibilidades de demandas e ofertas de condição social e humana frente a função de desenvolvimento, treinamento e implementação de programas de Recurso Humano contemporâneo nas organizações privadas associando a qualidade de vida pessoal e laboral (cf. Borges-Andrade, Abbad, & Mourão, 2006; Bertoncello, & Borges-Andrade, 2015).

Com o decorrer do desenvolvimento industrial e da sociedade, o qual, influencia a ressignificação do sentido funcional e estrutural do mundo do trabalho (cf. Antunes, 2009), principalmente, em tempos do ambiente global de trabalho, é possível observar grandes mudanças nas políticas de gestão, no envelhecimento da população, nas mudanças climáticas, no aumento da urbanização e o desenvolvimento de países emergentes (Fleury, 1980; Laranjeira, 2000; Lima, 2008; Argerich, 2013). Essas situações têm interferido na estrutura e funcionalidade da organização, especialmente, em relação a execução das atividades e tarefas realizadas pelas pessoas que compõem as equipes multifuncionais de trabalho (Zanelli, Borges-Andrade, & Bastos, 2004; Costa, 2013).

Com base nestas concepções é que a tríade organização-trabalho-gestão vem desenvolvendo uma maior atenção no que se refere a análise, compreensão e manutenção de variáveis, as quais, atribuem uma subjetividade (por exemplo, avaliação do binômio saúde-adoecimento no trabalho, medida dos eventos emocionais que interferem na criatividade e inovação organizacional, expectativa no apoio da organização e a saúde mental do trabalhador, etc.), capaz de interferir no desenvolvimento e na produtividade envolvidos na relação organização-trabalho-indivíduo (Mendes, 1995; Borges-Andrade, Abbad, & Mourão, 2006; Leite & Nogueira, 2017).

As condições apresentadas acima, tem uma influência mais séria nas situações de risco, principalmente, quando essa tríade interfere na vida dos trabalhadores em relação a sua saúde psíquica e entorno social e organizacional, permitido aos pesquisadores das áreas organizacional e do trabalho avaliar fenômenos que até então eram pouco salientes e/ou não eram tidos como exigências da função profissional (Siqueira, 2014).

Das distintas variáveis que abordam as explicações diagnósticas relacionando gestão-organização-saúde do trabalhador (cf. Siqueira, 2014; Puente-Palacios &

Martins, 2013; Puente-Palácios, & Peixoto, 2015), os pesquisadores vêm concentrando-se na avaliação da cultura organizacional, suporte organizacional e suas influências no comportamento organizacional. Com base nestes construtos, têm salientado propostas de modelos teóricos que conduzam pesquisadores e gestores à melhores avaliações de atitudes produtoras, as quais, contemplem uma preditividade de fatores de proteção para o equilíbrio e harmonia da relação trabalho-saúde (Thévenet, 1990; Tamayo, 2004, Peçanha, 2009; Sohler, 2013; Alves, Neiva, & Paz, 2014; Bertoncello & Borges-Andrade, 2015; Pereira, 2018).

No contexto da reflexão do parágrafo acima, de acordo com Formiga, Pereira e Estevam (2019), é possível acompanhar, seja através da mídia em geral, seja pela produção científica sobre o tema, que as transformações no mundo do trabalho está para além dos aspectos econômicos e sociais. Com isso, estas condições tem gerado uma maior preocupação sobre os indivíduos no processo da estrutura e manutenção laboral, permitindo avaliar distintas perspectivas de interpretação (em variadas áreas da ciência humana e social) para explicar o sofrimento e o modo de sobrevivência das pessoas frente a utilização e administração do trabalho quanto facilitador da aquisição de bens, satisfação com a vida e a saúde em geral do trabalhador (cf. Borges & Mourão, 2013; Boehs & Silva, 2017; Leite & Nogueira, 2017).

Ainda de acordo com Formiga, Pereira e Estevam (2020), a relação entre as avaliações sobre os processos de trabalho e sua influência direta nos efeitos determinantes do adoecimento dos sujeitos no ambiente de trabalho é capaz de ser justificado a partir da forma de organização e do trabalho; para os autores supracitados, este sujeito no/do trabalho, não apenas é exigido, mas, tem fomentado nele a necessidade, *sine quo non*, de sua adaptação aos processos dinâmicos e multáveis da produção no trabalho, consecutivamente, do gerir recursos psicológicos que apresentem respostas, quase que instantâneas, às complexidades dos contratempos destinados ao trabalho e a saúde do trabalhador.

Desta maneira, é possível verificar, ao consultar nos sites de busca da produção científica brasileira, uma quantidade significativa de estudos que avaliam a saúde do trabalhador, adoecimento produzido no trabalho, entre outros; observou-se que mais de 1000 artigos, contemplaram esse tema, todos salientavam, de forma específica, os impactos sociais, econômicos, emocionais, interpessoais, jurídicos relacionado a qualidade de vida do trabalhador no ambiente laboral (cf. Scielo.br e

Pepsic.bvsalud.org). Porém, apesar dessa quantidade de estudos, referente ao tema abordado, não foi encontrado estudo que avaliasse o conjunto de variáveis (especificamente, a cultura organizacional e o suporte organizacional) destacadas neste capítulo.

O binômio ‘antagônico’ organização *versus* indivíduo, apesar de ser constantemente explicado quanto fator de risco para a saúde do trabalhador, não é algo tão indissolúvel quando se pretende avaliar a relação do processo e trabalho nas organizações, principalmente, ao se pretender focar nos resultados as serem alcançados, os quais, não são gerados de maneira individual, mas, através da interação do sistema humano na organização; a partir deste reflexão, destaca-se que o processo de trabalho, não é tão abstrato, como se quer atribuir a luz do senso comum, este, refere-se a qualquer atividade física ou intelectual realizada pelo ser humano, cujo objetivo é fazer, transformar ou obter algo (cf. Antunes, 2009; Pereira, 2018; Formiga, Freire, Grangeiro, Paula, Almeida, Tomé & Fernandes, 2020; Paula et. al., 2021).

Com isso, a saúde do trabalhador é condição fundamental para a produção de bons resultados no trabalho. No mundo contemporâneo, relaciona-se diretamente as novas formas de organização do trabalho e processos mais dinâmicos de produção de bens, serviços e inovações tecnológicas. É evidente as modificações resultantes à organização e gestão do trabalho, como também os avanços na percepção sobre os efeitos que a saúde do trabalhador pode trazer as organizações; assim, a gestão do trabalho é um processo que norteia o modo de viver e ser do trabalhador (Pereira, 2018, p. 40).

Condição essa, associada ao que propõem a Organização Mundial de Saúde (OMS) (pois, caracteriza saúde não somente como falta de doença, mas como equilíbrio de bem-estar físico, mental e social). Tal conceito, considerado avançado para o período em que foi realizada, é, no entanto ilusório e ultrapassado. Neste estudo procurou-se respaldar conteúdos já postos pela sociedade contemporânea e procurar respostas a questionamentos existentes. Mas, qual o verdadeiro significado de perfeito “bem-estar?”, esta pergunta torna-se utopia, ou mesmo nos remete a um novo questionamento que seria, o que é “perfeição?”; ao aplicar esse conceito construído socialmente para o mundo do trabalho é planejar e prevenir saúde e adoecimento em seus aspectos de ter e ser (Formiga, Pereira & Estevam, 2020).

Apesar deste conceito da OMS, ser bastante completo e passível de aplicação, acredita-se que os modelos capitalistas contemporâneos dos processos de trabalho, centrados no meio de produção de mercado (especialmente, ao que se refere a quantidade do “quanto mais, melhor”), na força de trabalho referente a execução-transformação do serviço em mercadoria e objeto de troca (de consumo), questiona-se: como é possível predizer a saúde no e do ambiente de trabalho?

Mesmo tendo o modelo proposto por Pereira (2018) apresentado uma relação significativa, observou-se nele, a existência de uma lacuna teórico-metodológica: em que o suporte organizacional, o capital psicológico positivo e a saúde geral do trabalhador, estariam sustentadas empiricamente? Partindo do pressuposto, de que estes construtos não podem ser gerados no vazio organização-trabalho, mas, sob via de mão dupla (cf. Ferreira, Neves, & Caetano, 2011); isto é, ação, a qual, o trabalhador apreendendo de forma sócio-perceptiva de que a organização apoia as suas atitudes, crenças e valores, provavelmente, geraria no trabalhador um maior investimento nos eventos emocionais para si e para o seu próprio ambiente de trabalho, convergindo para uma maior avaliação de sua saúde no seu contexto de trabalho. Porém, acredita-se que tais condições poderiam ser mais adequadas quando, esta, estiveram incluídas num sistema subjetivo mais amplo da organização: a cultural organizacional.

De acordo com Schein (2009; cf. Pettigrew, 1996; Orsi, Marino, Rossi, Bertoia, & Shiniashiki, 2005; Santos & Rosso, 2008), a cultural organizacional trata-se de um construto relativo ao conjunto de pressupostos (baseados nas crenças, atitudes, comportamento e valores) que determinado grupo organizacional inventou, descobriu, desenvolveu e estabeleceu no contexto da aprendizagem organizacional para gerir melhor os problemas de adaptação externa e integração interna (isto é, melhor vínculo funcionário-gestão-organização), os quais, devem apresentar um funcionamento suficiente e eficientemente válidos e ensinados a novos membros a respeito da forma, estrutura e função que o funcionário deverá aperceber, pensar, sentir e agir em relação as exigências e conflitos organizacionais.

Com isso, de acordo com Formiga, Franco, Freire e Aguiar (2020), a cultura organizacional pode impactar diretamente na relação empregado-empregador por meio de variáveis (por exemplo, satisfação, compromisso, coesão, implementação de estratégia, desempenho, ação organizacional, mudança etc.). Mas, nos últimos dez anos, estudos sobre cultura organizacional buscam elucidar possíveis relações com

temáticas que envolvem processos relativos ao gerenciamento da organização, relacionadas a orientação organizacional inovadora, gerenciamento do conhecimento e desempenho, bullying no ambiente de trabalho, liderança eficiente, integração da cadeia de suprimentos, ciclo de vida da empresa, engajamento profissional, satisfação no trabalho e gestão da mudança organizacional.

Certo de que é muito importante avaliar a cultura nas organizações, foi que Ferreira e Assmar (2008), tomando como orientação uma sortida literatura sobre o tema, tanto na perspectiva teórica quanto de medida do construto, desenvolveram uma avaliação sobre a cultura organizacional que tangenciou o processo avaliativo dos elementos culturais existentes na dinâmica organizacional já avaliados até o momento; o interesse centrado dessas autoras em tal medida, se deve as observações existentes nos estudos sobre cultura organizacional, as quais, conduziu-lhes na busca de identificação de padrões ou estilos de administração envolvidos por valores, os quais, sugerem a predição de determinadas práticas culturais.

Sendo assim, Ferreira e Assmar (2008), orientadas pela concepção de Hofstede (1991; 2015) sobre cultura organizacional, propõem um modelo teórico e empírico que tem como objetivo verificar uma medida capaz de avaliar tal construto manifestada por meio de práticas (integração externa, recompensa e treinamento, promoção do relacionamento interpessoal) e valores organizacionais (profissionalismo cooperativo, satisfação e bem-estar dos empregados e promoção do relacionamento interpessoal).

Porém, sabe-se da necessidade e importância da organização da cultura em qualquer sistema de grupalidade, mas, aonde, como e de que forma este construto poderá funcionalizar em uma organização? Acredita-se que nela mesma! Justamente a partir da sua dinâmica interna quanto ao gerir apoio aos seus funcionários, sendo este, quando percebido por eles, poderá conduzi-los a uma maior compreensão do sistema e processo organizacional destinando à harmonia e vínculos de trabalho que permitam construir e manter um sistema da saúde geral para a organização e seus funcionários em sua vida pessoal, social e laboral (Crozatti, 1998; Cruz, 2015; Alevato, 2016); neste caso, o suporte organizacional é uma das variáveis prioritárias para esta condição seja realizada.

Os estudos de suporte organizacional tiveram início na década de oitenta, com as orientações e pesquisas de Eisenberg et al. (1986), enfatizando a percepção de suporte organizacional (PSO), que tem por base, a ideia de que o indivíduo personifica

a organização a qual faz parte, uma vez que as suas ações estão em constante interface com as ações organizacionais. É crescente a preocupação das organizações em proporcionar e desenvolver um ambiente de trabalho agradável, satisfatório e com melhores condições de trabalho, desenvolvendo no funcionário a crença que a organização oferece suporte (Siqueira & Padovan, 2008).

Eisenberger, Huntington, Hutchison e Sowa (1986), são considerados os pesquisadores que iniciaram a perspectivas teóricas e empíricas sobre o construto do suporte organizacional (SO); estes autores, conceituaram o SO pode ser atribuindo às crenças globais que o funcionário poderá desenvolver em relação a valoração que a organização oferece a eles mesmos, a qual, relativa as contribuições e o estar bem no ambiente de trabalho; assim, tal atribuição associa-se a ideia que de como e por que o funcionário tem prazer, satisfação e felicidade espaço laboral na dinâmica organizacional, podendo gerar neste, a autorrealização e qualidade de vida, consecutivamente, menor estresse e saúde mental (Paschoal, Torres, & Porto, 2010).

De acordo com Oliveira-Castro, Pilati e Borges-Andrade (1999), o SO foi ampliado em seu conceito, com base na concepção de Eisenberger et al. (1986), sendo assim considerado, como às percepções elaboradas pelos funcionários sobre a qualidade que o gestor, RH e pares de iguais tratam-lhes, caracterizando como retribuição e/ou vantagens relativos aos esforços que o funcionário desenvolveu no seu ambiente de trabalho (estas, poderão ocorrer por meio de aprovação de sugestões, elogios, prêmios [material ou não], etc.) (cf. Paschoal, 2008; Fleury, Formiga, Souza, & Souza, 2017).

Partindo do conceito apresentando no parágrafo acima, o SO trata-se de ser uma ferramenta subjetiva, porém com suscetibilidade de avaliação empírica, a respeito da maneira que o trabalhador percebe o quanto, como, onde e de que forma, a organização valoriza o profissional de fato, sendo capaz de influenciar a sua produtividade (Formiga & Souza, 2014).

Com isso, esse construto é considerado uma variável de grande importância na relação organização-trabalhador, pois, é capaz de gerir trocas simbólicas entre os interesses empregador-empregado e relacionar-se de forma positiva com o desempenho no trabalho, comportamentos de cidadania etc., podendo se associar negativamente, com os fatores de risco para desorganização desta díade, por exemplo: com a anomia organizacional, Bornout, absenteísmo e saúde geral do trabalhador etc (Vasquez-Menezes & Soratto, 2006; Paschoal, 2008; Santos & Souza,

2014; Bentoncello & Borges-Andrade, 2015; Fleury, Souza, Jesus, & Formiga, 2017). Pretende-se, neste capítulo, verificar a relação entre a cultura organizacional, suporte organizacional e saúde geral em trabalhadores de organizações públicas e privadas no Brasil.

MÉTODO

Amostra

Esta pesquisa trata-se de um estudo descritivo, exploratório e correlacional, de abordagem quantitativa envolvendo profissionais administradores em distintas organizações no Estado do Rio Grande do Norte. Para o cálculo da referida amostra da pesquisa utilizou-se o pacote estatístico GPower 3.1 para calcular a sua significância para a presente dissertação; o GPower 3.1, é um software destinado a calcular o poder estatístico (isto é, o teste de hipótese), tendo como base, não apenas o 'n' necessário para a pesquisa, mas, também, o tipo de cálculo a ser realizado (Faul, Erdfelder, Lang, & Buchner, 2007).

Para a coleta de dados deste estudo, considerando uma probabilidade de 95% ($p < 0,05$), magnitude do efeito amostral ($r \geq 0,50$) e um padrão de poder hipotético ($\pi \geq 0,80$), observou-se que, a partir desses critérios, uma amostra mínima de, aproximadamente, 125 sujeitos revelaram-se suficientes (tendo como indicadores: $t \geq 1,98$; $\pi = 0,91$; $p < 0,05$).

Apesar do cálculo amostral considerar suficiente a sugestão da amostra destacada acima para a pesquisa, considerou-se o método de coleta bola de neve, com a amostra do tipo intencional, a qual compôs no final da coleta de dados, uma amostra de 136 sujeitos foi coletada.

Local e administração da Pesquisa

O estudo foi desenvolvido por meio eletrônico através do *Google-forms*, individualmente aos profissionais em atuação no mercado de trabalho do Rio Grande do Norte na área da administração de empresa; para isso, foi visitado o Conselho Regional de Administração (CRA-RN), apresentando a proposta do projeto com o objetivo de ter a permissão da diretoria do próprio conselho para o desenvolvimento da pesquisa.

Foi informado que a participação dos respondentes, ao acessar o formulário eletrônico enviado por meio das redes sociais e/ou e-mails cadastrados no CRA, seria voluntária e anônima; além disso, apresentaram-lhes as principais informações acerca do objetivo da pesquisa, bem como, instruções para entendimento das questões, como forma de incentivo e esclarecimento para as dúvidas que, porventura, surgissem no momento da aplicação.

Buscou-se administrar uma participação voluntária dos sujeitos, informando o necessário, especificamente, quanto a identificação, a desassistência da pesquisa quando quisessem, o não prejuízo moral, comportamental e emocional para eles. Um tempo de, aproximadamente, 20 minutos, foi suficiente para que realizassem a tarefa de responder o questionário.

Participantes da Pesquisa e procedimentos Éticos

A amostra do estudo foi composta por 225 trabalhadores do Rio Grande do Norte, os quais, atuam em diversos setores organizacionais pelo Estado, na área da administração. Aos participantes foi solicitada sua participação voluntária, com assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, embasada na resolução 466/12, bem como, apresentados os benefícios da pesquisa (por exemplo, qualidade no trabalho, na saúde individual e melhor funcionamento da organização). Para que essa fosse autorizado, o respondente bastaria firma, eletronicamente, em um espaço inicial do instrumento o seu aceite.

Instrumentos para coleta de dados

No que se refere aos instrumentos da pesquisa, foram utilizadas as seguintes escalas:

Instrumento Brasileiro para Avaliação da Cultura Organizacional (IBACO) - Versão Reduzida: O referido instrumento foi desenvolvido e validado por Ferreira e Assmar (2008) que de acordo com as autoras mantém a qualidade psicométrica do instrumento original e completo; esta medida é composta por 30 itens divididos nos fatores sobre Valores e Práticas Culturais, cada um deles com três subfatores: Valores (profissionalismo competitivo, profissionalismo cooperativo, satisfação e bem-estar dos empregados) e Práticas (Integração Externa, Recompensa e Treinamento e Promoção de Relacionamento Interpessoal).

No que se refere aos índices de consistência interna, para todos os fatores e subfatores este indicador foi $> 0,70$; especificamente, foram os seguintes: profissionalismo cooperativo foi 0,87 (itens: 14, 17, 19, 21 e 22); profissionalismo competitivo foi 0,76 itens: (23, 24, 25, 29 e 30); satisfação e bem estar dos empregados foi 0,88 (itens: 3, 6, 10, 12 e 18); integração externa foi 0,85 (itens: 2, 4, 7, 8 e 15); recompensa e treinamento foi 0,80 (itens: 5, 11, 16, 26 e 28); promoção de relacionamento interpessoal foi 0,71. (itens: 1, 9, 13, 20 e 27) (cf. Ferreira & Assmar, 2008).

Escala de Percepção de Suporte Organizacional (EPSO) - Trata-se de uma escala composta por 9 itens (SO1 = Esta empresa ignoraria qualquer reclamação de minha parte; SO2 = Esta empresa não considera meus interesses quando toma decisões que me afetam; SO3 = É possível obter ajuda desta empresa quando tenho um problema; SO4 = Esta empresa realmente preocupa-se com meu bem-estar; SO5 = Esta empresa estaria disposta a ampliar suas instalações para me ajudar a utilizar minhas melhores habilidades no desempenho do meu trabalho; SO6 = Esta empresa está pronta a ajudar-me quando eu precisar de um favor especial; SO7 = Esta empresa preocupa-se com minha satisfação com o trabalho; SO8 = Esta empresa preocupa-se mais com seus lucros do que comigo e SO9 = Esta empresa tenta fazer com que meu trabalho seja o mais interessante possível); desenvolvida por Eisenberger et al. (1986) e adaptada e validada para o contexto brasileiro por Siqueira (1995), esta medida tem por objetivo avaliar o quanto as pessoas (que trabalham em organizações públicas e/ou privadas) percebem que a empresa tem uma preocupação com o bem-estar do empregado. Para mensurar o construto, o respondente deveria indicar a sua resposta, marcando com um X ou um círculo, em uma escala de sete pontos que variava de 1 = discordo totalmente a 7 = concordo totalmente.

Quanto à confiabilidade da escala, no estudo de Siqueira (1995) foi observado que essa medida apresentou um alfa de 0,86, revelando uma consistência interna na mensuração do construto. Numa amostra com trabalhadores brasileiros, o estudo de Formiga, Fleury e Souza (2014), através da análise fatorial confirmatória, a consistência da estrutura fatorial da medida EPSO, apresentou indicadores psicométricos que garantiram a organização fatorial proposta pelo autor da EPSO ($\chi^2/gf = 1,42$, RMR = 0,02, GFI = 0,99, AGFI = 0,97, CFI = 0,99, TLI = 0,99 e RMSEA = 0,03).

Questionário de Saúde Geral (QSG-12): Este instrumento é uma versão reduzida do QSG-60, de Goldberg e Williams e adaptado ao Brasil por Pasquali, Gouveia, Andriola, Miranda e Ramos (1994; Gouveia, et. al., 2003). É composto por 12 itens (QSG 1 = Tem podido concentrar-se bem no que faz; QSG 2 = Suas preocupações lhe têm feito perder muito sono; QSG 3 = Tem sentido que tem um papel útil na vida; QSG 4 = Tem se sentido capaz de tomar decisões; QSG 5 = Tem notado que está constantemente agoniado e tenso; QSG 6 = Tem tido a sensação de que não pode superar suas dificuldades; QSG 7 = Tem sido capaz de desfrutar suas atividades normais de cada dia; QSG 8 = Tem sido capaz de enfrentar adequadamente seus problemas; QSG 9 = Tem se sentido pouco feliz ou deprimido(a); QSG 10 = Tem perdido a confiança em si mesmo; QSG 11 = Tem pensando que você é uma pessoa que não serve para nada e QSG 12 = Sente-se razoavelmente feliz considerando toda as circunstâncias) que avaliam o quanto a pessoa tem experimentado os sintomas descritos, devendo ser respondidos em uma escala de quatro pontos.

Para itens negativos as respostas variam de 1 (absolutamente não) a 4 (muito mais que o costume); para os itens positivos, as respostas variam de 1 (mais que o costume) a 4 (muito menos que de costume). Assim, os itens negativos foram invertidos, sendo a menor pontuação indicativa de melhor nível de bem-estar psicológico. Quanto menor o escore, portanto, melhor a condição de saúde do participante.

Questionário Sociodemográfico: Constitui em obter informações sobre os participantes, relativos ao vínculo profissional do respondente, sexo, idade, qualificação profissional, tempo de serviço etc.

Análise de dados

Os instrumentos foram encaminhados aos respondentes através de um formulário eletrônico disponível online na página do *Google-Forms* por um período de sessenta dias. Na análise dos dados, utilizou-se o pacote estatístico SPSSWIN, em sua versão 21.0, para tabular os dados e realizar as análises estatísticas descritivas (média e desvio padrão, mediana), correlação de Pearson, teste de *t* de *Student* e alfa de Crombach.

Para verificar a proposta do modelo teórico hipotetizado, este, foi realizado no programa *AMOS Graphics* 24.0; verificaram-se os indicadores estatísticos para o Modelo de Equações Estruturais (MEE) e considerados, segundo a adequação de ajuste subjetiva. Esse programa estatístico tem a função de apresentar, de forma mais

robusta, indicadores psicométricos que vise uma melhor construção da adaptação e acurácia da escala desenvolvida, bem como, permita desenhar um modelo teórico pretendido no estudo. Sendo um tipo de análise estatística mais criteriosa e rigorosa, testou-se o modelo teórico que se pretendia, considerando alguns índices que permitem avaliar a qualidade de ajuste do modelo proposto (Hair, Tatham, Anderson, & Black, 2005; Van De Vijver & Leung, 1997):

O χ^2 (qui-quadrado) testa a probabilidade do modelo teórico se ajustar aos dados: quanto maior o valor do χ^2 pior o ajustamento. Entretanto, ele tem sido pouco empregado na literatura, sendo mais comum considerar sua razão em relação aos graus de liberdade ($\chi^2/g.l.$). Neste caso, valores até 3 indicam um ajustamento adequado; O Goodness-of-Fit Index (GFI) e o Adjusted Goodness-of-Fit Index (AGFI) são análogos ao R^2 na regressão múltipla e, portanto, indicam a proporção de variância-covariância nos dados explicada pelo modelo. Os valores desses indicadores variam de 0 a 1, sendo que os valores na casa dos 0,80 e 0,90, ou superiores, indicam um ajustamento satisfatório; A Root-Mean-Square Error of Approximation (RMSEA), com seu intervalo de confiança de 90% (IC90%), é considerado um indicador de “bondade” de ajuste, isto é, valores altos indicam um modelo não ajustado. Assume-se como ideal que o RMSEA se situe entre 0,05 e 0,08, aceitando-se valores até 0,10; O Comparative Fit Index (CFI) - compara de forma geral o modelo estimado ao modelo nulo, considerando valores mais próximos de um como indicadores de ajustamento satisfatório; Root-Mean-Square Error of Approximation (RMSEA), com seu intervalo de confiança de 90% (IC90%), é considerado um indicador de adequação de ajuste, isto é, valores altos indicam um modelo não ajustado. Assume-se como ideal que o RMSEA se situe entre 0,05 e 0,08, aceitando-se valores de até 0,10.

RESULTADOS

Nesta etapa da dissertação apresentar-se-á os resultados relativos a caracterização dos participantes, os indicadores de consistência interna das escalas administradas aos respondentes (isto é, contemplará as seguintes variáveis-construtos: cultura organizacional, suporte organizacional, capital psicológico positivo no trabalho e saúde geral), bem como, apresentar-se-á o nível dos escores médios

dos mesmos. Para finalizar, será apresentado os resultados das correlações e as análises de variâncias entre as variáveis em questão.

A amostra do estudo foi composta por, 136 trabalhadores, todos administradores, no Estado do Rio Grande do Norte; a maioria da amostra eram de mulheres (62%), com todos acima de 18 anos, com 52% dos respondentes casados. No que se refere a informação a qualificação profissional, 68% tinham o nível de especialização, 18% tinham um tempo de atuação mínima no serviço de 2 anos.

Tendo apresentado a característica sociodemográfica e antes de atender aos objetivos pretendidos, realizaram-se análises estatísticas sobre a qualidade da amostra coletada. Para isso, seguiram hierarquicamente, as seguintes avaliações: em relação a multicolineariedade entre as variáveis, as correlações entre elas permaneceram dentro dos parâmetros definidos por Tabachnick e Fidell (2001) [$r \geq 0,90$, variando de 0,11 a 0,69], não existido, com isso, variáveis com um alto grau de correlação, permitindo gerar modelos com baixo erro. Foram verificadas a presença de *outliers* multivariados na amostra; para tal condição realizou-se, através do teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov (KS), destinado a análise de amostras superiores a 100 sujeitos, observou-se uma normalidade (KS = 1,45) da amostra a um p-valor < 0,29.

Verificado a normalidade da amostra e tendo assegurado de que as escalas utilizadas para o estudo em questão são aplicáveis e confiáveis com base nas pesquisas anteriores (cf. Pasquali, Gouveia, Andriola, Miranda, & Ramos, 1994; Ferreira & Assmar, 2008; Formiga, Fleury, & Souza, 2014), procurou-se, ainda nesta etapa do estudo, avaliar a consistência interna dos instrumentos.

A título de informação quanto ao cálculo do alfa; trata-se de um dos indicadores psicométricos muito utilizado para verificar a consistência ou validade interna de uma medida psicológica, social ou educacional; este indicador, poderá variar de um valor mínimo (0,70) a máximo (1,00), contudo, quanto mais próximo de 1, melhor a sua precisão de medida, isto é, indica que os itens são homogêneos em sua mensuração, produzindo a mesma variância, sendo com isso, seguros para a medida do fenômeno que se quer avaliar (Pasquali, 2011; Kline, 2014).

Além desse indicador alfa oferecer maior garantia psicométrica para as referidas medidas, utilizou-se associado ao alfa, a correlação intraclasse. Assim

considerado, observou-se que os alfas para as medidas psicológicas utilizadas nesta dissertação foram os seguintes: **Qualidade de saúde geral (QSG)** apresentou um alfa de (α) 0,76 (ICC = 0,76, [95%IC] = 0,74-0,83); **Escala de percepção do suporte organizacional (EPSO)**, observou-se também, alfa de 0,71 (ICC = 0,71, [95%IC] = 0,70-0,78), **Escala de cultural organizacional (ECO)** apresentou um alfa de 0,95 (ICC = 0,95, [95%IC] = 0,93-0,96).

Reconhecido, a partir desses cálculos, que os sujeitos da pesquisa foram capazes de responder de acordo com o que se esperava em termos da perspectiva comportamento-domínio teórico, abordados no capítulo; é possível afirmar que as escalas utilizadas, além de representar muito bem o conteúdo proposto pelos autores supracitados (a saber: cultura organizacional, suporte organizacional e saúde geral) (cf. Pasquali, Gouveia, Andriola, Miranda, & Ramos, 1994; Ferreira & Assmar, 2008; Formiga, Fleury, & Souza, 2014), revelando indicadores psicométricos acima do escore padrão exigido, os quais, significativos, denota-se a qualidade da consistência teórica e aplicabilidade numa amostra de administradores no Estado do Rio Grande do Norte, referente à mensuração do seu conjunto teórico-empírico.

Observado que as medidas de comportamento organizacional (a saber: cultural organizacional e suporte organizacional) e saúde geral dos respondentes são fidedignas, procurou-se atender ao objetivo principal da dissertação (verificar a relação entre cultural organizacional, suporte organizacional, capital psicológico e saúde geral em administradores). Realizou-se uma correlação de *Pearson* com o objetivo de avaliar a lógica hipotética do modelo teórico proposto, bem como, devido a originalidade do estudo verificar o sentido e força das relações entre as variáveis (ver tabela 2).

Tabela 2: Resultados das correlações de Pearson entre em variáveis em administradores do RN.

Variável independente		Variáveis Dependentes	
		Suporte organizacional	Saúde geral do trabalhador
Cultura organizacional	Valores organizacionais	0,66*	0,32*
	Práticas organizacionais	0,62*	0,36*

Nota: p-valor 0,01

Considerando os resultados expressos na tabela acima, a partir da análise e modelagem de equação estrutural, gerou-se o cálculo considerando um modelo

recursivo de equações estruturais os cálculos a fim de comprovar o modelo hipotetizado.

Gerada a análise e avaliado os potenciais correlações residuais, para a qual, utilizou-se o Índice de Modificação (IM) nos ajustes de erro, assumindo um ponto de corte o escore > 10 ; (Reichenheim, Höckerberg, & Moraes, 2014), o modelo proposto apresentou a seguinte razão estatística: $\chi^2/\text{gl} = 1,19$, GFI = 0,87; AGFI = 0,85; CFI = 0,97, TLI = 0,98, RMSEA = 0,04 (0,02-0,06). A partir desses indicadores, observou-se que o peso da variável da **cultura organizacional** (formada pelos valores e práticas organizacionais) associou-se positivamente ao suporte organizacional ($\lambda = 0,75$), tendo este associado ao QSG (saúde geral) positivamente ($\lambda = 0,49$).

Diante deste modelo, observou-se que, ao consultar as estimativas de predição entre as associações das variáveis que formam os construtos, todas foram significativas a um p-valor $< 0,01$ (ver tabela 3). Tais resultados revelam que o modelo em questão não apenas tem uma segurança explicativa, mas também, corrobora a hipótese teórica levantada.

Tabela 3: *Estimativas de predição a partir da análise de regressão*

Variáveis	Relação	Construtos	Estimativa	dp.	Razão Critério	p-valor
SOrg	<---	CultOrg	0,063	0,009	6,969	0,01
SAUGER	<---	SOrg	0,044	0,012	3,567	0,01
EPSO3	<---	SOrg	1,000	---	---	0,01
EPSO4	<---	SOrg	1,419	0,155	9,172	0,01
EPSO2	<---	SOrg	1,362	0,162	8,403	0,01
EPSO1	<---	SOrg	0,980	0,145	6,758	0,01
EPSO5	<---	SOrg	1,252	0,160	7,806	0,01
EPSO6	<---	SOrg	1,043	0,126	8,284	0,01
EPSO7	<---	SOrg	1,435	0,158	9,066	0,01
EPSO8	<---	SOrg	0,548	0,205	2,669	0,01
EPSO9	<---	SOrg	1,146	0,150	7,654	0,01
QSG1	<---	SAUGER	1,000	---	---	0,01
QSG2	<---	SAUGER	2,009	0,367	5,476	0,01
QSG3	<---	SAUGER	1,184	0,279	4,246	0,01
QSG4	<---	SAUGER	1,878	0,355	5,293	0,01
QSG5	<---	SAUGER	2,248	0,442	5,081	0,01
QSG6	<---	SAUGER	1,882	0,381	4,935	0,01
QSG7	<---	SAUGER	0,942	0,378	2,491	0,01
QSG8	<---	SAUGER	1,029	0,353	2,917	0,01
QSG9	<---	SAUGER	1,959	0,435	4,507	0,01
QSG10	<---	SAUGER	1,800	0,435	4,138	0,01
QSG11	<---	SAUGER	1,435	0,373	3,851	0,01
QSG12	<---	SAUGER	1,048	0,378	2,772	0,01

Variáveis	Relação	Construtos	Estimativa	dp.	Razão Critério	p-valor
PRATICORG	<---	CultOrg	1,000	---	---	0,01
VALORORG	<---	CultOrg	1,439	0,114	12,588	0,01

Notas: CultOrg = Cultura Organizacional; SAUGER = Saúde Geral; SOrg = Suporte Organizacional.

Considerando que a cultura organizacional é compreendida tanto em seu conjunto teórico geral (isto é, o somatório de todos os itens da medida IBACO), quanto em dimensões mais específicas relacionadas as práticas e os valores organizacionais; a título de dado adicional, procurou-se gerar um modelo alternativo, o qual, contemplasse de forma individual, a prática e os valores culturais. Com isso, procedeu-se o cálculo na mesma direção metodológica e estatística do modelo expresso na figura 1.

No que se refere a **prática da cultural organizacional**, (formada pelas dimensões de *Integração Externa, Recompensa e Treinamento e Promoção de Relacionamento Interpessoal*), esta relacionou-se positivamente ao suporte organizacional ($\lambda = 0,70$), com esta variável, associando-se ao capital psicológico positivo ($\lambda = 0,63$) e ela associada ao QSG (saúde geral) ($\lambda = 0,49$), revelando a seguinte razão estatística: $\chi^2/\text{gl} = 1,21$, GFI = 0,90, AGFI = 0,88; CFI = 0,98, TLI = 0,99, RMSEA = 0,04 (0,01-0,05).

No que diz respeito ao modelo que abordou os valores da cultura organizacional como influência nas demais variáveis, gerou-se as mesmas técnicas estatísticas e após as devidas modificações nos ajustes dos erros, observou-se que os **valores da cultural organizacional**, (formada pelas dimensões de *profissionalismo competitivo, profissionalismo cooperativo, satisfação e bem-estar dos empregados*) relacionou-se positivamente ao suporte organizacional ($\lambda = 0,82$), com esta variável, associando-se ao capital psicológico positivo ($\lambda = 0,63$), tendo esta, associado ao QSG (saúde geral) ($\lambda = 0,49$), com a seguinte razão estatística: $\chi^2/\text{gl} = 1,17$, GFI = 0,92; AGFI = 0,89; CFI = 0,98, TLI = 0,99, RMSEA = 0,04 (0,02-0,06).

Para ambos os modelos alternativos, as estimativas preditivas das associações entre as variáveis, tanto foram significativas a um p-valor $\leq 0,01$, quanto apresentaram uma razão critério acima do limite exigido ($\geq 1,96$). Chama-se uma atenção para os indicadores estatísticos (por exemplo, χ^2/gl , GFI, AGFI, CFI, TLI e RMSEA), estes, além de atenderem aos critérios estatísticos para comprovar a hipótese levantada, as suas saturações (Lambdas, λ), estiveram no intervalo esperado $|0 - 1|$, bem como,

foram maior do que 0,30; valor este, exigido na literatura para que tais associações garantam a significância entre elas (Hair, Tatham, Anderson & Black, 2005).

Partindo desses resultados e considerando que os modelos que tem a cultural organizacional (seja em seu conjunto geral de medida, seja nas suas dimensões específicas, relacionadas aos valores e as práticas organizacionais), pretendeu-se verificar a invariância entre os parâmetros dos itens em função deles; com isso, buscou-se avaliar o quanto essas variáveis que mensuram cultura organizacional, ocorrem em direção vetorial semelhante.

Para isso, compararam-se os indicadores TLI e CFI do modelo comprovado espelhando-os nos outros dois modelos alternativos (modelo teórico apenas com a prática organizacional e o outro somente com os valores organizacionais) avaliando a existência de uma invariabilidade teórica (cf. Damásio, 2013; Hair, Anderson, Tatham, & Black, 2005); observaram-se as seguintes reduções no valor de CFI e TLI (estas, de acordo com os autores supracitados, espera-se que a diferença seja $\Delta < 0,01$, para garantir a perspectiva teórica especificada): $CFI_{\text{modelo geral de cultura}} = 0,97$, $CFI_{\text{modelo da prática cultural}} = 0,98$ e $CFI_{\text{modelo dos valores culturais}} = 0,98$ e $TLI_{\text{modelo geral de cultura}} = 0,98$, $TLI_{\text{modelo da prática cultural}} = 0,99$ e $TLI_{\text{modelo dos valores culturais}} = 0,99$. A partir dessas comparações, pode-se afirmar que, seja o modelo geral de cultura, seja a sua especificidade (da prática ou valores culturais), teoricamente, são invariantes.

Tendo garantido a comprovação do modelo teórico esperado, o qual revelou indicadores psicométricos confiáveis, realizou-se uma *Manova*, através da qual procurou-se comparar os escores médios das respostas dos sujeitos nos construtos cultura organizacional, suporte organizacional, capital psicológico positivo e saúde geral do trabalhador, em função das variáveis sexo, nível educacional e tempo de serviço.

Gerando o cálculo da análise de variância, com base no método *GLM*, observaram-se que as variáveis tempo de serviço, sexo e nível educacional, seja no efeito direto ou de interação entre as variáveis, não foram significativos; observou-se que a cultura organizacional influenciou no escore de alto suporte organizacional e alto capital psicológico positivo ($F_{(1,135)} = 4,25$, $OP = 0,53$, $p < 0.001$) em função da saúde geral do trabalhador; considerando o *OP* (*Observed Power*), este explica 53% do modelo em questão. Tal resultado, reforça o modelo hipotetizado, revelando a importância da cultura organização em um modelo moderador-mediador para a saúde geral do trabalhador, o qual, explicou mais de 50% da amostra na análise de variância.

O presente capítulo teve como objetivo principal a verificação de um modelo teórico, o qual, explicasse a saúde laboral em trabalhadores administradores a partir das variáveis da cultura organizacional e suporte organizacional. Realizada a análise de confiabilidade das medidas utilizadas, justamente, por ter uma amostra com sujeitos muito específicos (administradores, regularmente, cadastrado no Conselho de Administração - CRA) para a pesquisa, observou-se que cada escala é fidedigna, revelando indicadores psicométricos, que não apenas confirmam a dimensão teórica abordada pelos autores dos instrumentos utilizados, mas, também, a qualificação da mensuração dos construtos a ser avaliado (cf. Siqueira, 1995; Martins & Ferraz, 2011; Ferreira & Assmar, 2008).

No que diz respeito ao modelo teórico elaborado, observou-se que os melhores indicadores corroboraram a proposta mediacional; este modelo, sugere que a percepção da saúde do trabalhador não poder ser uma condição exclusiva da norma e crença da empresa em si (isto é, de sua cultura), mas, também, da capacidade de gerar vínculos entre empresa-trabalhador a partir da percepção do suporte organizacional.

Ainda sobre o modelo alternativo: é preciso destacar a existência de uma relação explicativa não apenas da cultura organizacional como um todo, mas, que a especificidade das dimensões culturais (valores ou práticas culturais) capaz de explicar semelhante caminho causal. Uma prova estatística bem específica, poderá ser observada quando se compararam os indicadores psicométricos destinados a verificação da invariância dos modelos propostos (por exemplo, TLI e CFI); eles não somente estiveram dentro dos parâmetros, quanto provaram que seja através dos valores ou práticas culturais, ambos, podem contribuir para o desenvolvimento de programas de Recursos Humanos que possibilite a vivência e manutenção da saúde do trabalhador.

Chama-se a atenção para a prática cultural na organização, a qual, seria uma das dimensões que, provavelmente, poderia ser o início de um treinamento desta saúde laboral, pois, apresentou uma associação lambda maior do que a observada no modelo dos valores culturais. De forma geral, os resultados apresentados tem a sua importância não apenas para refletir práticas para o recurso humano (RH), bem como, política de segurança de saúde psicológica do trabalhador; mas, também, resgatar os estudos sobre a influência da cultura organizacional em variáveis tão clássicas como é o caso da medida da saúde geral do trabalhador, bem como, os

seus efeitos de moderação sobre variáveis e perspectiva teóricas mais contemporâneas (neste caso, a percepção do suporte organizacional) (cf. Tamayo, 2004; Fonseca, Lowen, Lourenço, & Peres, 2018).

Especificamente, sugere que, quando se pretender avaliar a saúde do trabalhador, não é possível explicar de forma linear, mas, ter como base preditiva o quanto a cultura organizacional influencia diretamente a saúde laboral; devendo, também, considerar a necessidade de uma influência mediadora-moderadora, a qual, contempla um modelo teórico que aborda concepções interventivas a partir de dimensões socio-cognitivas sob aspectos do suporte organizacional, podendo identificar possível risco frente as atitudes saudáveis do trabalhador.

A proposta do modelo teórico, constatou que a organização e sua cultura têm um papel importante na ação dos seus gestores: gerar, gerir e manter a saúde do trabalhador, principalmente, a saúde mental (cf. Lucas, 2015); mas, também, no caso de inexistência ou insuficiência de uma política organizacional de saúde do trabalhador, é crucial que ele mesmo busque meios para que se mantenha saudável em seu emprego. Por fim, tais resultados sugerem maior atenção a condição de trabalho e sua dinâmica funcional das atividades laborais (cf. Luthans, Avolio, Walumbwa, & Li, 2005; Avey, Luthans & Jensen, 2009; Nunes, 2015).

Com isso, aponta-se em direção, não apenas para a tríade organização-trabalhador, mas, também, em direção de que ao se avaliar o processo que ocorre nesta dinâmica, provavelmente, contribuiria para inibir o risco a saúde do trabalhador, bem como, da organização; principalmente, quando no modelo teórico-interventivo for determinado por uma cultura organizacional (tanto nos valores quanto na prática cultural) a qual, será geradora direta para uma melhor percepção do suporte organizacional e, indireta para o capital psicológico positivo, o qual, consecutivamente, influenciará na percepção global da saúde.

Os achados não apenas indicaram o quanto a organização, a partir da sua cultura, é responsável pela saúde do trabalhador, mas, também, que o próprio trabalhador é elemento primordial, em suas atitudes (especialmente, quando investir no capital psicológico positivo) por sua saúde. Com isso, é de extrema importância enfatizar, seja nos treinamentos, seja nas relações com os pares de iguais, seja em qualquer outra atividade do RH destinada ao melhor funcionamento da organização e dos seus funcionários, uma orientação, formação e aprendizagem das normas, crenças e valores organizacionais, com base na cultura que a empresa vem sendo

estruturada, as quais, devem ser destinadas ao engajamento do próprio funcionário na promoção e efetivação do seu bem-estar.

REFERÊNCIAS

- Alevato, H. M. (2016). Gestão de pessoas, grupalidade e saúde no trabalho. *Boletim Técnico do Senac*, 31(2), 51-63.
- Alves, V. D., Neiva, E. R., & Paz, M. G. T. (2014). Configurações de poder, suporte organizacional e bem-estar pessoal em uma organização pública. *Psicologia em Pesquisa*, 8(2), 159-169. <https://dx.doi.org/10.5327/Z1982-1247201400020005>
- Antunes, R. (2009). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo.
- Argerich, E. (2013). A globalização e a organização do processo de trabalho. *Revista Direito Em Debate*, 14(23). <https://doi.org/10.21527/2176-6622.2005.23.%p>
- Avey, J. B., Luthans, F., & Jensen, S. M. (2009). Psychological capital: A positive resource for combating employee stress and turnover. *Human resource management*, 48(5), 677-693.
- Bertoncello, B., & Borges-Andrade, J. E. (2015). Relações entre Suporte Organizacional e Saúde Mental do Trabalhador. *Revista Laborativa*, 4(2), 85-102. <http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa>.
- Boehs, S. T. M e Silva, N. (2017). *Psicologia Positiva nas Organizações e no Trabalho: conceitos fundamentais e sentidos aplicados*. 1.ed. São Paulo: Vetor.
- Borges-Andrade, J. E.; Abbad, G. S.; Mourão, L. (2006). *Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações e trabalho: fundamentos para a gestão de pessoas*. Porto Alegre: Artmed.
- Conselho Federal de Psicologia. (2000). *Resolução CFP nº 016/2000 de 20 de dezembro de 2000*. Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. Brasília, DF.
- Conselho Nacional de Saúde (CNS). (1996). *Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996*.
- Costa, F. T. B. (2013). *Significando práticas e praticando significações: quais os significados para o trabalho docente?* São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Crozatti, J. (1998). Modelo de gestão e cultura organizacional: conceitos e interações. *Caderno de Estudos*, (18), 01-20. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-92511998000200004>
- Cruz, A. M. R. T. (2015). *Percepção de suporte organizacional, engagement e segurança do doente*. Dissertação de mestrado em Gestão e Economia da Saúde, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/29960>
- Damásio, B. F. (2013). Contribuições da Análise Fatorial Confirmatória Multigrupo (AFCMG) na avaliação de invariância de instrumentos psicométricos. *Psico-USF*, 18(2), maio/agosto. DOI 10.1590/S1413-82712013000200005

Eisenberger, R., Huntington, R., Hutchison, S., & Sowa, D. (1986). Perceived Organizational Support. *Journal of Applied Psychology*, 71(3), 500-507.

Estivaleta, V., Andrade, T., Faller, L., Stefanan, A., & Souza, D. (2016). Suporte social e suporte organizacional como antecedentes do bem-estar no trabalho: a perspectiva de colaboradores de uma empresa de logística ferroviária. DOI: 10.15600/1679-5350/rau.v14n2p31-56. *Revista de Administração*, 14(2), 31-56. doi:<http://dx.doi.org/10.15600/rau.v14i2.644>

Faul, F., Erdfelder, E., Lang, A. G., & Buchner, A. (2007). G* Power 3: A flexible statistical power analysis program for the social, behavioral, and biomedical sciences. *Behavior research methods*, 39(2), 175-191.

Ferreira, J. M. C., Neves, J., & Caetano, A. (2011). *Psicossociologia das Organizações*. Lisboa: Escolar Editora.

Ferreira, M. C., & Assmar, E. M. L. (2008). Cultura Organizacional: Desenvolvimento de um instrumento brasileiro para avaliação da cultura organizacional, (pp. 125-138). In: Siqueira, M. M. M. (Org.). *Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão*. Porto Alegre: Artmed.

Fleury, A. C. C. (1980). Produtividade e organização do trabalho na indústria. *Revista de Administração de Empresas*, 20(3), 19-28. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901980000300002>

Fleury, A., & Fleury, M. T. L. (2004). *Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra-cabeça caleidoscópico da indústria brasileira*. 3ª. Ed. Revista e Ampliada. SP: Atlas.

Fleury, L. F. O., Formiga, N. S., Souza, M. A., & Souza, M. A. F. (2017). Escala de Percepção de Suporte Organizacional: evidência da estrutura fatorial em trabalhadores brasileiros. *Psicologia em Pesquisa*, 11(1), 1-2. <https://dx.doi.org/10.24879/201700110010033>

Fleury, L., Souza, M., Jesus, F., & Formiga, N. (2017). Anomia, burnout e estratégia de coping: um estudo com professores da educação básica no estado do Rio de Janeiro. *Revista Contemporânea de Educação*, 11(22), 407-424. doi:<https://doi.org/10.20500/rce.v11i22.2689>

Fonseca, P. H., Lowen, I. M. V., Lourenço, M. L., & Peres, A. M. (2018). Cultura organizacional na área da saúde: um estudo bibliométrico. *Saúde em Debate*, 42(116), 318-330. <https://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201811626>

Formiga, N. S., & Souza, M. A. (2014). Comprovação empírica de uma medida psicológica sobre a percepção do suporte organizacional em trabalhadores de diferentes empresas. *Boletim - academia paulista de psicologia*, 34(87), 510-522.

Formiga, N. S., Freire, B. G. de O., Franco, J. B. M., Souza, A. D. de S., & Souza, M. A. (2020). Factorial structure verification and invariance of the organizational culture measure in employees of a public Higher Education Institution in Rio de Janeiro-RJ, Brazil. *Research, Society and Development*, 9(3), e66932397. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i3.2397>

Formiga, N. S., Freire, B. G. de O., Grangeiro, S. R. A., Paula, N. H. M. M. de, Almeida, L. A. L., Tomé, A. M., & Fernandes, A. (2020). Associative invariance between perception of organizational support and organizational social capital in

Brazilian workers. *Research, Society and Development*, 9(5), e109953110.
<https://doi.org/10.33448/rsd-v9i5.3110>.

Formiga, N., Fleury, L. F. D. O., & Souza, M. A. D. (2014). Evidências de validade da escala de percepção de suporte organizacional em funcionários de empresa pública e privada. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 5(2), 60-76.

Gouveia, V. V., Chaves, S. S. S., Oliveira, I. C. P., Dias, M. R., Gouveia, R. S. V., & Andrade, P. R. (2003). A utilização do QSG-12 na população geral: estudo de sua validade de construto. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(3), 241-248.

Hair, J. F., Tatham, R. L., Anderson, R. E., & Black, W. (2005). *Análise Multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman.

Hofstede, G. (1991). *Cultures and Organizations: software of the mind*. London: McGraw-Hill.

Hofstede, G. J. (2015). Culture's causes: the next challenge. *Cross Cultural Management: An International Journal*, 22(4), 545-569. DOI:
<https://doi.org/10.1108/CCM-03-2015-0040>

Kline, P. (2014). *An easy guide to factor analysis*. New York: Routledge.

Laranjeira, S. M. G. (2000). As transformações do trabalho num mundo globalizado. *Sociologias*, 4, 14-19. Avaliado em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222000000200002&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Novembro de 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222000000200002>.

Leite, A. F., & Nogueira, J. A. D. (2017). Fatores condicionantes de saúde relacionados ao trabalho de professores universitários da área da saúde: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 42, 1-15.

Lima, A. M. S. (2008). Os impactos da globalização no mundo do trabalho. *Terra e cultura*, 20 (39), 32-49. Disponível em:
http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/terra_cultura/39/Terra%20e%20Cultura_39-3.pdf Acesso em: 18 jun. 2014.

Lucas, C. P. V. (2015). A promoção do capital psicológico, *work-engagement* e saúde mental de trabalhadores. Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade de Lisboa, Portugal. Recuperado em 22 Setembro de 2018, https://www.researchgate.net/profile/Carla_Vale_Lucas/publication/306600607_A_promocao_do_capital_psicologicowork_engagement_e_saude_mental_de_trabalhadores/links/5ae59d45a6fdcc3bea96363c/A-promocao-do-capital-psicologico-work-engagement-e-saude-mental-de-trabalhadores.pdf?origin=publication_detail

Luthans, F., Avolio, B., Walumbwa, F., & Li, W. (2005). The psychological capital of Chinese workers: Exploring the relationship with performance. *Management and Organization Review*, 1, 247-269.

Martins, M. C. F., & Ferraz, A. M. S. (2011). Propriedades Psicométricas das Escalas de Assédio Moral no Trabalho - Percepção e impacto. *Psico-USF*, 16(2), 163-173.

McShane, S., & Glinow, M. (2013). *Comportamento organizacional*. São Paulo: AMGH Editora Ltda.

Mendes, S. V. (2008). *O efeito da disponibilização de benefícios organizacionais, da sua utilização e da percepção de suporte organizacional na facilitação do trabalho*

para a família. Dissertação de mestrado integrado em Psicologia (Secção de Psicologia dos Recursos Humanos, do Trabalho e das Organizações). <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/751>

Nunes, A. L. P. F. (2017). As pessoas como talentos na organização. <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170411123505.pdf>

Nunes, C, A. P. P. S. (2015). *A relação entre capital psicológico e bem-estar no trabalho*. Dissertação de mestrado em Gestão de Recursos Humanos, Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão.

Oliveira-Castro, G. A., Pilati, R., & Borges-Andrade, J. E. (1999). Percepção de suporte organizacional: desenvolvimento e validação de um questionário. *Revista de Administração Contemporânea*, 3(2), 29-51. Recuperado em 02 de Novembro de 2021. <https://dx.doi.org/10.1590/S1415-65551999000200003>

Orsi, A., Marino, E., Rossi, L., Bertoia, N., & Shiniashiki, R. (2005). Cultura organizacional e terceiro setor. *Gestão & Conhecimento*, 3 (1), 34-55.

Paschoal, T. (2008). *Bem-estar no trabalho: relações com suporte organizacional, prioridades axiológicas e oportunidades de alcance de valores pessoais no trabalho*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília.

Paschoal, T., Torres, C. V., & Porto, J. B. (2010). Felicidade no trabalho: relações com suporte organizacional e suporte social. *Revista de Administração Contemporânea*, 14(6), 1054-1072. <https://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552010000700005>

Pasquali, L. (2011). *Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação*. 4 ed. Petrópolis/RJ: Vozes.

Pasquali, L., Gouveia, V. V., Andriola, W. B., Miranda, F. J., & Ramos, A. L. M. (1994). Questionário de Saúde Geral de Goldberg (QSG): Adaptação brasileira. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 10(3), 421-438. Recuperado em 02 de Agosto de 2021, https://www.researchgate.net/publication/279191898_Questionario_de_Saude_Geral_de_Goldberg_QSG_Adaptacao_Brasileira.

Paula, N. H. M. M. de, Formiga, N. S. ., Silva , A. K. L. da, Franco, J. B. M., Oliveira , H. C. C. ., Prochazka, G. L., Nascimento, R. L. ., Grangeiro, S. R. A. ., Valin, C. G. P., Beserra, T. K. P., & Almeida, L. A. L. (2021). The better bond I have with my organization, the healthier I am! Correlates between organizational support and work-related injuries. *Research, Society and Development*, 10(6), e15710615323. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i6.15323>

Peçanha, D. L. N. (2009). Cultura organizacional e saúde: contribuições da psicodinâmica do trabalho. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 29(2), 329-344. Recuperado em 17 de dezembro de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2009000200010&lng=pt&tlng=pt.

Pereira, G, A. (2018). *Correlatos entre suporte organizacional, capital psicológico e saúde geral de enfermeiros em um hospital público*. Dissertação de Mestrado, Universidade Potiguar, UnP, Natal-Rio Grande do Norte., RN.

Pettigrew, A. M. (1996). A cultura das organizações é administrável? In: Fleury, M.T.L. e Fischer, R.M. (coord.). *Cultura e poder nas organizações*. São Paulo: Atlas.

Prado, C. G. (2005). *Investigando a saúde mental: as relações entre suporte organizacional, satisfação e sentimentos de prazer e sofrimento no trabalho*.

Dissertação de Mestrado (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.

Puente-Palácios, K., & Martins, M. C. F. (2013). Gestão do clima organizacional. In L. O. Borges & L. Mourão (Orgs.), *O trabalho e a organização: Atuações a partir da psicologia* (pp.253-278). Porto Alegre: Artmed.

Puente-Palácios, K., & Peixoto, A. L. A. (Org.). (2015). *Ferramentas de diagnóstico para organizações e trabalho: Um olhar a partir da psicologia*. Porto Alegre, RS: Artmed.

Santos, L. A., & Souza, M. A. (2014). O impacto da Anomia Organizacional sobre a motivação para aprender no contexto de uma Instituição Federal do Ensino Superior de um estado do sudeste brasileiro. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 34(87), 387-406. Recuperado em 19 de dezembro de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2014000200007&lng=pt&tlng=pt.

Santos, N., & Rosso, M. (2008). Desvendando a cultura organizacional em instituições de ensino superior. *Revista Administração em Diálogo - RAD*, 6(1). doi:<https://doi.org/10.20946/rad.v6i1.674>

Schein, E. (2009). *Cultura Organizacional e Liderança*. São Paulo: Atlas.

Silva, S. S., Borges, L. O., Barbosa, S. C. (2015) Bem-estar no Trabalho. In: Pedro F. Bendassolli; Jairo Eduardo Borges-Andrade. (Org.). *Dicionário de psicologia do trabalho e das organizações*. (p. 129-138). 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, v. 1.

Siqueira, M. M. M. (1995). *Antecedentes de comportamentos de cidadania organizacional: análise de um modelo pós-cognitivo*. Tese de doutorado não-publicada, Universidade de Brasília, Brasília.

Siqueira, M. M. M. (2003). Proposição e análise de um modelo para comportamentos de cidadania organizacional. *Revista de Administração Contemporânea*, 7(spe), 165-184. <https://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552003000500009>

Siqueira, M. M. M., & Padovan, V. A. R. (2008). Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), 201-209.

Siqueira, M., M., M. (2014). *Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão*. Porto Alegre: Artmed.

Sobrinho, F. R., & Porto, J. B. (2012). *Bem-Estar no Trabalho: um Estudo sobre suas Relações com Clima Social, Coping e Variáveis Demográficas* RAC, 16 (2), pp. 253-270. Disponível em <http://www.anpad.org.br/rac>.

Sohler, F. A. S. (2013). *A influência da cultura organizacional, suporte e coping no bem-estar dos trabalhadores: uma comparação entre os métodos de Baron & Kenny e Hays & Preacher*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

Tabachnick, B., & Fidell, L. (2001). *Using multivariate statistics*. Needham Heights: Allyn & Bacon.

Tamayo, A. (Org.) (2004). *Cultura e saúde nas organizações*. Porto Alegre: Artmed Editora.

Thévenet, M. (1990). *Cultura de empresas: auditoria e mudança*. (2.ed.). Lisboa: Monitor.

Van de Vijver, F., & Leung, K. (1997). *Methods and data analysis for cross-cultural research*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Vasquez-Menezes, I., & Soratto, L. (2006). Burnout e o suporte social. In: CODO, W. (Org.). *Educação: carinho e trabalho*. (p.267-271). Petrópolis: Vozes.

Zanelli, J. C., Borges-Andrade, J. E., & Bastos, A. V. B. (2004). *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.

Capítulo 6

**A EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DO
PRIMEIRO GRUPO DE OUVIDORES DE
VOZES DE MINAS GERAIS**

Daiana Paula Milani Baroni

Lucas Felipe dos Santos Barbosa

Gabriel Silvestre Minucci

Martha Lages Rodrigues

Lorena Eduarda Mendes Santos

Yandra Oliveira de Sousa

Igor Tomé Silva Santos

Juliana Valeri Simão Trevisan

A EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DO PRIMEIRO GRUPO DE OUVIDORES DE VOZES DE MINAS GERAIS⁴

Daiana Paula Milani Baroni

*Psicóloga pela UFSJ, especialista e mestre em Psicologia pela UFSC, doutora em Psicologia pela UFRJ, pós- doutoranda em Psicologia pela UFSJ.
daianapaulam@yahoo.com.br*

Lucas Felipe dos Santos Barbosa

*Graduando em Psicologia pela UFSJ, desenvolve pesquisa sobre o tema da psicose, atuou na formação do Grupo de Ouvidores de Vozes como estagiário.
inter.veritatis@gmail.com*

Gabriel Silvestre Minucci

*Graduando em Medicina pela UFSJ, atuou como bolsista e monitor nos cursos de Medicina e Psicologia, estagiou nos Grupos de Ouvidores de Vozes e GAM.
gabrielsilcci@gmail.com*

Martha Lages Rodrigues

Graduanda em Psicologia pela UFSJ, estagiária nos Grupos de Ouvidores de Vozes e de Gestão Autônoma de Medicação na UFSJ. marthalages@yahoo.com.br

Lorena Eduarda Mendes Santos

*Graduanda em Psicologia pela UFSJ, atuou como estagiária no Centro de Convivência Fortim dos Emboabas e no Grupo de Ouvidores de Vozes.
lo.mendes1997@gmail.com*

⁴ Financiamento: Capes – A proponente do estágio do grupo de Ouvidores de Vozes (Daiana Paula Milani Baroni) é bolsista de pós-doutorado PNPD no Departamento de Psicologia da UFSJ e o presente projeto faz parte do conjunto de suas atividades.

Yandra Oliveira de Sousa

Graduada em Psicologia pela UFSJ, atuou nos estágios de Acompanhamento Terapêutico, Oficinas Terapêuticas e Grupo de Ouvidores de Vozes.

yandraoliveira1@yahoo.com.br

Igor Tomé Silva Santos

Graduando em Psicologia pela UFSJ, atua como pesquisador, atuou como estagiário no Grupo Ouvidores de Vozes e no SPA da UFSJ.

igoortome@hotmail.com

Juliana Valeri Simão Trevisan

Graduanda em Psicologia pela UFSJ, atuou como pesquisadora de iniciação científica, estagiou no CAPS Del Rei, Fortim e no Grupo de Ouvidores de Vozes.

jvstrevisan@gmail.com

RESUMO

Este artigo busca trazer contribuições em relação à experiência de escuta de vozes a partir da perspectiva de ação da Rede Internacional Intervoice, discutida aqui como uma das abordagens em saúde mental que preconiza a centralidade do sujeito, a importância de sua narrativa em relação ao processo de adoecimento e cura, bem como seu posicionamento ativo em seu percurso de cuidado. O movimento Intervoice, através da formação de grupos de ouvintes de vozes em todo o mundo, busca criar condições para que a experiência de escuta de vozes possa ser ressignificada, contribuindo assim para a construção de um caminho de superação por meio destas novas coletividades, para além da mentalidade até então operante de se instituir o fenômeno da escuta de vozes e seus efeitos secundários como partes do processo de loucura, doença mental ou transtorno. Propõe-se, deste modo, problematizar algumas práticas convencionais em saúde mental que focam no diagnóstico e silenciamento do processo, para que em seguida seja apresentada a proposta dos grupos de ouvintes de vozes e a realidade do grupo Ouvi Falá, criado a partir da experiência de um estágio em psicologia.

Palavras-chave: grupo de ouvintes de vozes, saúde mental, recovery, intervoice.

ABSTRACT

This article aims to contribute with regard to the experience of voice hearing from the perspective of the action of The International Hearing Voices Network (Intervoice), discussed here as one of the approaches in mental health which advocates the centrality of the subject, the importance of his narrative in the process of illness and healing, as well as the role of his active positioning in the path of care. The Intervoice Movement, through the formation of groups of voices hearers all over the world, aims

at creating conditions for the experience of voice hearing to be re-signified. This way, it contributes to the path of recovery through the groups and goes beyond the mentality hitherto prevailing, which establishes the voice hearing phenomenon and its secondary effects as a symptom of madness, mental disorder or mental illness. We propose, at first, to problematize some conventional mental health practices which focus almost exclusively on diagnosis and on silencing the process of voice hearing. Then we proceed to discussing the alternate proposal of the Hearing Voices Groups through the narration of the experience of creation and the actual functioning of one specific group, “Ouvi Falá”, which was born from an internship in Psychology.

Keywords: voice hearing groups, mental health, recovery, intervoice.

Sofrimento Psíquico e a Produção de Práticas e Saberes

As diferentes formas de se realizar um diagnóstico e os inúmeros métodos utilizados como tratamento para determinadas experiências psíquicas foram sendo construídos ao longo da história de acordo com os interesses e percepções que os agentes sociais possuíam das mesmas. Sendo assim, a história do que se denomina “loucura”, em suas derivações psicopatológicas, encontra-se atrelada à história das perspectivas e dos valores de uma determinada cultura em um determinado contexto histórico (Caponi, 2003). Nas sociedades modernas ocidentais, a produção de um saber em relação à “loucura” e, posteriormente, em relação à doença mental, tem-se formalizado a partir de discursos e práticas advindas das ciências médicas e psicológicas. Foucault (2006), ao problematizar a experiência da loucura e sua apropriação por determinado grupo associado à produção de um saber socialmente reconhecido a respeito dela, descreve como decorreu paulatinamente o estabelecimento de uma forma quase unívoca de se reconhecer e de se tratar tal experiência. Com o advento da psiquiatria como disciplina científica e, mais tarde, da psicologia, experiências - as quais na antiguidade circulavam soltas e inominadas – bem como modos de vida, não reconhecidos como parte da norma e da razão, passam a ser controlados, medicalizados, farmacologizados, pois são entendidos como tributários do avesso da ordem e do bem viver. Na contramão deste processo, desde a década de 1970, e principalmente da década de 1980, uma gama de intelectuais, trabalhadores da área da saúde mental, familiares e alguns ditos loucos ou doentes mentais, especialmente nas grandes cidades do Brasil, impulsionados pelas transformações mundiais e pelos novos movimentos democráticos e de lutas por direitos de minorias exploradas e excluídas no país, passaram a se organizar crítica e politicamente contra as formas instituídas de controle e exclusão dos sujeitos destas

experiências. O Movimento da Reforma Psiquiátrica constitui-se assim em um marco de mudança na forma de se conceber e, principalmente, de se organizar a oferta de cuidados em saúde mental, tendo em vista a inclusão social, a busca pela retomada de direitos, da cidadania, da autonomia e do protagonismo desta parcela da população.

No entanto, a Reforma Psiquiátrica, ao propor e estabelecer novas estruturas para receber e conduzir os sujeitos que se encontram em situação de sofrimento psíquico intenso (ou simplesmente imersos em experiências da diferença), não conseguiu ainda varrer para o passado as concepções biologistas, essencialistas e medicalizantes que giram em torno destas experiências. Como nos aponta Onocko-Campos e Campos (2006), o ponto frágil da Reforma Psiquiátrica seria justamente a constante medicalização do sofrimento e a busca ainda restrita de soluções que não ultrapassam a interferência física com o uso de psicofármacos. O sofrimento se cola ao corpo e a droga psiquiátrica se torna a única promessa de cura. A manutenção desta perspectiva contribui para a permanência da oferta de poucas intervenções e problematizações em torno dos aspectos psicossociais do sofrimento psíquico. O conhecimento da história do sujeito não é valorizado e a sua narrativa sobre a vida, suas condições de existência, suas percepções em relação a si, ao mundo, ao seu sofrimento e ao seu tratamento não são ouvidas. O sujeito no centro do cuidado continua não sendo ouvido, mas somente falado por tantos discursos teóricos e técnicos que se aperfeiçoam cada vez mais em torno de seu silêncio.

Na tentativa de criar novos espaços e propostas que visassem à produção de saúde e à recuperação de sujeitos psiquiatrizados em condições de isolamento social, silenciamento e identificação total diagnóstica – reconhecendo-se apenas como pacientes psiquiátricos e com a percepção de futuro restrita à ideia de seus infelizes prognósticos médicos (Baroni, Vargas, & Caponi, 2010) – foi que os grupos de Ouvidores de Vozes encontraram contexto para seu surgimento na Holanda, se espalhando pelo mundo a partir da Rede Internacional Intervoices. Os grupos de ouvidores de vozes não são pautados em categorias diagnósticas, fórmulas teóricas ou técnicas para nomear, classificar e direcionar as variadas formas de sofrimento e suas respostas (tidas convencionalmente como sinais e sintomas) ao mal-estar do sujeito em relação ao mundo. Assim, tais grupos têm como proposta a ampliação das narrativas das experiências de audição de vozes, visões e fenômenos afins, assim como o trabalho coletivo realizado por pares no intuito de superação, criação de

estratégias e principalmente de redes de apoio em situações não somente de crise, mas também de saúde. A criação de um espaço aberto para o diálogo sobre a experiência das vozes e de vida em toda a sua complexidade e variedade de versões é assim a proposta do Intervoice, compreendendo cada membro como potencialidade de resgate, superação e de auxílio na construção de um novo modo de resposta àquilo que nos aflige.

Soltar a Voz sobre Aquilo que nos Aflige - Para além de Diagnósticos e Psicofármacos

Segundo Safatle, Silva Júnior e Dunker (2018), a psiquiatria atualmente baseia suas práticas predominantemente na prescrição de psicofármacos, partindo de uma visão biológica do processo de adoecimento, visando assim à remissão ou ao controle de certos sintomas e, quase sempre, partindo de uma redução da experiência do sujeito. Seguindo este caminho, os psicofármacos surgem a partir da década de 1950 com a promessa de serem capazes de controlar os efeitos do mal-estar psicológico, abrindo a possibilidade de intervenção no sintoma sem a necessidade de realização de um trabalho mais aprofundado em relação a outros determinantes para além do biológico, como questões sociais, políticas, culturais, psicológicas, ou seja, relacionais, as quais possam estar atreladas ao surgimento e manutenção de uma situação de sofrimento. A psiquiatria, com a adoção dos manuais das séries DSM e CID e a partir de uma reorientação epistemológica na década de 80, abandona os critérios diagnósticos críticos e reflexivos com respeito à singularidade do paciente para adotar um senso convencionalista, genérico e puramente nosográfico (Safatle et al, 2018). Deste modo, a psiquiatria isenta-se de qualquer hipótese que não se fundamente em normas supostamente empíricas e objetivas, partindo da construção de critérios diagnósticos no sentido de validação, legitimação e identificação de sujeitos em relação a doenças sob a ótica de uma psicopatologia puramente descritiva e operacional. Isto resulta no abandono de uma compreensão mais ampla da experiência de sofrimento de cada sujeito. O DSM-III seria a versão destes manuais que melhor representaria o abandono dos pressupostos teóricos na direção de uma visão meramente técnica e estatística. A partir dele, a ideia de uma classificação convencional, normativa e arbitrária do que se denomina transtornos mentais permitiu a exclusão de uma polifonia de linguagens a respeito do sofrimento psíquico, viabilizando uma padronização do tratamento. De acordo com Dunker e Kyrillos Neto

(2011), o desenvolvimento do DSM III buscou direcionar a conduta diagnóstica e terapêutica dos profissionais em saúde mental de modo a atender as demandas de ofertas de cuidado dos serviços de saúde mental e de alocação de recursos públicos, bem como as demandas das agências de cobertura de empresas de seguro, tendo como central a prática de prescrição de psicofármacos em uma constante multiplicação de novos diagnósticos e especificação de medicamentos (Dunker & Kyrillos Neto, 2011). De acordo com alguns autores críticos em relação ao processo de psicofarmacologização da sociedade, tratamentos com base na prescrição de psicofármacos constituem uma prática clínica muito mais responsável por processos de adoecimento do que de recuperação (Gotzsche, 2016; Whitaker, 2017). Inúmeras pesquisas na área de saúde mental apontam para a possibilidade de agravamento de uma condição prévia de sofrimento psicológico por meio do uso de psicofármacos por longos períodos, ou seja, o aumento do consumo de medicações psicoativas, ao invés de se demonstrar eficiente nos tratamentos para os ditos transtornos mentais, em muitos casos acabaria por incorrer no efeito contrário, podendo trazer a cronificação dos sujeitos diagnósticos e o aumento do número de casos pela expansão de diagnósticos. Uma consequência disto seria o efeito de iatrogenia, uma vez que os próprios medicamentos causam severas interferências no sistema nervoso e prejuízos por vezes irreversíveis para o usuário. Para Gotzsche, (2016) a psiquiatria seria o paraíso da indústria de medicamentos porque as definições de transtornos psiquiátricos são vagas e fáceis de manipular, o que acarretaria em um alcance altíssimo de seus diagnósticos.

Neste contexto de constante medicalização e farmacologização da experiência de sofrimento e do fenômeno de escuta de vozes, grupos como os de ouvintes de vozes surgem na contramão do caminho tantas vezes exclusivista de intervenção medicamentosa, como via única para uma possível “cura clínica” – quase sempre inalcançável na realidade do sujeito, assim como na contramão de uma política de “silenciamento” de sintomas. No sentido oposto ao das práticas de apagamento, tanto daquilo tido como sintoma, quanto do sujeito em si por meio dos efeitos das drogas psicotrópicas, os grupos de ouvintes de vozes atuam de forma a propiciar um diálogo entre os detentores desta experiência, buscando o fortalecimento do sujeito ouvinte e oferecendo um lugar de centralidade à multiplicidade de narrativas e versões sobre estas experiências. Pautam suas práticas, assim, no estabelecimento de um sistema de trocas de saberes, na busca pelo enfrentamento coletivo dos efeitos das

experiências gerais de sofrimento psíquico, tendo como foco o sujeito e não o sintoma de seu sofrimento ou o nome de seu adoecimento. Por esta via, busca-se construir, coletivamente, um lugar de fala para cada sujeito, um lugar de centralidade, de atenção às experiências de subjetividade correlatas a este processo.

O Movimento Intervoice e sua Chegada no Brasil

O movimento dos ouvidores de vozes teve início na Holanda, na década de 1980, após a paciente Patsy Hage questionar seu psiquiatra, Marius Romme, sobre o fenômeno da audição de vozes. Afinal, se Romme acreditava em Deus mesmo sem vê-lo, por que não acreditar que as vozes que Patsy ouvia poderiam ser reais para ela? A partir desta interrogação, Romme passa a indagar outras pessoas sobre o fenômeno de audição de vozes e compreende que ouvir vozes não se constitui necessariamente em um sintoma de adoecimento mental ou de esquizofrenia ao observar que, para 2/3 dos ouvidores, ouvir vozes não era incapacitante. Romme, aliado à pesquisadora em psiquiatria social, Sandra Escher, cria assim o Hearing Voices Movement (HVM) – Movimento Internacional dos Ouvidores de Vozes – composto por ouvidores, familiares, trabalhadores e pesquisadores do tema, com o objetivo de questionar, criticar e repensar percepções biomédicas tradicionais a respeito da experiência dos ouvidores, prezando compreender o que as vozes diziam para quem as ouvia e como era para eles ouvi-las (Baker, 2009). A Rede Internacional Intervoice surge posteriormente como uma instituição sem fins lucrativos, com o objetivo de apoiar a consolidação do Movimento dos Ouvidores de Vozes (HVM) no mundo. Atualmente, o HVM está presente em mais de 80 países. O primeiro grupo de Ouvidores de Vozes no Brasil originou-se em Campinas, no ano de 2015, após a visita de Paul Baker, diretor da Rede Intervoice no mundo, que propôs uma rápida formação a fim de estender a rede para a América Latina. Desde então, outros grupos se formaram em diversas cidades, como por exemplo no Rio de Janeiro, Ribeirão Preto e Brasília. Até a primeira metade de 2019 haviam sido registrados 30 grupos pelo país, sendo que dois deles estavam ainda em fase de implementação e, outros dois, inativos, conforme dados informais daquele período do Censo Hearing Voices Brasil. Os grupos criados estabeleceram vínculos com serviços de saúde, tais como Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades Básicas de Saúde (UBS) ou Hospitais Psiquiátricos; alguns ligados a grupos de pesquisa em Universidades Federais ou a Instituições religiosas. Relata-se, também, a existência de grupos que atuavam de

maneira independente, sem relações com serviços de saúde, universidades ou centros religiosos.

Os grupos de ouvidores de vozes constituem-se como grupos de auto e mútua ajuda e prezam principalmente pelo respeito, empatia e horizontalidade, o que suscita a participação democrática de todos, sem que se estabeleçam hierarquias entre o saber teórico e o saber da experiência. O saber da experiência não se trata de um saber formal ou teórico sobre determinado assunto, mas é construído de forma experiencial por cada sujeito, autorizando-se a assumir e compartilhar no momento do grupo a sua versão quanto aos acontecimentos de sua vida, sem procurar ajustá-los dentro daquilo que socialmente pode ser visto como a percepção correta, o pensamento saudável, preconizado e aceito consensualmente. Os encontros são fundamentais para a criação de vínculos, além de abrir a possibilidade de falar com outras pessoas sobre a experiência com as vozes e promover mudanças em relação ao estigma que paira diante do fenômeno. Os grupos valorizam as explicações que cada pessoa atribui à sua própria experiência com as vozes, reconhecendo que todos os membros têm vivência e qualidade para contribuir para o grupo de forma igualitária e que nem todas as estratégias serão efetivas para todos (Baker, 2009). As diretrizes gerais que norteiam as práticas dos grupos Intervoice são: a tentativa de positivação da relação com as vozes, partindo da proposta de aceitação de que as vozes são experiências reais; a concepção de que os ouvidores não são menos que as outras pessoas; o respeito a cada membro como expert e ao grupo como uma comunidade; a utilização de linguagem comum, partindo de uma ética de autodeterminação focada no compartilhamento de experiências; a constituição do grupo como de auto e mútua ajuda e não como um grupo clínico que oferece um tratamento. Dentro do processo grupal, o foco estaria assim na aceitação e enfrentamento das consequências sociais e emotivas dos problemas ligados à experiência das vozes. De acordo com Romme, Escher, Dillon, Corstens e Morris (2009), os grupos abrem espaço para que os ouvidores possam compartilhar abertamente suas vivências, sem receio de se sentirem julgados por relatá-las; possam se sentir aceitos e acolhidos e perceber que não estão isolados, já que existem outras pessoas vivendo e compartilhando essa experiência; possam compreender que são capazes de assumir uma postura ativa diante do fenômeno da audição de vozes, reconhecendo a possibilidade de haver certo controle em relação às vozes, interferindo na sua intensidade e sentido; possam reconhecer que existem aspectos positivos em ouvir vozes e que enfrentá-las pode

apresentar uma multiplicidade de novas vias mais interessantes do que o fato de ignorá-las.

De acordo com as concepções do Movimento Intervoice, as vozes são consideradas mensageiras (Baker, 2009), trazendo algo da realidade do sujeito, como por exemplo situações traumáticas que ocorreram ao longo de sua vida ou as formas como o sujeito lida com suas emoções. Muñoz, Serpa, Leal, Dahal e Oliveira (2011) relatam que a maior dificuldade reside nas relações que os ouvidores têm com as vozes, e não na audição propriamente dita. Apesar da procura por distrações para ignorá-las ou ouvi-las seletivamente serem estratégias adotadas, Baker (2009) aponta que este tipo de conduta apresenta pouco sucesso, principalmente porque pode elevar o tom de hostilidade com que as vozes se manifestam. A superação do medo e a aceitação em relação ao fenômeno são passos importantes para o enfrentamento, e este requer que o ouvidor esteja aberto ao diálogo, buscando compreender o que suas vozes querem dizer. Muñoz et. al. (2011) ressaltam a importância das narrativas individuais e das trocas de saberes dentro dos grupos de ouvidores como ferramentas para a compreensão das vivências e a transformação da visão sobre o fenômeno. Para Barros e Serpa Jr (2017), contar suas histórias e falar sobre os sentidos que as vozes têm para cada um “é um meio de criar diálogos, promover autoconhecimento e permitir o compartilhamento de experiências atravessadas por traumas, medos, dúvidas de pessoas que enfrentam uma situação dramática” (Barros & Serpa Jr, 2017, p. 882).

O Grupo de Ouvidores de Vozes como Espaço de Encontros

Tendo em vista o caráter social e histórico do homem, os grupos, em suas diversas configurações e singularidades, têm sido os espaços fundamentais para que os sujeitos se inter-relacionem na produção de formas de estar no mundo. Podemos assim compreender que estar diante de pessoas que compartilhem experiências semelhantes em um processo grupal pode viabilizar a troca de vivências, o estabelecimento de relações e a criação de vínculos, propiciando espaços e formas de criação de sentidos para si e para o mundo em que habita e produzindo, com isto, importantes efeitos de subjetividade.

De acordo com Martín-Baró (1989), um grupo se define a partir de “uma estrutura de vínculos e relações entre pessoas que canaliza em cada circunstância suas necessidades individuais e/ou interesses coletivos” (p. 206). Desta forma, os

grupos não devem ser vistos como a soma dos indivíduos e sim como um processo em que há uma relação de interdependência estabelecida entre os seus membros, sentidos comuns e uma atividade a ser desenvolvida. Alguns dos aspectos que o autor julga primordiais na construção da identidade de um grupo são: a formalização organizativa, as relações com outros grupos e a consciência de pertencer a um grupo. Este último aspecto é caracterizado como sentimento de pertença subjetiva do indivíduo dentro do coletivo e o referencial que o grupo ocupa na formação de sua identidade.

A capacidade de ouvir vozes, ver pessoas ou cenas, ou mesmo de sentir sensações de toque – capacidades convencionalmente compreendidas pela medicina e pela sociedade em geral como alucinações por não serem passíveis de compartilhamento, a não ser por meio das narrativas daqueles os quais as vivenciam – pode conduzir o sujeito a um caminho de extrema solidão, isolamento social e estigma. Os Grupos de Ouvidores de Vozes, no intuito de acolher e apoiar as diversas experiências e sentimentos que abarcam esses fenômenos, buscam auxiliar neste processo de saída do isolamento e no combate ao estigma, oferecendo um espaço de escuta e diálogo que tem como princípios o respeito, a empatia e a valorização dos sentidos dados às vivências particulares de cada um, como nos apresenta Baker (2009) no manual para a formação de grupos de Ouvidores de Vozes. O grupo possibilita, assim, o encontro com o outro, com a experiência que lhe é similar e com a experiência própria, favorecendo, com isto, a produção de narrativas individuais. Deste modo, as relações que vão se estabelecendo dentro dos grupos de ouvidores se constroem a partir do compartilhamento de vivências, informações e variadas estratégias que possibilitem uma melhor convivência com os fenômenos, com os outros, com a sociedade e consigo mesmo.

O Caminho de Formação do Grupo de Ouvidores de Vozes “Ouvi Falá”

O grupo de Ouvidores de Vozes “Ouvi Falá” surge como uma proposta de estágio a partir da experiência da coordenadora do projeto em grupos de ouvidores de vozes na Itália. Trata-se do primeiro grupo de ouvidores de vozes de Minas Gerais e contou com o apoio de uma Universidade Federal e da rede Intervoice para ser formado. O projeto teve início em novembro de 2017 e exigiu, a princípio, um trabalho de formação dos alunos estagiários para compor a equipe na montagem, organização, planejamento e execução do projeto. Entre os meses de novembro de 2017 e março

de 2018 foram realizados estudos sobre a literatura do Movimento dos Ouvidores de Vozes, a Rede Internacional Intervoice e outros temas em saúde mental e em relação ao fenômeno de escuta de vozes. Os estudos foram desenvolvidos tanto individualmente quanto em reuniões coletivas, com os objetivos de leitura, discussão e contato com os materiais.

Grande parte da experiência prática adquirida para a criação do grupo adveio da experiência da coordenadora do projeto, a qual esteve em contato com cerca de 7 grupos de ouvidores de vozes ou com seus facilitadores na Itália por cerca de 2 anos. A partir desta fase de preparação, os estagiários foram conhecendo mais sobre o Hearing Voice Movement (HVM) e sobre o fenômeno de ouvir vozes. Além disso puderam, através da participação em estágios relacionados, já irem se aproximando de ouvidores de vozes, os quais viriam depois a compor o grupo. A formação do grupo de participantes ouvidores de vozes se deu em parte pelo contato da equipe de estagiários com os usuários dos serviços de saúde mental da cidade, em parte pela indicação de alguns poucos profissionais, assim como por meio de visitas ao CAPS II, ao Núcleo de Saúde Mental e a um Centro de Convivência ligado a um projeto da Universidade. Somaram-se a estes esforços conversas com profissionais e usuários, que eram convidados a participar do grupo, dando início às conversas sobre as vozes. Houve também a divulgação do projeto por meio de um programa de rádio local e por meio de outras fontes de disseminação de informação via redes sociais ou cartazes, assim como por meio da realização de palestras.

Os encontros passaram a ocorrer semanalmente a partir de março de 2018 com 2 hs de duração, em uma sala da universidade (local escolhido por possibilitar o acesso livre da comunidade, incentivar a neutralidade na exposição de diferentes visões, além de ampliar o espaço de circulação dos ouvidores). Contava-se com a presença de ouvidores, facilitadores, estagiários e, esporadicamente, de algum familiar, pesquisador ou profissional interessado em conhecer o projeto. A participação de familiares e observadores, assim como a presença de novos ouvidores, passou a ser discutida entre os participantes do grupo com pelo menos uma semana de antecedência. Avaliamos como importante a participação esporádica de familiares no grupo pelo fato da família ser um importante referencial para muitos dos ouvidores. Isto permitia que sua presença, quando requisitada, contribuísse para o aumento do sentimento de integração no grupo. Permitia também ao familiar presente a expansão de sua compreensão a respeito do fenômeno vivenciado pelo

ouvidor. Esta implicação da família no processo de mudança de percepção do fenômeno de escuta de vozes expressa uma forma de olhar a experiência do ouvidor de maneira diferente da comumente encontrada pelos usuais manuais de diagnóstico psiquiátrico, que a percebem como uma patologia degenerativa ou como uma doença que precisa ser medicalizada.

Os encontros do grupo começavam com a facilitadora dando as boas vindas às pessoas e às vozes. A princípio, esta função era assumida pela coordenadora do projeto e, mais tarde, estagiários e ouvidores também ocuparam esta posição. Em seguida, os encontros passavam para comentários sobre a semana, trocas de experiências, dinâmicas, práticas de consciência corporal e relaxamento, além de um café da manhã coletivo. Como a horizontalidade é um dos pontos mais importante do processo e da proposta do grupo, o papel do facilitador era apenas o de fazer a fala circular de maneira democrática e sempre respeitando o conteúdo do que era dito, lembrando os preceitos do grupo e a motivação de estarem ali reunidos. A função de facilitação como processo de mediação, no qual o facilitador propõe temas, provoca reflexões e intervém quando necessário, constituiu-se assim como instrumento de incitação do diálogo aberto em referência a temas importantes e pertinentes ao grupo. Almejava-se que esta função fosse sempre rotativa entre todos os membros do grupo e, de preferência, que os próprios ouvidores assumissem a facilitação. No entanto, muitos dos ouvidores e estagiários disseram não se sentir confortáveis em exercer tal função, sendo então assumida predominantemente pela coordenadora ou pelos mesmos estagiários, sem muita rotatividade. Cabe ressaltar a importância de se respeitar a forma de participação que cada membro considera mais adequada para si, tendo em vista também o próprio tempo de formação do grupo, que ainda se encontra em processo de construção de vínculos e de confiança nas próprias potencialidades. É interessante pontuar, no entanto, que alguns ouvidores, ao longo dos meses, passaram a tomar para si o papel de facilitação com maior frequência, passando a contribuir também com a elaboração de dinâmicas.

Conversas Sobre as Vozes – Encontros para Além do Grupo

O grupo foi se constituindo como lugar de expressão de si e de suas vozes, lugar para dar vazão a sentimentos e emoções sem o medo de julgamentos e de punições, lugar de reconhecimento de afinidades e de construção de vínculos de apoio. Deste modo, cada sujeito foi sendo convidado através do trabalho narrativo a

se posicionar como sujeito, não apenas como sujeito louco ou doente mental como estava sendo o mais frequente em suas experiências desde o diagnóstico, mas estimulando a emergência de novas formas de subjetividade, novas percepções de si, outros ethos, na perspectiva de Michael Foucault (1984), ou seja, outras formas de estar no mundo e de se reconhecer enquanto sujeito. Muitas narrativas puderam ser compartilhadas, trazendo versões de mundo muito coerentes. Neste artigo priorizamos a descrição do processo de construção do grupo e de consolidação de suas práticas, ou seja, o percurso realizado entre ouvidores e profissionais aprendizes na troca de experiências. Em um próximo artigo nos ocuparemos exclusivamente da descrição de algumas das narrativas apresentados pelos integrantes do grupo, trazendo mais diretamente as vozes dos ouvidores e realçando a importância de cada uma delas.

Um outro ponto característico em relação ao grupo “Ouvi Falá”, que o diferencia dos demais grupos de ouvidores é o fato de que alguns ouvidores recebiam acompanhamento individual, para além dos encontros no grupo. Os primeiros contatos individuais se deram visando uma conversa inicial sobre a experiência com as vozes, utilizando como guia o questionário de Maastrich e exercícios propostos por Coleman e Smith (2007), os quais possibilitaram uma melhor compreensão e conscientização em relação ao fenômeno das vozes. Tanto o questionário quanto os exercícios utilizados como norteadores propõem ao ouvidor uma maior percepção das diversas dimensões relacionadas à experiência de audição de vozes, tais como: reflexões em relação aos momentos em que as vozes apareciam, as situações do cotidiano relacionadas às vozes, as primeiras ocasiões de escuta, a localização destas vozes, o timbre, a origem, seus conteúdos, assim como a quantidade delas e suas características. Buscava-se ainda reconhecer a existência ou não de qualquer tentativa de diálogo com elas, dentre outros pontos importantes no processo de escuta.

De maneira complementar aos encontros semanais do Grupo de Ouvidores “Ouvi Falá”, um horário semanal de reunião (supervisão) foi disponibilizado aos participantes não ouvidores – alunos dos cursos de Psicologia e Medicina ligados ao projeto por meio de um estágio – para que pudessem discutir, junto à coordenadora do projeto, textos, documentários, entrevistas, e demais materiais relacionados ao grupo de ouvidores e à experiência de ouvir vozes. Nestes encontros eram realizados feedbacks em relação aos encontros grupais anteriores dos ouvidores, discussões

para o planejamento das atividades para a semana seguinte e para a organização de eventos relacionados. Buscava-se, ainda, destinar um momento da reunião à supervisão dos encontros individuais, bem como à supervisão de toda a dinâmica de contato com os ouvidores.

Em determinado momento, como maneira de fazer com que os participantes do grupo de ouvidores se implicassem também nestas discussões, foi proposta a participação deles nas reuniões de supervisão, concebendo-as também como espaço de formação e de troca de saberes para além das hierarquias de saberes previamente estabelecidas entre cientistas estudiosos e experts por experiência. Assim, um ou dois ouvidores do grupo passaram a participar quinzenalmente destas reuniões, o que levou, inclusive, os ouvidores a contribuírem no planejamento dos encontros e a participarem das discussões, leitura e apresentação de textos.

Aos participantes ouvidores que se manifestavam poucas vezes durante os encontros do grupo - quer seja por timidez ou por não se sentirem ainda à vontade em meio aos demais - assim como aos participantes que demandavam um espaço mais reservado para tratar do tema das vozes e questões afins, era oferecido um acompanhamento individual que denominávamos “conversa sobre as vozes”, com a presença de um ou dois estagiários. Isto permitia, de certo modo, a continuidade do processo inicial de ampliação e reconhecimento da experiência das vozes que haviam sido realizados por meio dos questionários. Todavia, os encontros individuais tratavam de tematizações mais pontuais e particulares sobre problemas, soluções e indagações a respeito do próprio processo de relação com as vozes, bem como do aprofundamento de questões pessoais nem sempre relacionadas diretamente às vozes. Nestas conversas, além de se tratar do cotidiano do ouvidor, também se buscava refletir sobre situações ocorridas no grupo, provocando reflexões, sentimentos e sensações despertadas naquele contexto. Visava-se, assim, favorecer a integração do sujeito, seu pertencimento ao grupo, além de avaliar as repercussões das discussões na individualidade daquele sujeito. A proposta de acompanhamento individual pelos estagiários tinha, portanto, como foco, o estabelecimento de vínculo, a escuta qualificada da história do ouvidor e o suporte aos conteúdos trabalhados nos encontros grupais. Importante frisar que as conversas individuais não possuíam caráter psicoterápico, apesar de trazerem importantes efeitos terapêuticos.

Para além da aplicação do questionário e de exercícios, as conversas individuais se estabeleceram como momentos em que os ouvidores poderiam expor

questões as quais ainda não se sentiam preparados para compartilhar no grupo. Embora todos os participantes tenham passado por este momento de acompanhamento individual de início, nem todos continuaram neste processo, seja pelo ouvitor não ter demonstrado a necessidade de continuidade da conversa naquele momento, seja por parecer necessário um cuidado psicoterápico, que ultrapassava o propósito do acompanhamento individual sobre as vozes. Participantes que apresentavam demanda por terapia, mas não dispunham de recursos financeiros para isto, eram direcionados ao Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) para serem atendidos por estagiários da área clínica, não diretamente relacionados ao Grupo de Ouvidores. Sendo assim, por um lado os estagiários participantes do grupo de ouvidores realizavam um trabalho de escuta qualificada das vivências relacionadas mais diretamente à escuta de vozes, tanto no grupo, quanto em momentos individuais específicos; por outro lado, aos estagiários de outros projetos psicoterapêuticos do SPA eram encaminhados aqueles ouvidores que possuíam questões que precisavam ser trabalhadas através da psicoterapia, para além de uma conversa sobre as vozes.

Em relação ao estabelecimento de vínculos a partir das conversas individuais, de acordo com o ativista Coleman (2011), em seu livro “Recovery: an Alien Concept?”, este seria um importante ponto de apoio na rede de cuidados. Para Coleman o processo de recuperação de uma condição de adoecimento mental se daria através do contato com diversas pessoas capazes de oferecer apoio e acompanhamento, assistência e encorajamento, auxiliando a traçar possíveis rotas e a manter o caminho de recuperação seguro. O acompanhamento e a escuta qualificada, para o autor, dariam suporte aos ouvidores nos momentos de início da crise ou de angústia. Utilizando o conceito de ritornelo, de Deleuze, tal como discutido por Marques, Palombini, Passos e Campos (2013), pode-se dizer que, diante do início do sofrimento ou da crise - em que há o isolamento, seguido de um movimento de organização interna e depois da abertura ao externo e a possibilidades de saída de um “caos” - a escuta qualificada e o estreitamento do vínculo poderiam inserir o sujeito (no caso, aquele que escuta individualmente o ouvitor) como fonte de cuidado, no intuito de favorecer a ordenação interna por meio da fala e a ressignificação daquele momento para o ouvitor, favorecendo também a sua abertura ao exterior por meio do reconhecimento de uma relação de acolhimento e de afeto (Marques et al, 2013).

Como mencionado, havia um esforço na direção da formação e fortalecimento de vínculos grupais também através dos encontros individuais. O grupo até mesmo

ganhou um nome após alguns meses: a partir de um nome sugerido por uma ouvidora e aprovado em votação pelos presentes, o grupo de ouvidores de vozes passou a se chamar “Ouvi Falá”. Cabe ainda mencionar que, ao final do primeiro ano de trabalho houve a incorporação no grupo de novos estagiários, professores e pesquisadores participantes, assim como novos ouvidores, em uma constante dinâmica de manutenção e, ao mesmo tempo, de renovação.

Discussão

Grupo de Ouvidores “Ouvi Falá” – Recompondo Modos de Estar no Mundo

O grupo “Ouvi Falá”, assim como os demais grupos de ouvidores de vozes, baseia suas reuniões no encontro de pessoas que convivem com a experiência de escuta de vozes, prezando pela horizontalidade, pela valorização das explicações que cada pessoa apresenta em relação ao fenômeno e pela consideração de que nem todas as estratégias serão úteis para todos. O grupo “Ouvi Falá”, tendo como objetivo a auto e mútua ajuda entre ouvidores, visa contribuir para a criação de vínculos e para a possibilidade de manutenção de um espaço para se falar da experiência das vozes aos seus pares, ou seja, pessoas que também compartilham desta experiência, almejando proporcionar assim uma ampliação de narrativas sobre ela e possíveis mudanças em relação ao estigma.

O Grupo de Ouvidores de Vozes “Ouvi Falá”, por ter sido criado no contexto de um estágio oferecido dentro do curso de Psicologia, poderia equivocadamente ter se estabelecido desde o início a partir de uma separação entre estagiários e professores (profissionais e estudantes da área da saúde), de um lado, e ouvidores e familiares (usuários do serviço público ou pacientes), de outro - pois trata-se de uma separação muito recorrente entre usuários e prestadores de serviços em saúde mental. No entanto, visou-se sempre o desenvolvimento de uma perspectiva de horizontalidade e de ajuda mútua envolvendo todos os participantes dos encontros, ouvidores e não ouvidores, cooperando para a flexibilização das barreiras existentes entre o saber formal e o informal em relação ao fenômeno da escuta de vozes. Buscou-se assim estimular a saída dos lugares convencionais de expert e paciente, estreitar laços, aproximar histórias de vida, trocar estratégias de enfrentamento, assim como cooperar na formação de futuros profissionais psicólogos ou médicos interessados de fato nos sujeitos os quais tem diante de si, para além de uma percepção de “sujeito-objeto”. Com isto, buscou-se estar atento a não institucionalização do grupo e de suas práticas

como atividades da Universidade ou de profissionais da psicologia, tendo sempre em vista que a função de coordenação e facilitação não é restrita a uma área de saber, priorizando a promoção de autonomia, a valorização das diferenças, a não separação entre tipos de saberes, o diálogo sobre possibilidades e potencialidades.

Cabe lembrar que, os grupos de ouvidores de vozes, tal como preconizado no movimento mundial de ouvidores, devem basear suas ações no compartilhamento de experiência, e não se pautarem necessariamente em saberes científicos em relação ao tema da escuta de vozes. Devem também basear suas ações em relações horizontais, em protagonismo e na não adoção de posturas de tutela em relação aos membros do grupo (Vasconcelos, 2000). Devem assim caminhar na direção de obter autonomia, enquanto grupo, em relação a serviços especializados; assim como criar condições para o ouvitor fortalecer sua própria autonomia, tendo em vista uma perspectiva de autonomia como “a capacidade do sujeito de ligar com sua rede de dependências” (Onocko-Campos & Campos, 2006, p. 670), o que implicaria na ampliação do poder de agir e de escolher do sujeito diante de sua rede de apoio. Cabe ainda ressaltar que a maior parte dos ouvidores do grupo “Ouvi Falá” trazia fortemente em sua narrativa uma condição de patologização (psiquiatrização) da experiência de escuta de vozes e do sofrimento psíquico, imersos, quase que unanimemente, em um processo de medicalização que reduz a experiência de ouvir vozes a uma única explicação: ouvir vozes como sintoma de diagnósticos de doença mental (depressão, bipolaridade e, sobretudo, esquizofrenia). A reflexão crítica em relação a esta tendência de modelo único de narrativa que empodera os detentores do saber psiquiátrico e assujeita a clientela a estes dispositivos de controle é de extrema importância para que a rica experiência de ouvir vozes possa ser apresentada, articulada e ressignificada pelos próprios sujeitos no grupo. Deste modo, trabalhou-se no grupo para que o discurso psiquiátrico aparecesse apenas como uma das possibilidades dentre as muitas versões possíveis das narrativas dos ouvidores, e não como o único discurso possível de verdade. Reconhece-se, portanto, a importância de se instaurar um processo gradual e constante de transformação dos padrões preestabelecidos em relação a esta experiência.

O papel de facilitação no grupo “Ouvi Falá” foi fundamental para que a fala circulasse entre todos os participantes e as experiências mais diversas relativas às vozes pudessem despontar e serem desenvolvidas de forma a favorecer as relações,

o trabalho de identificação e de pertencimento no grupo. Tornou-se também importante no grupo o uso de outros meios e mídias para além da narrativa em primeira pessoa, para que diferentes modos de expressão pudessem emergir. Deste modo, o trabalho no grupo acabou cumprindo também a função de fomentar o desenvolvimento de potencialidades dos integrantes do grupo. Pessoas não- verbais, ou seja, integrantes do grupo que por diversos motivos não traziam muito as suas contribuições na forma de narrativa, podiam assim desenhar, fotografar e trazer fotografias, escrever poesias, trazer canções ou histórias que considerassem interessantes, enfim, apresentando ao grupo suas perspectivas, seus olhares, suas vidas. Pessoas que inicialmente não se sentiam à vontade para falar nos encontros, uma vez incumbidos de apresentar algumas fotografias através das quais pudessem narrar um pouco de suas experiências cotidianas, aos poucos iam se tornando mais confiantes em compartilhar suas experiências junto aos demais. Práticas corporais também foram de grande importância na dinâmica do grupo, oferecidas semanalmente por uma estagiária, visando uma maior consciência corporal e contato com a realidade presente por meio do corpo e dos sentidos. Outras atividades também foram conduzidas no grupo por estagiários, ouvidores e voluntários, tais como oficina de mandalas com colagens, uma sessão de psicodrama, dinâmicas grupais de interação, de sensibilização, oficinas artísticas, assim como propostas de escrita poética e livre. Tais experimentações visavam ampliar as possibilidades de manifestações subjetivas, sem que se abandonasse a moldura geral de sustentação do grupo, a saber, a troca de experiências através de um grupo de fala.

A princípio, a iniciativa de levar atividades e dinâmicas se restringia aos estagiários ou a pessoas especializadas relacionadas ao campo acadêmico. No entanto, no decorrer do tempo, percebeu-se que, se a busca era por protagonismo e autonomia, caberia aos próprios ouvidores a tarefa de propor, levar e conduzir as dinâmicas, o que cada vez mais passou a acontecer por iniciativa própria. Sendo assim, podemos considerar que outra importante estratégia utilizada visando diluir as fronteiras dos lugares de saber (embora não apagando as diferenças entre equipe e ouvidores) foi convidar os ouvidores a assumir uma postura cada vez mais ativa, relativamente à sugestão de temas a serem discutidos, de músicas a serem ouvidas e de dinâmicas a serem vivenciadas no grupo. Alguns dos ouvidores passaram a assumir esporadicamente o papel de levar e conduzir dinâmicas ou mesmo de conduzir a facilitação do grupo. Mas a equipe deveria estar sempre atenta no sentido

de evitar um contexto de cobrança, criando para isto espaços convidativos para que os ouvidores pudessem se arriscar na mudança de uma posição mais passiva para uma posição de maior atividade junto ao grupo.

Durante os encontros, tanto estagiários quanto ouvidores eram constantemente estimulados a compartilhar suas experiências relativas a temas que eram trazidos ao grupo. Vale ressaltar que os estagiários não eram imunes à medicalização da vida e alguns deles haviam passado ou passavam por experiências psiquiátricas, talvez não na mesma proporção ou intensidade de quem já sofreu uma internação psiquiátrica involuntária, como era o caso de vários dos ouvidores. Além disso, o contexto geral de discussão em relação a temas mais gerais como confiança, medo, morte, relacionamentos, permitiram aproximações de experiências entre equipe e ouvidores, diluindo estigmas e sensações de isolamento experiencial. Em algumas ocasiões, emergiram relatos de experiências análogas ou semelhantes à de escuta de vozes por parte da equipe de trabalho, professores ou convidados, levando a uma maior porosidade das fronteiras que separam ouvidores de vozes e não ouvidores, diluindo as fronteiras do estigma da loucura. Isto era possível também porque a experiência de ouvir vozes era apresentada de forma potencializadora e não mais unicamente como sintoma de adoecimento mental.

Considerações Finais

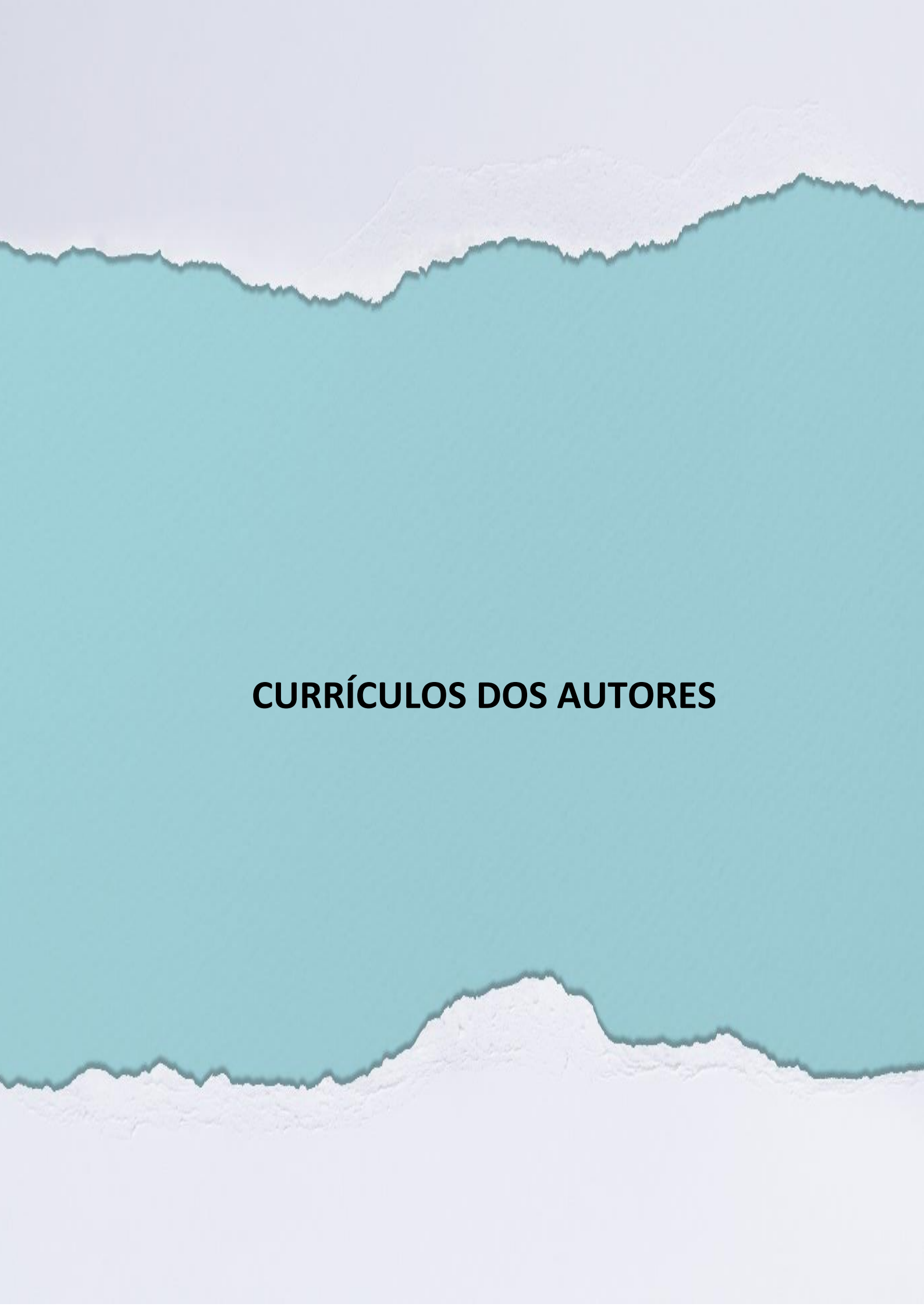
Muito embora esteja-se ainda longe de um contexto sócio histórico que permita e estimule largamente a invenção de outras formas de enfrentamento diante do mal-estar no mundo, o grupo de ouvidores de vozes “Ouvi Falá”, permitindo um trabalho de superação de um estado de angústia e isolamento social - estado este em que se escutam os ecos e rumores de dores, culpas, cobranças e acertos de contas por meio de muitas vozes - impeliu a uma condição de questionamento, reflexão, ponderação e escuta sensível em relação ao processo de sofrimento psíquico. As vivências relatadas por cada ouvitor dentro do grupo vão se tornando elementos que possibilitam o trabalho de identificação com os demais, enredando histórias de vida para além da experiência das vozes em um contexto seguro para compartilhar angústias e outros sentimentos que abarcam a complexa experiência de ouvir vozes, expandindo, com isto, os laços para outros locais e facilitando a criação de vínculos. Falar sobre as vozes pode trazer uma resignificação do sentido atribuído a elas e, dessa forma, propiciar alguma mudança nesta relação.

Sem perder de vista as relações de poder que tanto podem nos adoecer quanto restabelecer a saúde, os grupos de ouvidores de vozes se apresentam como espaços propiciadores de diálogos para novas formas de subjetividade e novas formas de coletividades, possibilitando lugares de fala, de resgate da saúde, de criação de vínculos, de fortalecimento da esperança, confiança e sociabilidade. Tendo em vista que não só de lamúrias vivem estas vozes, o reposicionamento do sujeito diante das vozes pode então transformar um rumor de guerra em um sereno cantar de vozes que aconselham e que convidam à paz, assim como temos testemunhado no grupo “Ouvi Falá”. Cabe ao grupo possibilitar que estas vozes (vozes dos ouvidores, vozes ouvidas pelos ouvidores, vozes que falam dos ouvidores) se articulem, negociem e se reposicionem, a partir do próprio grupo e na vida de cada sujeito. Esta seria a potência do grupo: a realocação dos lugares destas tantas vozes e dos sujeitos nestes discursos. Ao ampliar o foco de uma perspectiva estritamente psiquiátrica da experiência das vozes para tantas outras versões vividas pelos membros do grupo, é possível construir outros caminhos de “cura”, para além da ideia do prognóstico e de uma visão de si a partir de uma identificação diagnóstica. Criar possibilidades para outras narrativas em torno do sofrimento, em relação a si e ao mundo pode ser condição para que o sujeito reveja sua posição diante do mal-estar, construindo, por meio de outras vias que não apenas a prescrição da medicação, um espaço de cuidado e saúde. Ao partilhar estas experiências e vinculá-las a um coletivo, se constrói assim um espaço de afetividade, uma rede de cuidado, revitalizando a sensação de autoconfiança e de autonomia e construindo um lugar social para estes sujeitos, tantas vezes excluídos em suas comunidades e da escolha e discussão de seu próprio processo de cura. Assim o sujeito pode então criar condições para ocupar outras formas de subjetividade, de ser sujeito, para além de uma subjetividade associada exclusivamente pela identificação com a doença mental.

Referências

- Baker, P. (2009). *The Voice Inside: A practical guide for and about people who hear voices*. Port of Ness, UK: P&P Press.
- Baroni, D. P. M., Vargas, R. F. S., & Caponi, S. N. (2010). Diagnóstico como nome próprio. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 70-77. doi: 10.1590/S0102-71822010000100009
- Barros, O. C., & Serpa Jr, O. D. D. (2017). Ouvir vozes: Um estudo netnográfico de ambientes virtuais para ajuda mútua. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 27(4), 867-888, doi: 10.1590/s0103-73312017000400002

- Caponi, S. (2003). A saúde como abertura ao risco. In D. Czeresnia, C. M. Freitas (Ed.), *Promoção da saúde: Conceitos, reflexões, tendências* (pp. 55-77). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Coleman, R., & Smith, M. (2007). *Working with voices II: Victim to Victor*. Peoria, EUA: P&P Press.
- Coleman, R. (2011). *Recovery: An Alien Concept?* Peoria, EUA: P&P Press.
- Dunker, C. I. L., & Kyrillos Neto, F. (2011). A crítica psicanalítica do DSM-IV: Breve história do casamento psicopatológico entre psicanálise e psiquiatria. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 14(4), 611-626, doi: 10.1590/S1415-47142011000400003.
- Foucault, M. (2006). *O poder psiquiátrico: Curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (1984). Uma estética da existência. In M. B. Mota (Org.), *Ditos e escritos V: Ética, sexualidade, política* (E. Monteiro, I. A. D. Barbosa, Trad., pp. 288-293). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- Gøtzsche, P. C. (2016). *Medicamentos mortais e crime organizado: Como a indústria farmacêutica corrompeu a assistência médica*. Porto Alegre: Bookman e-PUB.
- Marques, C. C., Palombini, A., Passos, E., & Campos, O. R. T. (2013). Sobre mudar de lugar e produzir diferenças: A voz dos usuários de serviços públicos de saúde mental. *Mnemosine*, 9(1), 106-126. Recuperado de <https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/paganex/cecilia2013sobremudarde lugar.pdf>
- Martín-Baró, I. (1989). *Sistema, grupo y poder: Psicología social desde Centroamérica II*. San Salvador, El Salvador: UCA.
- Muñoz, N. M., Serpa Jr, O. D., Leal, E. M., Dahl, C. M., & Oliveira, I. C. (2011). Pesquisa clínica em saúde mental: O ponto de vista dos usuários sobre a experiência de ouvir vozes. *Estudos de Psicologia*, 16(1), 83-89. doi: 10.1590/S1413-294X2011000100011
- Onocko-Campos, R. T., & Campos, G. D. S. (2006). Co-construção de autonomia: O sujeito em questão. In G. W. S. Campos, M. C. S. Minayo, M. Akerman, M. Drumond Júnior, & Y. M. Carvalho (Org.), *Tratado de saúde coletiva* (pp. 669-688). Rio de Janeiro: Hucitec/Fiocruz.
- Romme, M., Escher, S., Dillon, J., Corstens, D., & Morris, M. (2009). *Living with voices: 50 stories of recovery*. Birmingham City University, UK: PCCS Books.
- Safatle, V., Silva Júnior, N., & Dunker, C. (2018). *Patologias do social: Arqueologia do sofrimento psíquico*. São Paulo: Autêntica.
- Vasconcelos, E. M. (2000). Reinvenção da cidadania, empowerment no campo da saúde mental e estratégia política no movimento de usuários. In P. Amarante (Org.), *Ensaio: Subjetividade, saúde mental, sociedade* (pp. 169-194). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Whitaker, R. (2017). *Anatomia de uma epidemia: Pílulas mágicas, drogas psiquiátricas e o aumento assombroso da doença mental*. Rio de Janeiro: Fiocruz.



CURRÍCULOS DOS AUTORES

Cassius Assunção Martins

Sob graduação em Psicologia pelo Departamento de Saúde do Centro Universitário do Norte (UNINORTE). É Estagiário em Psicologia Clínica da Fazenda da Esperança Dom Gino Malvestio.

Cimery Batista Pereira

Graduanda em Psicologia (9ª período) pelo Departamento de Saúde do Centro Universitário do Norte (UNINORTE). Foi Estagiária em Psicologia Social da Escola Municipal Áureo Nonato.

Cinthia Magda Fernandes Ariosi

Possui magistério pelo CEFAM/Bauru, graduação em Pedagogia pela Universidade do Sagrado Coração (1997), mestrado (2004) e doutorado (2010) pelo Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" - UNESP - Faculdade de Filosofia e Ciências - Marília. Realizou estágio de Doutoramento Sanduiche no Consiglio Nazionale delle Ricerche (Conselho Nacional de Pesquisa), orientado pela Doutora Tullia Mussatti. Atualmente é professora assistente doutora da Faculdade de Ciência e Tecnologia - Unesp - Presidente Prudente. Também atua como docente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da FCT/Unesp. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Pré-Escolar, atuando principalmente nos seguintes temas: educação infantil, formação de professores, creche, políticas educacionais e desenvolvimento infantil. É líder do GEPPi - Grupo de Estudo e Pesquisa sobre a Primeira Infância. É membro do Forpedi - Fórum Regional Permanente de Educação da Infância de 0 a 12 anos. (Gestão 2016/2019). É membro da Rede Pikler Brasil e Rede Pikler Nuestra America.

Daiana Paula Milani Baroni

Pós-doutoranda em Psicologia pela UFSJ.

Fernando Santos do Nascimento

Mestre em Psicologia Organizacional e do Trabalho, Ecossistema Ânima / Universidade Potiguar. Docente da Faculdade Internacional da Paraíba.

Gabriel Silvestre Minucci

Graduado em Medicina pela UFSJ.

Igor Tomé Silva Santos

Graduado em Psicologia pela UFSJ.

Isabel Fortes

Psicanalista, professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica (PUC-Rio), doutora em Teoria Psicanalítica (UFRJ) e mestre em Psicologia Clínica (PUC-Rio). E-mail: mariaisabelfortes@gmail.com.

Isabella Mendonça de Souza

Mestre em Psicologia Organizacional e do Trabalho Universidade Potiguar / Ecossistema Ânima.

Juliana Bianca Maia Franco

Mestre em Psicologia Organizacional e do Trabalho; Universidade Potiguar/Ecossistemas Ânima; Docente do Instituto Federal do Ceará-IFCE.

Juliana Valeri Simão Trevisan

Mestranda em Psicologia pela UFSJ.

Karina Nascimento de Oliveira

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2016), foi bolsista e realizou o projeto de "ESTRATÉGIAS DE LEITURA E BIBLIOTECA ESCOLAR: LEITURA E FORMAÇÃO DE LEITORES" financiado pelo programa NÚCLEO DE ENSINO - PROGRAD, de 2014 à 2016. Realizou uma iniciação científica, sem bolsa, pelo PIBIC, cuja temática foi "A AUTORIDADE DO PROFESSOR NA SOCIEDADE ATUAL A PARTIR DAS REPORTAGENS APRESENTADAS NA MÍDIA." de 2016 à 2017. Foi bolsista do projeto "Formação em Rede: UMA POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO DOCENTE" em 2017. Entre 2018 à 2021 trabalhou como Educadora Infantil no município de Presidente Prudente. Em 2021 ingressou como aluna de Pós-graduação da FCT-UNES, atualmente é facilitadora da UNIVESP e integrante do Grupo de Estudos e

Pesquisas sobre a Primeira Infância - GEPPi, dirigido pela Prof.^a Dr.^a Cinthia Magda Fernandes Ariosi.

Lorena Eduarda Mendes Santos

Graduada em Psicologia pela UFSJ.

Lucas Felipe dos Santos Barbosa

Graduado em Psicologia pela UFSJ.

Martha Lages Rodrigues

Graduada em Psicologia pela UFSJ, em Letras pela UFMG, professora de yoga e Monja Zen Budista.

Nilton S. Formiga

Doutor em Psicologia Social UFPB; Pós-doutor em Psicologia UFRJ; Docente/Pesquisador Universidade Potiguar / Ecossistemas Ânima; LABAVAPSI - Laboratório de Avaliação Psicológica.

Suéllen Buchaúl

Psicanalista, doutora em Psicologia Clínica (PUC-Rio) e mestre em Teoria Psicanalítica (UFRJ). E-mail: sbuchaul@yahoo.com.br.

Tatiane de Souza Dias

Servidora Pública do Estado do Amazonas e Graduanda em Psicologia (9ª período) pelo Departamento de Saúde do Centro Universitário do Norte (UNINORTE). É Estagiária em Psicologia Clínica pela Clínica-Escola de Serviço Psicológico (SPSICO) do Centro Universitário do Norte (UNINORTE).

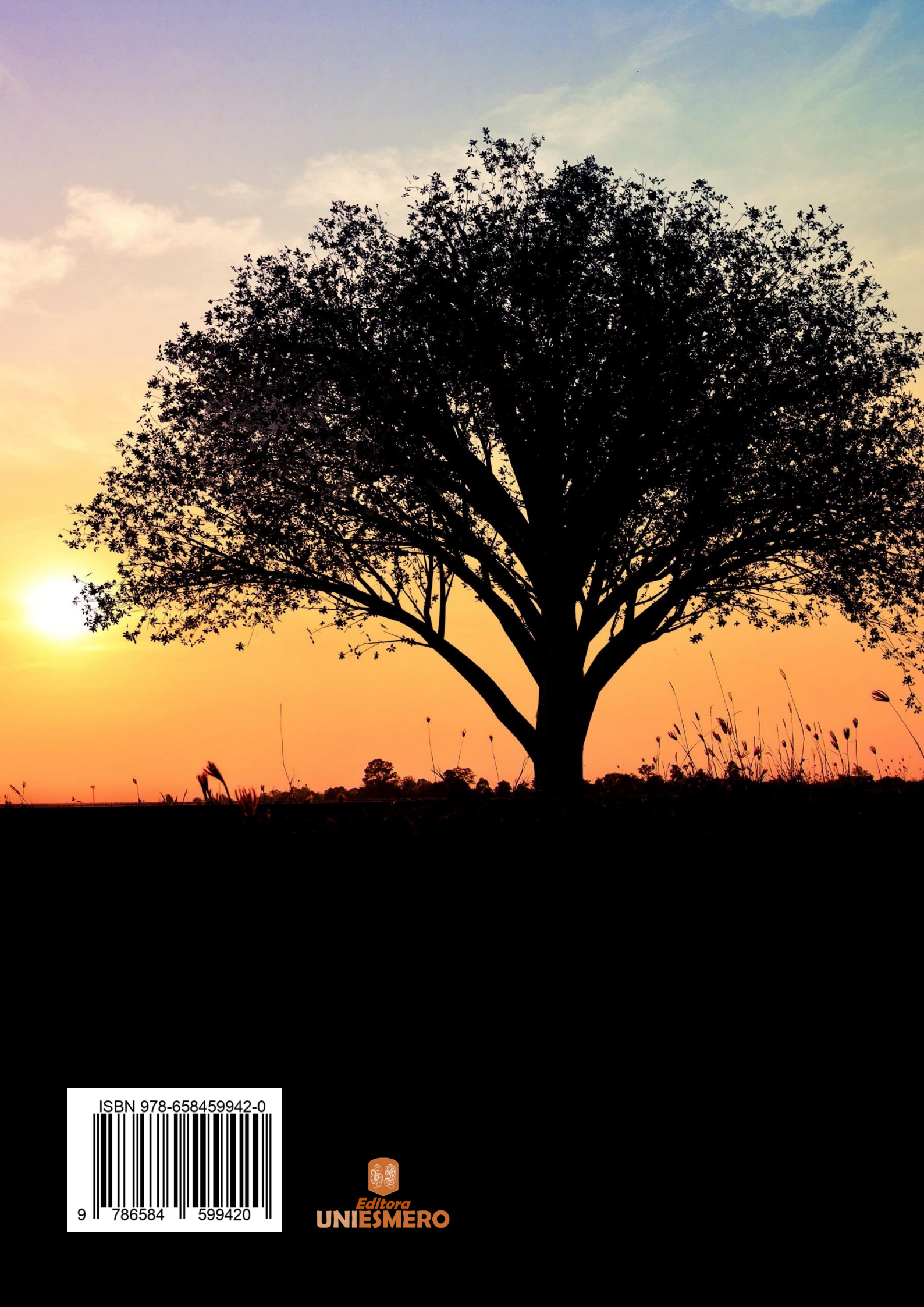
Viviane Barrozo Manfré

Graduada em Pedagogia (2015-2018) pela Faculdade de Ciências e Tecnologia "Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho" (FCT-UNESP), campus de Presidente Prudente - SP. Possui complementação em Gestão Educacional (2019) pela mesma universidade. Atua como Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de Presidente Prudente. Atualmente, é mestranda em Educação pelo

Programa de Pós-graduação em Educação da FCT-UNESP, campus de Presidente Prudente, sob orientação da Profa. Dra. Cinthia Magda Fernandes Ariosi. Desenvolve pesquisas com ênfase na Educação Infantil / primeira infância. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Primeira Infância - GEPPI, liderado pela Profa. Dra. Cinthia Magda Fernandes Ariosi.

Yandra Oliveira de Sousa

Graduada em Psicologia pela UFSJ e em História pela UFOP.



ISBN 978-658459942-0



9

786584

599420



Editora
UNIESMERO